

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

MARCELO DURÃO RODRIGUES DA CUNHA

**O CAMINHO À UNIDADE: HEINRICH VON SYBEL E OS DOIS  
MOMENTOS DO CONCEITO DE NAÇÃO NA ALEMANHA  
OITOCENTISTA**

VITÓRIA  
2013

MARCELO DURÃO RODRIGUES DA CUNHA

**O CAMINHO À UNIDADE: HEINRICH VON SYBEL E OS DOIS  
MOMENTOS DO CONCEITO DE NAÇÃO NA ALEMANHA  
OITOCENTISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Julio Bentivoglio.

VITÓRIA  
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Cunha, Marcelo Durão Rodrigues da, 1988-  
C972c O caminho à unidade : Heinrich von Sybel e os dois  
momentos do conceito de nação na Alemanha oitocentista /  
Marcelo Durão Rodrigues da Cunha. – 2013.  
154 f. : il.

Orientador: Julio César Bentivoglio.

Coorientador: Fábio Muruci dos Santos.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Sybel, Heinrich von, 1817-1895. 2. Estado Nacional. 3.  
Nacionalismo. 4. Historiografia. 5. Alemanha – História. I.  
Bentivoglio, Julio César. II. Santos, Fábio Muruci dos. III.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

---

**MARCELO DURÃO RODRIGUES DA CUNHA****O caminho à unidade: Heinrich von Sybel e os dois momentos do conceito de nação na Alemanha oitocentista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

**Aprovada em \_\_ de maio de 2013.**

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Julio César Bentivoglio  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josemar Machadode Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sérgio Ricardo da Mata  
Universidade Federal de Ouro Preto

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial aos meus queridos pais Marcos e Lenilce Cunha, pelo incentivo e incondicional apoio de todas as horas. À minha irmã, Renata Cunha e aos meus padrinhos Wesley e Lenilda Toledo, pelo infindável carinho e prestatividade. Às minhas avós Neyde Ribeiro e Zione Durão pelo exemplo de bons seres humanos que são em suas relações com todos que as cercam.

Agradeço ao meu caro orientador Julio Bentivoglio, pela confiança, apoio e incentivo desde os tempos de graduação. Aos professores Fábio Muruci, Josemar Machado e Sérgio da Mata, pela leitura, correção e por tão prontamente terem aceitado nosso convite para participar da banca examinadora.

Às instituições de financiamento, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e DAAD (*Deutsche Akademische Austausch Dienst*), pelo apoio financeiro e institucional. Ao professor Gangolf Hübinger da Europa Universität Viadrina pelas dicas, indicações de leitura, além da receptividade na acolhedora cidade de Frankfurt an der Oder. À equipe da Leipzig Universität, em especial aos professores Maren Eyck do Herder Institut e Matthias Mittel do *Zentrum für Höhere Studien der Universität Leipzig*.

Aos meus professores de alemão do centro de línguas da UFES, Stefanie Söhngen, Gisele Servare e Italo Alves, pelo auxílio e motivação no aprendizado do idioma, além do suporte na tradução e interpretação de textos e expressões utilizados neste trabalho.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus caros colegas de curso e companheiros de jornada ébrio-intelectual, que em muito contribuíram, de forma direta ou indireta para a feitura desta dissertação, são eles: Marcela Vitali, Bruna Kethly, Juliana Quintela, Wander Demartini, Thiago Nicodemo, Thiago Brito, Júlia Freire, Leonardo Grão, Marcelo Rangel, Jussara Rodrigues, Marcela Sarnaglia, Enilson Oliveira, Gabriela Izoton e Filipe Duarte.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a toda equipe de professores do PPGHIS da Universidade Federal do Espírito Santo, pela acolhida institucional e pelo incansável trabalho acadêmico e administrativo. A ausência do auxílio e motivação de todas essas pessoas e instituições impossibilitaria a escrita desta dissertação, por isso agradeço mais

uma vez a todos aqui mencionados e a todos aqueles que de algum modo tiveram participação na construção deste trabalho.

“Posso prometer ser sincero, mas não imparcial”

*“Aufrichtig zu sein kann ich versprechen, unparteiisch zu sein aber nicht”.*

J. W. von Goethe

## RESUMO

O presente estudo trata de verificar as nuances no conceito de nação nos Estados alemães ao longo de um período do século dezenove. Referenciando dois momentos principais de expressão político-filosófica no pensamento nacional oitocentista – ideal e pragmático – busco compreender essa mudança de perspectiva em sua relação com a historiografia daquele contexto. Analisando biografia e obra do historiador renano Heinrich von Sybel, viso perscrutar o desenvolvimento gradual de uma perspectiva pragmática em seu ideal nacional, quando após a experiência revolucionária de 1848, seus escritos passaram a absorver elementos que o distanciavam das concepções idealistas características do cientificismo da primeira metade do século.

**Palavras-chave:** Nação, Nacionalismo, Heinrich von Sybel, Alemanha, História.



## ZUSAMMENFASSUNG

Ziel der vorliegenden Arbeit ist es, die Veränderungen, die der Nationsbegriff im 19. Jahrhundert in den deutschen Staaten durchlief, zu untersuchen. Anhand der zwei wichtigsten politisch-philosophischen Aspekte des Nationalgedankens jener Zeit - dem idealistischen und dem pragmatischen - soll versucht werden, diese Perspektivänderung in Beziehung zu der zeitgeschichtlichen Geschichtsschreibung zu verstehen. Mithilfe des Werks und der Biografie des rheinischen Historikers Heinrich von Sybel werde ich versuchen, die allmähliche Entwicklung einer pragmatischen Sichtweise in seinem Nationsbegriff nachzuweisen, als - nach den Erfahrungen während der Revolution von 1848 - seine Schriften Elemente aufnahmen, die ihn von den idealistischen Vorstellungen eines für die erste Hälfte des 19. Jahrhunderts typischen wissenschaftlichen Idealismus distanzierten.

**Stichwörter:** Nation, Nationalismus, Heinrich von Sybel, Deutschland, Geschichte.

**LISTA DE IMAGENS**

Figura 1 - Heinrich von Sybel nos anos 1840.....	33
Figura 2 – Grupo de professores da Universidade de Marburg em 1856.....	38
Figura 3 – Sybel no início da década de 1860 em Munique.....	46
Figura 4 - As Fronteiras do Império Alemão em 1871.....	54
Figura 5 – Mapa da Confederação Alemã com destaque para as cidades onde Sybel estudou ou lecionou.....	60
Figura 6 - Oitava edição do <i>Staatslesikon</i> de Rotteck e Welcker, de 1847.....	79
Figura 7 - Primeiro volume da <i>Historische Zeitschrift</i> publicado em 1859.....	126

## SUMÁRIO

Introdução.....	13
-----------------	----

### Capítulo I

1. Heinrich von Sybel: a escrita da história como intenção política.....	31
1.1. Os anos de Marburg: Sybel e os levantes de 1848.....	38
1.2. O período pós-revolucionário, a <i>História da Revolução Francesa</i> e os anos em Munique.....	46
1.3. O retorno a Bonn e à vida política.....	50
1.4. O período como arquivista em Berlim e <i>A fundação do Império Alemão por Guilherme I.</i> .....	55

### Capítulo II

2. Uma sociedade historicamente orientada: a ciência histórica e a política nos Estados alemães do século dezenove.....	61
2.1. A emergência da nação no vocabulário histórico-político alemão: Herder, Fichte e as Guerras de Libertação.....	66
2.2. O período da Confederação Alemã: a dualidade austro-prussiana e a nação no contexto repressivo do <i>Vormärz</i> .....	74
2.3. A Escola Histórica Prussiana e seu ideal nacional.....	79
2.4. Nacionalismo idealista: historiadores e a nação alemã em 1848.....	83
2.5. Força e pragmatismo na historiografia: a nação entre o borussianismo e a <i>Realpolitik</i> .....	90

### Capítulo III

3. Pensando a nação na historiografia: as influências intelectuais do jovem Sybel na formação de uma consciência histórica nacional.....	103
3.1- A nação ideal: a abertura cultural do <i>Konigthum</i> e a conquista da nacionalidade pela <i>Bildung</i> .....	109
3.2. Mudanças na experiência e os novos rumos da nação: liberdade, revolução e borussianismo na <i>História da Revolução Francesa</i> .....	117
3.3. Os fins pragmáticos da nação: a <i>Historische Zeitschrift</i> e a <i>Situação da nova historiografia alemã</i> .....	124

3.4. <i>A nação alemã e o império e os Discursos sobre a política: a centralidade da força estatal na concepção nacional de Sybel</i> .....	133
Considerações finais.....	142
Fontes.....	148
Obras sobre Sybel.....	149
Bibliografia.....	150

## Introdução

Afinal de contas “o que é uma nação?”, perguntava o historiador francês Ernest Renan em sua conhecida conferência na Universidade de Paris em 1882. Em tom provocativo, contrariando a maior parte das correntes de pensamento que enfatizavam o caráter objetivo das nacionalidades europeias, Renan afirmava ser a nação, o produto de uma escolha, de um plebiscito diário (*un plébiscite de tous les jours*) envolvendo os habitantes de um mesmo território por um período de tempo indeterminável.<sup>1</sup>

Mas as preocupações do intelectual francófono iam além de meras divagações teóricas, apontando para aquilo que havia sido a força motriz de uma série de desenvolvimentos políticos no século dezenove: o nacionalismo. Para aqueles que haviam discordado das conceituações de Renan, era possível vislumbrar de forma um tanto distinta não apenas um passado de devoção e transcendência, mas um horizonte aberto às infindáveis possibilidades circunscritas à causa nacional.

Se os debates acadêmicos oitocentistas exibiam àquele tempo a dificuldade de uma temática pulsante para o *fin de siècle* europeu, a historiografia contemporânea se depara com questões não menos complexas. Difícil incumbência cabe àqueles que se debruçam sobre a problemática de desenvolvimentos conceituais tão caros ao percurso histórico ocidental na modernidade como os de construção das identidades nacionais. Essa tarefa se acentua quando a própria historicidade dos fenômenos discursivos é colocada em xeque por exercícios de continuidade e de teleologia histórica.

Esse foi o caso de muitas décadas de discussão sobre o processo de construção da moderna nação alemã, quando se perscrutava o passado na busca de erros e descaminhos relacionados a um desenvolvimento histórico ulterior. Nação e nacionalidade possuíam o inerte direcionamento a fins de um enredo previamente alocado.

Com vistas a endossar a lista de trabalhos recentes que fogem à referida lógica, a presente dissertação tem por objetivo geral apreender os condicionamentos históricos à construção do conceito de nação na sociedade alemã oitocentista. Nas páginas que seguem, são considerados os contornos do fenômeno em território alemão, quando

---

<sup>1</sup> RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation*. Paris/London: Presses Pocket, 1992.

ideias e práticas nacionalistas associaram-se a uma vertente do recém estabelecido liberalismo político germânico.

Para tal, parto do princípio que durante o processo de estabelecimento da moderna ciência histórica europeia, os acadêmicos de língua alemã tomaram para si as rédeas de um discurso político unitarista, onde o caráter nacional adquiriria contornos conceituais. Se em um primeiro momento, a estrutura política da primeira metade do oitocentos não permitia o pleno desenvolvimento de ideais oposicionistas, o pós-1848 inauguraria uma nova forma de conceber as possibilidades políticas nacionais. Era dado início a uma incessante busca pelos mecanismos garantidores da liberdade, onde o Estado, em disparidade com os padrões ocidentais, se mostraria elemento essencial ao alvorecer nacional germânico.

Vista pelas classes médias como uma característica distinta de conotação positiva, a “tardia” formação nacional alemã foi incorporada à formulação discursiva de uma elite intelectual “mandarim”<sup>2</sup>, cujos cargos no serviço público estatal apenas confirmariam interesses políticos e sociais por tantas décadas hegemônicas. Do mesmo modo que ciência e política mostrar-se-iam indissociáveis, a interpretação alemã da filosofia liberal emergiria nas principais universidades em simbiose com as práticas e anseios de uma classe média urbana educada (*Bildungsbürgertum*), cada vez mais preocupada em legitimar sua aquisição de espaço político.

Nestes termos, parto da hipótese de que em uma frente única de combate, uma ala dos intelectuais alemães pôde aliar os recursos de uma prestigiosa disciplina acadêmica – a História – às suas particulares expectativas liberais moderadas, onde a cultura nacional e o poder do Estado se alinharam em um discurso envolto pelo pragmatismo e o relativismo moral no campo da política.

Como forma de acesso à problemática em tela opto pelos inexplorados caminhos da historiografia alemã, tão central ao entendimento das bases conceituais da nacionalidade germânica no século de sua unificação política. Em poucos períodos da história europeia possuíram os historiadores tamanha proeminência na luta por ideais e projetos políticos nacionais como nos Estados alemães do século dezenove. Essas condições e

---

<sup>2</sup> RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães: a Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 19.

usos discursivos do passado na articulação do projeto político nacional estarão, portanto, no eixo da presente dissertação.

Nesses termos, objeto e recorte temporal alinham-se ao itinerário pretendido. Analisando biografia e obra do historiador renano Heinrich von Sybel (1817-1895) acredito compreender o referido intelectual como a expressão de dois momentos distintos da construção da nacionalidade germânica oitocentista: o idealista (anterior a 1848) e o pragmático (relacionado à segunda metade do século dezenove).

A opção por um historiador e seu trabalho como fonte de acesso ao problema em questão possui justificativa no caráter indissociável que ciência e política adquiriram naquela sociedade em vias de formação. Diferente da lógica acadêmica precedente, a geração a qual Sybel pertencia costumava enxergar na prática de seu ofício os meios de acesso e possibilidades de alteração da realidade política de seu tempo.

Mas o processo de assimilação da ciência pela política se daria em um lento caminhar, iniciado, principalmente, nos anos que seguiram à revolução parisiense de 1830. Se na Universidade de Berlim, o catedrático Leopold Ranke orientava os historiadores a escrever a história sem paixão e desejo, este viveria o suficiente para ver seus pupilos discordarem de suas premissas e defenderem ativamente os ideais nacionalistas e liberais em efervescência naquela metade de século.

A mencionada espiral entre nacionalismo, liberalismo e cientificidade que marcaria a carreira de boa parte dos intelectuais alemães durante o oitocentos, apenas pode ser apreendida em sua gradiente consolidação, quando as incertezas e dificuldades conceituais do período pré-revolucionário dariam lugar à solidez pragmática das décadas que antecederam a fundação do *Reich*.

A desordem de sentidos caracterizada por Reinhart Koselleck como *Sattelzeit* (“tempo de sela”, isto é, de formação da modernidade) se relaciona ao período entre 1750 e 1850 quando a experiência temporal humana sofreria uma radicalização, refletida, sobretudo, no caráter antecipatório atribuído a novos e antigos conceitos políticos<sup>3</sup>. Em um processo de gradativo afastamento de experiências passadas, passava-se a imaginar um

---

<sup>3</sup> KOSELLECK, Reinhart. Einleitung, in: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Org.), *Geschichtliche Grundbegriffe*, vol. 1, Klett Cotta, Stuttgart, 1979, p. 15.

futuro repleto de possibilidades, diretamente associadas à capacidade de intervenção humana na história.

Caracterizados como conceitos de movimento, nacionalismo, liberalismo, conservadorismo e comunismo, seriam exemplos de termos que passariam por esse período formativo, onde à luz da confusão sensitiva do *Sattelzeit* apresentariam em seu cerne o afastamento gradual entre espaço de experiência e horizonte de expectativa dos atores históricos.

Entendido por Koselleck como um momento de paulatina estabilização, a segunda metade do século dezenove já marcaria uma consolidação dos sentidos atribuídos, sobretudo, às concepções de Estado e História na sociedade europeia. Esse direcionamento seria refletido, em grande medida, nas reformulações conceituais relacionadas à sociedade civil e no recurso à moral como auto-determinação humana.

No interior dessas proposições, busco situar historicamente o que foi o a construção conceitual da nação alemã em seus momentos idealista e pragmático no século dezenove, haja vista a circunscrição dos mesmos na estrutura temporal e semântica moderna supracitada. Desde já, é importante esclarecer a interdependência do conceito de nação nos Estados alemães às ideias do movimento liberal e às formulações da ciência histórica germânica, a todo o momento presentes de forma imbricada em minha análise.

Para fins elucidativos, divido a presente dissertação em três momentos principais: 1) a análise de vida e obra de Heinrich von Sybel com a descrição da situação política da Confederação Alemã nos períodos pré e pós-revolucionário; 2) a emergência da ciência histórica em sua vocação política e a ascensão da ideia de nação – em sua forma idealista e pragmática pré e pós-revolucionárias - nos Estados alemães; e por fim, 3) a concepção nacional de Sybel e suas diferenças durante o *Vormärz* e nas décadas de 1850 e 1860.

Assim, apoio-me em uma sequência de hipóteses iniciais. Primeiramente, defendo a existência de uma clara nuance na concepção nacional dos liberais moderados alemães antes e após 1848, de uma nação romanticamente idealizada ao pragmatismo político pós-revolucionário. Uma segunda hipótese se baseia no mesmo princípio, todavia, representado pela concepção nacional do historiador Heinrich von Sybel, que teria



sofrido uma mudança pragmática refletida em sua historiografia e teoria política entre as décadas de 1840 e 1860. De uma visão nacional aberta a influências e desenvolvimentos externos - como defendido em obras da década de 1840 - a nação tornara-se dependente da égide do Estado em sua faceta anti-democrática – como na maior parte de seus escritos anteriores à fundação do Segundo *Reich*.

Se em um primeiro momento serão debatidas as lutas por legitimação entre os referidos conceitos “de movimento” - com especial ênfase à noção de nacionalismo – as relações e articulações destes com a temporalidade e história social alemãs serão complementadas com a análise da paulatina importância social adquirida pela ciência histórica naquele período.

Tais passos estarão na direção do que percebo como as bases essenciais ao estabelecimento de um discurso nacional liberal moderado na segunda metade do século dezenove. Apenas por intermédio da cientificidade e importância social a ela vinculada, puderam intelectuais como Sybel engajar-se pela causa nacional germânica em sua faceta pró-prussiana.

E são justamente as nuances desse discurso perceptíveis na historiografia do autor alemão nos momentos pré e pós 1848, que nortearão a última parte desta pesquisa. De vaga noção romântica permeada por idealismo e utopia, a nação passaria a abraçar os contornos de um projeto político pragmático e radical, perceptível em grande medida nos trabalhos escritos por Sybel nas décadas posteriores à revolução do meio século.

### **Nação, modernidade, História**

O moderno debate sobre a formação de uma consciência nacional alemã surge na historiografia contemporânea com o principal discernimento de compreender as possíveis especificidades de tal fenômeno. Fosse pelo tardio processo de unificação política, ou pela ascensão de regimes totalitários no século vinte, a nação alemã seria concebida a partir de suas distintas nuances históricas.

Desde a Idade Média quando a nacionalidade era pensada por uma minoria aristocrática, as variantes do percurso histórico germânico foram percebidas como em contraste à sua contraparte ocidental. A nacionalidade entendida como a união de uma comunidade a partir do compartilhamento de uma história comum e a estranheza em relação aos estrangeiros atingiria o nível da conceituação cultural, sobretudo, a partir do século

dezoito<sup>4</sup>. Quando esse discurso passou a influenciar um maior número de pessoas entre 1750 e 1850, aqueles que pensavam em uma nação alemã se confrontavam com um problema central: era possível traçar uma distinta história nacional, mas um Estado alemão coeso e centralizado seria inexistente.

Na incursão à problemática em tela, é mister definir o conceito cujo itinerário na sociedade alemã do século dezenove pretende-se perscrutar. À distância de concepções primordialistas<sup>5</sup> e à luz das teorias construtivistas do último quarto do século vinte, concebo a nação como um produto das circunstâncias e desenvolvimentos históricos da modernidade, quando a relação do homem com o tempo sofreu sua mais drástica guinada semântica influenciando a produção de novos conceitos e formas de mensurar passado, presente e futuro.<sup>6</sup> Sobretudo enquanto forma de atribuir sentido às vivências coletivas em oposição àquilo que lhe era estranho, as comunidades humanas passaram a relacionar seu imaginário aos laços afetivos e às características culturais em sua relação direta com determinada produção mítica ou histórica. Em acentuada e gradativa escala, valores dinásticos e comunhões religiosas davam lugar à imaginação comunitária nacional, intensificada por um mercado editorial emergente em seu enaltecimento de culturas comuns e peculiaridades étnicas.<sup>7</sup>

A internalização de tais valores na cultura europeia foi possibilitada pela configuração de novas estruturas de dominação, como a administração estatal, a divisão intelectual do trabalho e o surgimento de práticas de controle estatal característicos da sociedade industrial<sup>8</sup>. Nos meandros de um gradativo processo de secularização estatal, era dado cada vez mais espaço à nação, que em contraparte à fé religiosa, assumiria o paulatino papel de entidade provedora de um sentido transcendente.

---

<sup>4</sup> BERGER, Stefan. *Inventing the nation: Germany*. Oxford University Press Inc., New York, 2004, p.

<sup>5</sup> Primordialismo ou perenialismo é o argumento que sustenta serem as nações uma espécie de fenômeno histórico naturalmente desenvolvido na antiguidade. Cf: SMITH, Anthony D. *Nationalism and modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. London; New York: Routledge, 1998.

<sup>6</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 267-303.

<sup>7</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.16.

<sup>8</sup> GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983, p. 24.

Se a imaginação coletiva nacional ganhara propulsão na modernidade, seus mecanismos de legitimação estariam ainda mais claros no alvorecer do século dezenove. Nos Estados alemães, onde as díspares noções de nação e centralidade limitavam a elaboração discursiva nacional à esfera da cultura, ganhava cada vez mais destaque a construção imagética de uma nacionalidade baseada na ação e emancipação políticas.

A ideia nacional romântica havia sido até então apenas um ideal com o qual um pequeno grupo de intelectuais gerava inteligibilidade e distância do grande público. Essa situação mudou profundamente com a experiência da ocupação francesa, e a mobilização do conceito a amplas porções da classe média educada, onde a concepção nacional seria incorporada a uma nascente metonimização político-filosófica da modernidade: o liberalismo.

A perpetração deste neologismo, bem como a associação de um significado transcendente ao termo, caracterizaria o liberalismo no âmbito da nova relação dos homens com o tempo na modernidade. Em uma forma distinta de articulação entre passado e futuro, à distância de ditames teológicos, a humanidade trazia à tona possibilidades de ação progressiva na história, traduzidas semanticamente a partir das distintas filosofias da história surgidas no século dezoito.<sup>9</sup>

No turbilhão de mudanças da modernidade, liberalismo, assim como comunismo e conservadorismo, continham em si possibilidades de futuro vinculadas à ideia de progresso, em uma espécie de afastamento temporal de experiências passadas, com fins de abertura a um porvir histórico qualitativamente superior. Essa antecipação de um futuro promissor esteve em muitos casos tangenciada pelo discurso da inevitabilidade à circunscrição comunitária nacional.

Na Alemanha, as circunstâncias históricas de uma demanda unitarista existente nos princípios do movimento oposicionista pré-revolucionário tenderam a associar as ideias de nação e liberalismo envoltas por um projeto político moderado. Se o germe dessa associação se encontra no intercurso dos séculos dezoito e dezenove, sua realização teórico-política se daria décadas mais tarde às vésperas da fundação do Império Alemão.

---

<sup>9</sup> KOSELLECK, 2006, p. 37.

Portanto, se já em fins do setecentos Johann Gottfried Herder falava em um espírito nacional (*Volksgeist*) verificável apenas na esfera linguística e cultural, no contexto das primeiras guerras napoleônicas, Johann Gottlieb von Fichte, enxergaria no sentimento nacional alemão não só a possibilidade de derrotar o invasor estrangeiro mas o potencial à liderança de um novo e emancipador porvir histórico mundial. À nação alemã seria conferida uma missão histórica de esclarecimento global, equiparável apenas aos padrões culturais da antiga sociedade helênica.

Esses novos e agressivos elementos discursivos acentuar-se-iam durante as Guerras de Libertação (*Befreiungskriege*) contra a ocupação francesa, quando a existência de um inimigo externo trouxe à tona elementos culturais especificamente alemães, ainda que a maior parte dos cidadãos permanecesse primeiramente atrelada à miríade de localidades e regionalismos característicos da divisão política germânica naquele início de século.

Foi nesse período que a Prússia – maior e mais influente Estado alemão do norte protestante – adquiriu proeminência naquele jogo de produções identitárias a partir da modernização e centralização do poder estatal. A série de reformas empreendidas por uma elite dirigente naquele início de século possuía em seu cerne o projeto de harmonia nacional propiciado pela iluminação e esclarecimento populares (*Bildung*).<sup>10</sup>

A nação, eles argumentavam, deveria estar ligada por laços sociais orgânicos baseados na igualdade civil, e os cidadãos teriam que ser educados como partícipes de um processo político que circundaria o projeto de uma monarquia esclarecida. A racionalização da administração estatal complementada pela formação do espírito nacional perpetraria uma liga harmoniosa e vibrante entre o monarca e seu povo.<sup>11</sup>

A aplicação desses ideais racionalistas, com vistas ao alcance de uma comunidade nacional harmônica e ideal, possuía suas bases na tradição cameralista setecentista e na filosofia política kantiana. Sua contraparte real se deu com a ampliação do sistema de ensino básico e a fundação de uma série de centros universitários que fariam da Prússia referência internacional no campo da ciência.

---

<sup>10</sup> Termo um tanto amplo e polissêmico, uma boa tentativa de definição encontra-se no artigo de Rosana Suarez. Cf: SUAREZ, Rosana. Nota sobre o conceito de *Bildung* (formação cultural). *Kriterion*. 2005, vol.46, n.112, pp. 191-198.

<sup>11</sup> LEVINGER, Matthew. *Enlightened Nationalism: the transformation of Prussian Political Culture 1806-1848*. New York, Oxford University Press, 2000, p. 47.

Mas os contornos de um projeto político coeso ainda encontravam suas barreiras na censura e repressão governamental características da primeira metade do século dezenove. Experiência histórica e intelectual haviam permitido o desenvolvimento de uma percepção marcadamente alemã das ideias liberais ocidentais, onde Estado (*Staat*) e povo (*Volk*) desempenhavam distinto papel na utopia dos médios estratos (*Mittelstände*) urbanos.<sup>12</sup>

A inter-relação entre esses dois elementos, em consonância com a particular importância atribuída a si própria pela classe média seriam os principais fatores distintivos do liberalismo alemão anterior a 1848<sup>13</sup>. A quebra das ambiguidades entre o poder oficial e os anseios do *Volk* ocorreria a partir do abandono de particularidades locais e a realização da unidade nacional alemã.

Não coincidentemente os principais porta-vozes dessas primeiras concepções nacionalistas e liberais seriam historiadores. As figuras de Karl von Rotteck e Friedrich Dahlmann fornecem exemplo nesse sentido, influentes no sul e norte alemães respectivamente, os dois homens de letras estabeleceriam as bases de um movimento ainda fragmentado mas de suma importância em termos de oposição política ao longo do período pré-revolucionário.

Tanto no *Staatslexikon* (1834), editado por Rotteck, quanto na *Politik* (1835) de Dahlmann, o ímpeto à unidade de uma classe média emergente era verificável não apenas em termos de classe, mas em sua configuração enquanto movimento político nacional. A herança daquele discurso nacionalista inflamado dos tempos de batalhas anti-napoleônicas era confirmada na realização de festivais de caráter oposicionistas em Wartburg (1817) e Hambach (1832) quando a bandeira tricolor aparecia pela primeira vez como símbolo da utopia nacional.

Mas o vislumbre a horizontes nacionais harmônicos era possível apenas no âmbito das ideias, dado o vigor da atmosfera repressiva imposta pela política de dupla influência austro-prussiana. E foi no contexto de tais cerceamentos sociais e políticos que as classes médias liberais puderam galgar a difusão de sua auto-proclamada proeminência enquanto grupo social ilustrado.

---

<sup>12</sup> SHEEHAN, James. *German liberalism in the nineteenth century*. The University of Chicago Press, Illinois, 1978, p. 47.

<sup>13</sup> SHEEHAN, 1978, p.48.

À distância das classes baixas e dos antigos estratos aristocráticos, o *Mittelstand* alemão possuiria as características sociais que permitiriam a fundação de um Estado-nacional racionalista e liberal sob seus auspícios. Concebendo a si próprios como o *Realvolk* (povo real), os intelectuais da primeira metade do oitocentos foram os principais responsáveis pela construção semântica de uma nacionalidade alemã, ainda que esta se pautasse em fragmentados contornos ideais.<sup>14</sup>

Nas palavras de Hagen Schulze, apesar de sua perenidade, naquele momento o nacionalismo serviria como forma de unir as demandas constitucionais e econômicas latentes entre os diversos estratos sociais alemães. Entre os liberais, às vésperas dos levantes de 1848, o ímpeto nacionalista permitiria a propagação de demandas constitucionais e participativas. Mas enquanto representantes da maioria oposicionista, aqueles que se declaravam adeptos das ideias liberais, permaneciam em grande parte na zona intermediária entre radicalismo e reação.<sup>15</sup>

Foi apenas com a convocação do Parlamento de Frankfurt no contexto da revolução de 1848 que posições e subdivisões claras entre os médios estratos adeptos ao liberalismo passaram a emergir. A ala moderada do movimento – a mais expressiva na bancada da *Paulskirche* - alinhava-se à proposta por uma monarquia constitucional que opunha em grande medida ideais de uma minoria parlamentar republicana e democrática. Entre os intelectuais que compunham a facção do Cassino (*Kasino Faktion*) o desenvolvimento histórico parecia favorecer a proeminência do projeto nacional por um Estado alemão pequeno (*kleindeutsche Lösung*).

Sob a liderança da Prússia, os ideólogos da nação enxergavam no norte protestante as fundações políticas e culturais melhor adequadas à realização de seu projeto unitarista. Cada vez mais afastados das proposições austríacas, tidas como representantes de um arcaísmo reacionário, os liberais moderados (*Gemäßigte Liberale*)<sup>16</sup> construía conceitualmente um projeto nacional pautado na garantia de direitos adquiridos a partir de gradativas reformas estatais.

---

<sup>14</sup> SHEEHAN, 1978, p. 45.

<sup>15</sup> SCHULZE, Hagen. *The course of German nationalism: from Frederick the Great to Bismarck, 1763–1867*. Cambridge & New York, Cambridge University Press, 1991, p. 62.

<sup>16</sup> BIRTSCH, Günter. *Gemäßigter Liberalismus und Grundrechte. Zur Traditionsbestimmtheit des deutschen Liberalismus von 1848/49. Geschichte und Gesellschaft. Sonderheft, vol. 9, Liberalismus in der Gesellschaft des deutschen Vormärz*, Vandenhoeck & Ruprecht, 1983, p. 22.

Com a rejeição da coroa alemã pelo monarca prussiano Frederico Guilherme IV na primavera de 1849, as expectativas nacionais da *intelligentsia* liberal alemã foram em grande medida frustradas. Mas os levantes de março de 1848 teriam um impacto seminal nas proposições e formas de organização do liberalismo alemão, cada vez mais inclinado aos contornos pragmáticos do poder estatal.

É nesta fase angular do pensamento nacionalista liberal germânico que residem as principais preocupações do presente trabalho. De movimento político pautado na razão e fundamentação ideal, o nacionalismo – em sua simbiose com o liberalismo moderado – transmutou-se ao longo da segunda metade do século dezenove em uma construção conceitual pautada em ação, centralidade e força do Estado-nacional idealizado para um futuro próximo.

No cenário de mudanças radicais, como foi o das revoluções do meio século, a busca por conceitos "adequados" se intensificaria e se traduziria em verdadeira "batalha semântica", cujo propósito seria definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude de determinadas definições. Acentuar-se-ia o distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, de tal sorte que o significado de conceitos existentes não mais conseguiria dar conta de fatos observados na realidade imediata. Rompido o equilíbrio entre estas duas instâncias, os conceitos passavam, então, a incorporar um forte elemento de esperança em relação à possibilidade de realizações futuras, ou seja, eles apontavam para o futuro.<sup>17</sup>

Também relacionado às novas formas de orientação temporal, as antigas histórias ciceronianas (*Historie*), de conotação exemplar davam lugar ao singular coletivo histórico (*Geschichte*), alocando dentro de um único significado as distintas experiências humanas no tempo<sup>18</sup>. Não se podia mais esperar conselhos a partir do passado, mas apenas de um futuro, que estava por se constituir. É nesse sentido que a necessidade de aceleração do tempo possibilitou a ascensão de métodos científicos de mensurar e prever o porvir humano no mundo, que em meados do século dezenove parecia não mais poder destoar-se da formação de comunidades nacionais.

E foi justamente na Universidade de Berlim que foram dados os primeiros passos à legitimação nacional por fins científicos. À distância da filosofia e dos estudos literários

---

<sup>17</sup> KOSELLECK, 2006, p. 315.

<sup>18</sup> KOSELLECK, 2006, p. 16.

a ciência histórica garantia sua autonomia a partir da perpetração de um método e epistemologia próprios. Foi na década de 1830 que Ranke inaugurou seus seminários na capital prussiana, consolidando o que seria a sistematização e profissionalização dos estudos históricos europeus.

Mas a relação entre a História e as identidades coletivas dos alemães iria se intensificar apenas a partir de uma segunda geração de intelectuais, herdeiros de Ranke, sobretudo, que se engajaria às causas políticas de seu presente, sobretudo às utopias liberais e nacionalistas que ganhavam força naqueles repressivos anos do *Vormärz*.

Nas páginas dos panfletos e trabalhos acadêmicos de homens como Johann Droysen, Georg Waitz, Theodore Mommsen e Heinrich von Sybel, nacionalismo e ímpeto à unidade encontrariam seu insumo intelectual. O passado paulatinamente refletia os anseios de um mal quisto presente político, com a realidade contemporânea servindo como mera ponte a um futuro nacional harmonioso e ideal.

Compondo o que posteriormente seria definido como “Escola histórica prussiana” (*kleindeutsche Schule*), os historiadores desempenhariam o que os próprios conceberiam como uma contribuição cultural ao projeto nacional prussiano por meio de suas obras e atuação política<sup>19</sup>. Aos profissionais da ciência histórica seria conferida boa parte das formulações de um passado em conformidade com um porvir histórico nacional coerente.<sup>20</sup>

Tais nuances no processo de cientifização da história na Alemanha oitocentista não podem ser enxergados fora de sincronia com desenvolvimentos sócio-políticos no continente europeu àquele período. É nesse sentido que historiografia e contexto social devem caminhar paralelamente, de modo que eventos e mudanças na estrutura política possam condicionar uma contraparte histórica e científica, como no caso da realidade alemã em tela.

### **Heinrich von Sybel e as nuances do conceito de nação antes e após 1848**

O decurso biográfico e autoral do jovem von Sybel não foge à referida questão política, nacional e científica. Como viva expressão de uma era cambiante, os escritos do

---

<sup>19</sup> SOUTHARD, Robert. *Droysen and the Prussian School of History*. Lexington, KY: University Press of Kentucky, 1995, p. ,

<sup>20</sup> JAEGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. *Geschichte des Historismus: Eine Einführung*. C.H.Beck, 1992, p. 86.



intelectual renano podem em um primeiro momento refletir aquela atmosfera de incertezas característica das décadas anteriores a 1848, com a posterior elaboração de um projeto político nacional pragmático, sobretudo, a partir das décadas de 1850 e 1860.

Nascido nos territórios da Renânia recém anexada aos domínios prussianos, Sybel é uma das poucas personalidades cuja biografia pode se confundir com os rumos tomados pelo conceito de nação no decurso histórico alemão oitocentista. Filho de um liberal convicto em uma família de classe média ilustrada, o jovem intelectual tomaria para si a responsabilidade de um futuro nacional harmônico para seus contemporâneos e às gerações posteriores.

A hipótese que busco sustentar apoia-se nas obras, discursos e escritos políticos do historiador nesses dois momentos marcadamente distintos, quando as nuances nos escritos de um intelectual outrora atrelado a tradições políticas precedentes, passavam a revelar um projeto político, historiográfico e epistemológico envolto por uma lógica nacional e centralista.

Se no início de sua carreira, em obras como *Geschichte des ersten Kreuzzuges (História da primeira cruzada)* (1841) eram mais perceptíveis vínculos ao cientificismo e método de pesquisa rankeanos do que preocupações claras com a realidade política do presente, a década de 1840 traria os primeiros incômodos de Sybel com a sociedade e o alegado arcaísmo institucional de seu tempo. Tanto que passariam a emergir – a partir de uma clara influência confessional – trabalhos cada vez mais preocupados em desconstruir projetos políticos relacionados ao catolicismo ultramontano ou ao conservadorismo aristocrático.

Mas apesar das preocupações políticas de *Der Heilige Rock zu Trier (O manto sagrado de Trier)* (1844) ou de *Über das Königreich Jerusalem (Sobre o reino de Jerusalém)* (1844), nessa fase de sua vida acadêmica, o professor da Universidade de Bonn não parecia expressar quaisquer paixões nacionalistas claras, chegando até mesmo a discordar de nomes como Jacob Grimm ou Georg Waitz, quanto ao percurso da nacionalidade e monarquia germânicas da antiguidade à Idade Média, como em sua *Entstehung des deutschen Königtums (A fundação da monarquia alemã)* de 1844.

Se em tal obra ainda era dado destaque à possibilidade de absorções culturais positivas a partir de determinada capacidade cultural (*Kulturfähigkeit*), os desenvolvimentos políticos da década de 1840 revelariam um historiador mais alinhado às ideias liberais que lhe chegavam, sobretudo a partir do contato direto com a obra e os ensinamentos do colega e também professor em Bonn, Friedrich Dahlmann.<sup>21</sup>

Já em 1847, pouco após a convocatória da dieta renana (*rheinischen Provinziallandtag*) em fevereiro do mesmo ano, Sybel se dedicaria de forma mais clara a denunciar os prejuízos de uma política de interesses particulares, associada ao Estado feudal e ao poder clerical. Em *Ueber das Verhältniß unserer Universitäten zum öffentlichen Leben* (*Sobre a relação das nossas universidades com a vida pública*) (1847), o historiador enfatizava a importância da formação cultural (*Bildung*) como forma de atingir o objetivo do progresso e emancipação moral da pátria alemã. Já nesse trabalho, o marcado otimismo, característico da maior parte do pensamento liberal do período pré-revolucionário, se associava à convicção quanto a inevitabilidade do advento da unidade política germânica.

Mas é no contexto da revolução de 1848 que Sybel definirá em grande medida os rumos e as cores de seu projeto nacional. Como deputado na dieta de Hesse (*Hessische Landtag*), o professor universitário teria sua primeira experiência no campo da política, o que influiria em grande medida em suas formas de pensar o futuro e as fundações políticas da sociedade alemã. Já atuando pela Universidade de Marburg, Sybel teria papel ativo na defesa das causas “liberais conservadoras”, ao longo de todo o processo revolucionário.

Participando do jornal *Neue Verfassungsfreund* e fundando a associação nacionalista liberal *Vaterlandsverein* em Marburg, o historiador alinhava-se àquele grupo de

---

<sup>21</sup> Nascido em Wismar (Mecklenburg) em uma família de funcionários públicos, Dahlmann estudou literatura clássica em Copenhagen, Halle e Wittenberg (1802-10) e tornou-se professor de História em Kiel (1812-29). Ele publicou as chamadas *Kieler Blätter* com Welcker, se envolvendo na resistência histórica de Schleswig-Holstein contra o controle dinamarquês. Como professor de Göttingen (1829-37), Dahlmann se associou à causa da monarquia constitucional. Ele foi removido de seu cargo em 1837 como resultado de seu protesto, juntamente com seis outros professores, contra a suspensão da constituição de Hanover (*die Göttingen Sieben*). Cinco anos mais tarde foi nomeado professor de História Alemã e Ciência Política na Universidade de Bonn. Cf. MCCLELLAND, Charles. *The German historians and England: a study in nineteenth-century views*. Cambridge at the University Press, 1971, p. 241.

intelectuais que viam as mudanças sociais com cautela, optando pela manutenção de uma série de antigas estruturas políticas como a monarquia e o voto censitário.

Se no início dos levantes de 1848 Sybel não possuía uma definição clara dos limites reais de um Estado alemão unificado – chegando mesmo a defender um projeto de unidade nacional que incluísse a Áustria - o desenrolar político e a culminação do fracasso da causa nacional revolucionária não lhe deixariam dúvidas de que a nação alemã centrar-se-ia por excelência no poderio prussiano, excluindo em última instância os territórios da dinastia austríaca Habsburgo.

Estavam lançadas as bases de um ambicioso projeto nacional, que em conjunto com seus correligionários historiadores, o intelectual buscava enaltecer a primazia histórica do Estado prussiano ante os desafios de uma era cambiante. Frente às complexas lutas por poder entre as potências europeias, contra o desafio do arcaísmo sócio-político feudal e em grande medida pelos perigos da revolução, far-se-ia presente o elemento da força estatal, representado na Alemanha pelo poderio prussiano.

É nesse sentido que a nova concepção nacional de Sybel iria influenciar em grande medida sua própria visão sobre a História, sobre o liberalismo e quanto ao porvir histórico alemão. Dedicando-se, a partir da década de 1850 às problemáticas da história contemporânea, o autor liberal iria concentrar-se em um longo estudo sobre a Revolução Francesa de 1789, iniciado em 1851 sob o título *Geschichte der Revolutionzeit von 1789 bis 1795 (História dos tempos revolucionários de 1789 a 1795)*.

Se do ponto de vista metodológico, Sybel iria nesse trabalho deleitar-se e até expandir os preceitos empiristas rankeanos, epistemologicamente o historiador afastar-se-ia em definitivo do mestre. Concebendo a história como um *continuum* permeado por leis e uma lógica progressista, o autor renano parecia estar cada vez mais alinhado aos objetivos de uma classe média urbana nacionalista e liberal. É nesse sentido que em sua *História da Revolução Francesa* o intelectual define de forma clara a teleologia liberal (*Weltprozess*) que culminaria em um Estado alemão unificado sob a tutela prussiana.

Essa lógica histórica seria reiterada no discurso *Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung* (Sobre a situação da nova historiografia alemã), proferido na Universidade de Marburg em 1856, quando a percepção da nacionalidade passava a

figurar como ponto de partida a quaisquer formulações histórico-científicas: “as ciências permanecem em contato direto com a vida externa da nação”<sup>22</sup>. Do mesmo modo, a já bem estabelecida ciência histórica alemã deveria possuir no presente as motivações de suas incursões ao passado nacional.

Essa tentativa de giro dos eixos da ciência histórica alemã é aqui interpretada como em conformidade àquilo que Koselleck descreve como o nexo de efeito entre uma transformação social da experiência e uma mudança de métodos e perspectivas científicas. De acordo com o autor de *Futuro Passado* (2006), uma premissa antropológica basear-se-ia na ideia de que a experiência da realidade e a elaboração científica da mesma sempre remetam uma à outra, fundamentando-se reciprocamente, sem que, no entanto, se possa derivar plenamente uma da outra.<sup>23</sup>

Os esforços de Sybel na solidificação daqueles novos pressupostos científicos da História teriam seu ápice após a conquista de uma cátedra em Munique e a fundação do periódico *Historische Zeitschrift* em 1859. Tal empreitada serviria em grande medida às causas de uma legitimação acadêmica do nacionalismo alemão em sua vertente prussiana, quando no prefácio do primeiro volume o historiador enalteceria o tom nacionalista da História: “felizmente a nossa ciência no presente adquiriu uma posição na qual sua compreensão progressiva possui ligação direta com nossa vida nacional”.<sup>24</sup>

Contra as aspirações austríacas, em fins da década de cinquenta, Sybel defenderia o movimento unitarista italiano, e ainda no primeiro volume de sua *Historische Zeitschrift* dedicaria um artigo à vida de Joseph de Maistre, estadista italiano e principal opositor dos Habsburgo em princípios do século dezenove. Mas o auge de tais posicionamentos ocorreria no livro *Die deutsche Nation und das Kaiserreich* (1862) escrito em resposta às críticas do historiador austríaco Julius von Ficker que atacava a posição abertamente nacionalista de Sybel.

---

<sup>22</sup> “*sie treten mit dem ausserlichen Leben der Nation in Berührung*”. In: SYBEL, Heinrich von. *Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung*. Elwetritsche Universitäts Buchhandlung, Marburg, 1856, p. 3.

<sup>23</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona, 2001, p. 43-92.

<sup>24</sup> “*Denn glücklicher Weise hat unsere Wissenschaft in der Gegenwart eine solche Stellung gewonnen, dass ihr Verstand und ihr Fortschritt ein Stück unseres Nationallebens geworden ist*”. In: SYBEL, Heinrich von. Vorwort. In: SYBEL, Heinrich von (Org.). *Historische Zeitschrift*. v. 1, R. Oldenbourg, München, 1859, p. 4.

Não tardaria para que os anseios nacionais das classes médias pudessem se colocados em prática, pelo menos de forma limitada, e com a ascensão do regente prussiano Frederico Guilherme I em 1859, partidos e associações políticas voltavam a ser permitidos na Prússia. Isso foi seguido pela eleição de Sybel e uma série de outros intelectuais nos parlamentos locais durante a década de 1860, período no qual o historiador expressaria de forma veemente as ideias que sustentara desde o fim das revoluções do meio século.

Em seus *Vorlesungen über Politik*, discursos proferidos na Universidade de Bonn em 1864 e 1865, estariam claros os contornos ultra-estatistas da concepção nacional do historiador, o Estado não seria aquilo que a partir do espírito nacional (*Volksgeist*) se mostraria irracional e imensurável, pelo contrário, Estado e História seriam elementos indissociáveis na formação da comunidade nacional.

A percepção nacional do historiador havia incorporado o linguajar e prática políticas conservadoras e sua ideia de destino coletivo como momento de formação nacional permanecia sem quaisquer nuances democráticas. O que Renan conceberia posteriormente como a vontade de seus membros, permaneceria muito longe do que era pensado por Sybel em sua ideia de nação: "O Estado não precisa ser uma nação, mas ele deve poder tornar-se uma". A nação de Sybel se aproximava do sentido de uma Nação-Estado (*Staatsnation*), onde o Estado aparecia como órgão de formação, provendo o destino histórico nacional.

Longe de um ideal conciliador ou democrático, esta dissertação procurará demonstrar que as fundações da concepção nacional de Sybel e de seus companheiros liberais moderados abraçavam os preceitos da *Realpolitik* pós-revolucionária, "fazendo as pazes" com o governo autoritário e legitimando historicamente o Estado-nacional despótico que se formava.

Circunscrito na cambiante semântica oitocentista, as nuances do conceito de nação em Sybel, revelam exemplarmente a construção de uma comunidade imaginada alemã. A partir da exposição das disparidades, rupturas e contradições inerentes a tal processo, busco identificar transformações políticas e sociais de profundidade histórica, quando um determinado momento de crise acarretou a adequação do conceito de nação aos fins pragmáticos que lhe foram imediatos.

Em linhas gerais busco interpretar as variações distintivas do conceito em tela, como diretamente relacionadas à radicalidade dos episódios de 1848 e o consequente afastamento de espaço de experiência e horizonte de expectativa em um período central da história alemã. A medida que 1848 pôde influenciar toda uma geração de intelectuais, e de que modo elementos linguísticos acompanharam as variações estruturais do século dezenove, apenas podem ser alcançados sob a perspectiva metodológica da história conceitual.

É nestes termos que nas páginas que seguem, me preocuparei em interpretar a história em um sentido particular, por meio dos conceitos em uso no passado, entendendo-os em sua realidade histórica. Uma retrospectiva diacrônica pode dar acesso a camadas de significados e a estratificação de um mesmo conceito em épocas diferentes, como no caso da virada pragmática do conceito de nação destacado na realidade alemã.

Sob a luz do confronto e medida de permanência e alteração semântica, utilizarei as obras de Heinrich von Sybel mencionadas, buscando estabelecer as continuidades e rupturas sensitivas nas formulações conceituais presentes em seu pensamento. Com a investigação almejada, propor-se-á não apenas a compreensão de fenômenos linguísticos, mas a própria aproximação da realidade social nos Estados alemães durante seu itinerário histórico de formação nacional no século dezenove.

Haja vista a escassez de trabalhos que lidam com as problemáticas associadas à história e historiografia alemãs em língua portuguesa, concebo os esforços da presente dissertação como um passo em direção aos infindáveis debates imediatamente relacionados ao tema pois, longe de esgotá-lo, pretendo nas páginas que seguem, suscitar uma perspectiva crítica quanto aos profícuos campos da historiografia e história conceitual nos territórios de língua alemã, de modo a estimular debates e incursões que versem sobre essas e outras possibilidades analíticas no campo das ciências humanas.

## CAPÍTULO I

### 1. Heinrich von Sybel: a escrita da história como intenção política

*“Mas aquele a quem a ideia da pátria mãe tem sido transmitida, e em cuja alma o céu e a terra, visíveis e invisíveis, se encontram e se misturam, assim, e apenas desse modo, cria um paraíso verdadeiro e duradouro”.*

Johann Gottlieb Fichte

Quando Heinrich Karl Ludolf von Sybel nasceu em Soest no ano de 1817, a Confederação Germânica havia sido recentemente fundada na primavera de 1815. A expulsão das tropas de Napoleão e a reordenação dos Estados europeus no Congresso de Viena marcariam o início de uma nova era política no ramificado território de língua alemã.

O historiador advinha de uma tradicional família de intelectuais protestantes, estabelecida nas imediações de Düsseldorf, onde a nova configuração política havia incluído os territórios da Renânia aos domínios prussianos. Seu pai, o jurista Heinrich Ferdinand Philipp von Sybel, trabalhara como funcionário público no período de ocupação francesa, servindo tanto ao império napoleônico quanto ao Estado da Prússia. Em 1831, por sua proeminente posição social, foi-lhe conferido o título de nobreza (*Adelsstand*) ao velho Sybel, que, entretanto, não mudaria seu engajamento político, inclinado aos ideais das classes médias liberais em ascensão.<sup>25</sup>

Um ambiente propício à difusão das ideias do liberalismo renano influenciaria o percurso intelectual e político do jovem historiador. Em diversas ocasiões de sua vida Sybel buscava lembrar sua juventude em Düsseldorf. Educado em meio a um ativo cenário artístico e cultural, desde cedo, o precoce intelectual se encantara com a obra de Karl Schnaase<sup>26</sup> e com o gênio musical de Felix Mendelssohn<sup>27</sup>. Sob cuidadosa orientação de sua mãe e com o constante fluxo de intelectuais e artistas em sua casa,

---

<sup>25</sup> BAILLEU, Paul. Sybel, Heinrich von. in: *Allgemeine Deutsche Biographie* 54, Onlinefassung, 1908, p. 645-667.

<sup>26</sup> Jurista e historiador da arte, nascido em Danzig na Prússia Oriental, é considerado um dos fundadores da moderna história da arte.

<sup>27</sup> Pianista, compositor e maestro, originário de Hamburgo no início do período romântico.

Heinrich desenvolvera um apurado sentimento estético além de um forte interesse por literatura, música e belas artes.

Quando seguiu para Berlim em 1834, para estudar História e Filosofia, para ele as *Burschenschaften* (fraternidades estudantis) não possuíam nenhum sentido especial. Muito mais interessante, em sua opinião, era a vida artística da capital prussiana, com aspectos bastante diferentes do que estava acostumado em sua cidade natal. Por ainda não possuir tanta afinidade com os movimentos políticos nacionalistas que emergiam por toda a Prússia, o jovem renano ainda mantinha uma conduta política que em muito se diferenciava de seu ardente nacionalismo que desabrocharia nas décadas seguintes.

Por toda sua vida Sybel lutou contra a ideia de que a História seria apenas ciência, sem nenhuma influência da arte. Do historiador ele esperava três aspectos básicos: a pesquisa empírica crítica, o posicionamento político e a representação artística<sup>28</sup>. O acadêmico elogiava o papel de Friedrich Schiller enquanto historiador, que teria libertado a escrita da história dos círculos de ofício. Em sua forma e conteúdo, os traços artísticos em um trabalho histórico lhe confeririam longa durabilidade.<sup>29</sup>

Após intenso contato com as obras de Bartold Niebuhr<sup>30</sup> e Edmund Burke<sup>31</sup> no *Gymnasium* em Düsseldorf, aos dezessete anos Sybel estava decidido a aprimorar seus estudos na nascente ciência histórica. No seu primeiro ano em Berlim, seguindo o conselho de seu colega Karl Immermann<sup>32</sup>, Sybel optou por frequentar as aulas de Leopold Ranke. Já em seu primeiro semestre, ocupou-se com a *Geschichte des Mittelalters* (História da Idade Média) e matriculou-se nos *historischen Übungen* (Exercícios históricos) de Ranke.

---

<sup>28</sup> Algo que em certa medida o colocava em sincronia com o pensamento de Leopold von Ranke, exceto no tocante ao aspecto político. In: BENTIVOGLIO, J. C. Leopold von Ranke. In: Jurandir Malerba. (Org.). *Lições de História*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, v. 1, p. 133-154.

<sup>29</sup> A própria preocupação estética do autor com a obra histórica pode refletir preocupações políticas, dada a intenção que Sybel possuía em atingir e influenciar politicamente o grande público. In: STIEG, Margaret F. *The Origin and Development of Scholarly Historical Periodicals*. University of Alabama, 1986.

<sup>30</sup> Historiador e funcionário público dinamarquês-alemão (n. 1776- m.1831), um dos principais especialistas em antiguidade clássica do período, considerado um dos fundadores da moderna historiografia ocidental.

<sup>31</sup> Filósofo, estadista, autor, orador e teórico político irlandês que após se mudar para a Inglaterra, serviu por muitos anos na Câmara dos Comuns da Grã-Bretanha como membro do partido *Whig*. Burke é visto por muitos como fundador do moderno pensamento conservador.

<sup>32</sup> Dramatista e novelista prussiano original de Magdeburg.



Como por acaso, no verão de 1835, Sybel passou a frequentar as aulas do jurista Friedrich Carl von Savigny<sup>33</sup>, que anos mais tarde classificaria como "o mais completo professor acadêmico do século dezenove"<sup>34</sup>. Nos dois semestres seguintes o jovem universitário frequentou não menos que cinco seminários jurídicos. Além de Savigny, ele estudara com Adolf Rudorff<sup>35</sup> e Clemens Klenze<sup>36</sup>, direito privado alemão, além de história do direito romano e germânico.

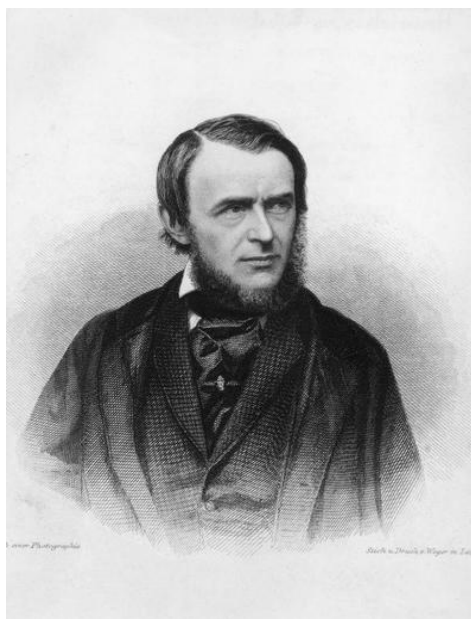


Figura 1 - Heinrich von Sybel nos anos 1840.

Fonte: <http://www.sammlungen.hu-berlin.de/dokumente/13352/>

Sybel mostrara-se satisfeito com a bagagem histórica e cultural desses seminários, mas os fundamentos metodológicos do historiador ainda seriam em maior parte influenciados pelos preceitos de Ranke. Tanto que em sua tese de doutoramento, intitulada *De fontibus libri Jordanis; de origine actuque Getarum (As fontes do livro de Jordanes: A origem e a façanha dos Godos)*, já era perceptível o uso dos métodos rankeanos de crítica empírica. De modo complementar, o conceito de *Volksgeist*<sup>37</sup>,

<sup>33</sup> Jurista e historiador, um dos precursores da moderna história alemã do direito, lecionou durante boa parte de sua biografia na Universidade de Berlim.

<sup>34</sup> SYBEL *apud* BAILLEU, 1908, p. 646.

<sup>35</sup> Jurista e professor de direito romano da Universidade de Berlim na primeira metade do século dezenove.

<sup>36</sup> Jurista e professor de direito criminal na Universidade de Berlim de 1833 a 1838.

<sup>37</sup> *Volksgeist* é um conceito que pode ser traduzido literalmente como "espírito do povo" ou "caráter nacional", significando um único "espírito" possuído por cada povo ou nação. A ideia - interpretada de forma semelhante por Savigny e demais autores da tradição histórica - possui sua origem na era Romântica, tendo sido proposta por Johann Gottfried von Herder.

oriundo da obra de Savigny o habilitara à ideia da possibilidade de "uma consciência geral" em cada sociedade ao longo da história.

A Escola do Direito, impulsionada pelos pressupostos de Savigny, rejeitava filosofias abstratas e a noção de "direito natural", enxergando o desenvolvimento histórico dos povos como principal critério de análise. Uma oposição entre a filosofia totalizante de Hegel e a Ciência Histórica empirista de Ranke e Savigny, marcou alguns dos primeiros atritos políticos da plural Universidade de Berlim.<sup>38</sup>

A proximidade de Sybel com os preceitos daquela nascente *escola* historicista foi essencial para que o autor percebesse as individualidades do processo histórico, em contraste a quaisquer leis gerais de ordenação do passado humano. Para Sybel, assim como para Ranke, o entusiasmo com a História, deveria também emanar do objeto de análise, sendo fundamental que a faceta artística do historiador intermediasse uma relação de empatia com as fontes, de modo que “ninguém pudesse duvidar da sinceridade do narrador, qualquer que fosse a arte de seu estilo”.<sup>39</sup>

Mas em oposição a Ranke, que em função da objetividade da pesquisa pretendia até mesmo "anular-se", Sybel já ensaiara a ideia de que o historiador deveria analisar o passado com paixão e desejo - *cum ira et studio*<sup>40</sup>, como escrito nas últimas páginas de sua tese. Não tardaria para que as inquietações políticas do jovem historiador fossem postas em prática e isso se concretizou, em grande parte, após a realização de sua habilitação como docente pela Universidade de Bonn em 1841, onde Sybel passou a ser influenciado diretamente pelo historiador Friedrich Cristoph Dahlmann.

Foi na pequena cidade renana que Sybel se dedicou à problemática da história medieval, em específico à desconstrução do que considerava a mítica romântica em torno da primeira cruzada cristã. Entretanto, em *Geschichte des ersten Kreuzzugs* (História da

---

<sup>38</sup> IGGERS, Georg. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Rev. ed. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1983, p. 65.

<sup>39</sup> “(...) so wird niemand bei allem kunstlerischen Streben die Unbefangenheit des Erzählers bezweifeln oder den Vorwurf der Manier gegen ihn erheben.” In: SYBEL, Heinrich von. *Geschichte des ersten Kreuzzugs*. J.H.C. Schreiner, 1841, p. 170.

<sup>40</sup> Em oposição à máxima ciceroniana de que a História deveria ser escrita *Sine ira et studio* Sybel afirmava que “*Historiae scriptor scribat cum ira et studio*”. SYBEL, Heinrich von. *De fontibus libri Jordanis; de origine actuque Getarum*. Universitate Friderica Guilelma, 1838, p. 48.

primeira cruzada), o historiador preocupava-se de fato mais em por em prática os preceitos metodológicos aprendidos com Ranke e Savigny do que com quaisquer questões de ordem política de seu tempo.

O trabalho publicado em 1841 provera ao intelectual certo prestígio acadêmico, que o impulsionara a uma massiva produção literária, sobretudo relacionada ao período da Alta Idade Média europeia e às questões político-religiosas medievais. Os tons daquelas nascentes ideias liberais, em sua racionalização da vida pública, passavam aos poucos a ser absorvidos pelo jovem autor.

Mas de fato, suas primeiras preocupações em buscar respostas políticas com o uso do passado se deram com o debate confessional, em seus ataques à Igreja Católica e ao movimento ultramontano<sup>41</sup>. Para Sybel o particularismo ligado aos interesses da nobreza e do clero impedia os ímpetus unitaristas do Estado. O ativismo católico e a ação ultramontana da igreja de Roma seriam o principal alvo de ataques do historiador.

Para seu desgosto nos anos 1840, as políticas de tolerância do monarca recém-empossado Frederico Guilherme IV<sup>42</sup>, propiciaram uma expansão ainda maior do movimento ultramontano nos arredores da Renânia. O ápice da expressão confessional e política de seus adversários católicos se deu em 1844, quando o bispado de Trier organizou procissões em decorrência da exibição de uma relíquia conhecida como o “Manto sagrado de Trier”.

Em resposta ao que julgava como o culto de um mito e a negação da razão, Sybel em parceria com o teólogo e professor de Bonn, Johann Gildemeister, publicara uma minuciosa pesquisa, onde em linguajar irônico expunha a falsidade da relíquia e de outras credices tipicamente católicas. Em *Der heilige Rock zu Trier und die zwanzig andern heiligen ungenähten Röcke* (O manto sagrado de Trier e outros vinte mantos

---

<sup>41</sup> DOTTERWEICH, Volker. *Heinrich von Sybel: Geschichtswissenschaft in politischer Absicht*. Göttingen. Vandenhoeck und Ruprecht, 1978, p. 62.

<sup>42</sup> Com a morte de seu pai em Junho de 1840, Frederico Guilherme IV, foi coroado rei da Prússia. De personalidade controversa, o início do seu reinado foi marcado por uma série de medidas de caráter liberal, como a diminuição da censura, maior tolerância religiosa e a libertação de presos políticos.

sagrados disseminados), ficam claras as pretensões racionalistas no pensamento do autor, e os ideais de esclarecimento da população a partir da investigação histórica.<sup>43</sup>

A ampla tiragem desse trabalho, e os rebuliços causados pelas afirmações do autor protestante, lhe renderam péssima reputação entre os círculos católicos renanos. A ênfase no cientificismo e na razão empírica rankeana são o corolário da intenção pedagógica existente nesses escritos históricos de polêmica. Contra a farsa e as pretensões políticas ultramontanas, Sybel se utilizaria da ciência e da razão em um caminho de esclarecimento popular.

Seguindo a publicação de "O manto de sagrado de Trier", Sybel se dedicaria a mais dois trabalhos orientados pelos desafios de seu presente político. Nos ensaios *Über das Königreich Jerusalem 1100-1131 (Sobre o Reino de Jerusalém)* (1844) e *Über den zweiten Kreuzzug (Sobre a Segunda Cruzada)* (1845), o intelectual mais uma vez focava o fenômeno das Cruzadas, almejando esclarecer como a crença religiosa poderia traduzir-se em intenções políticas claras. Não por acaso suas afirmações iam ao encontro do que considerava a ameaça do ultramontanismo de seu tempo, que em sua ótica, de movimento religioso paulatinamente se converteria em um perigo político real.<sup>44</sup>

No mesmo período, a oposição aos valores feudais de um setor da aristocracia agrária da Renânia levaram Sybel a se auto-intitular um “liberal-constitucionalista” (*konstitutionell-liberal*), em um sentido amplo e genérico, semelhante ao que era pensado por seus companheiros liberais pré-revolucionários<sup>45</sup>. Ele possuía a única certeza de que as tendências universalistas da igreja romana ligadas ao movimento ultramontano não poderiam se sobrepor ao que concebia com “fronteiras nacionais”, mesmo que tal definição ainda não lhe fosse bastante clara.

Outro norte em seu pensamento era a negação de espaço político para os antigos ideais feudais de uma nobreza agrária conservadora. Sybel associava aquele pensamento

---

<sup>43</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 76.

<sup>44</sup> Em seu ensaio "*Die politischen Parteien der Rheinprovinz*" (Os partidos políticos na província renana), publicado em 1847, Sybel escrevia: "O ultramontanismo e o patriotismo alemão são duas coisas que se excluem: não se pode servir a duas metas ao mesmo tempo, ao papa e ao rei, entre os dois é necessário escolher um". In: GUILLAND, Antoine. *Modern Germany & her historians*. Jarrold & sons, London, 1915, p. 181.

<sup>45</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 63.

retrógrado dos *Adelstände* (estratos aristocráticos) às pretensões políticas da igreja católica renana. Em artigos para o jornal *Kölnischer Zeitung*, classificava os anseios aristocráticos como anacrônicos, contrariando as tendências econômicas do que via como uma cada vez mais bem organizada classe média liberal (*Wirtschaftsbürgertum*).<sup>46</sup>

Mas o caráter controverso das opiniões do intelectual renano reverberariam também entre os seus pares. Como visto em *Entstehung des deutschen Königtums* (A Fundação do reino alemão) de 1844, Sybel empreendera uma pesquisa cujos resultados em muito divergiam das opiniões de Jacob Grimm e do próprio Georg Waitz – este também discípulo de Ranke em Berlim - quanto à origem da monarquia e constituição germânicas da Antiguidade à Idade Média.

Ciente da controvérsia nacional que suas conclusões podiam gerar, Sybel esclarecia aproximar-se dos elementos da cultura (*Kultur*) e faculdade formativa (*Bildungsfähigkeit*) nacionais, que não necessariamente se relacionariam com formações culturais de períodos anteriores. Essas abstrações herdadas da escola do direito permitiam que o historiador interpretasse na abertura da cultura alemã em relação a outros povos - como no exemplo da recepção do direito romano - um determinado nível cultural conciliador e unitarista.<sup>47</sup>

Ainda em Bonn, Sybel conheceu a filha de um comerciante de Darmstadt, Caroline Eckhardt, com quem se casara em 1841. O jovem casal vivia prosperamente às margens do rio Reno, nos limites do que poderia ser propiciado pelo cargo de professor associado (*außerordentlichen Professor*) do historiador recém-habilitado: “não vivíamos apenas junto aos livros, (...) levávamos uma vida alegre repleta de concertos, bailes, piqueniques e uma boa reputação na sociedade”.<sup>48</sup>

Aqueles anos iniciais de atividade acadêmica em Bonn proveram a Sybel os primeiros passos de uma incipiente vocação política capitaneada pelo debate confessional e

---

<sup>46</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 91.

<sup>47</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 105.

<sup>48</sup> “*Wir hielten nicht bloß bei den Büchern zusammen, sondern führten auch ein lustiges Leben, stifteten einen Schwanen-Orden, so genannt nach dem Wirthshaus, wo er tagte, veranstalteten Concerte, Bälle, Landpartien und genossen eines guten Ansehens in der Gesellschaft*”. SYBEL, *apud* BAILLEU, Paul. 1908, p. 648.

iniciado com a publicação de suas primeiras obras<sup>49</sup>. Nessa fase de sua biografia, o historiador se preocupava primeiramente em estabelecer-se acadêmica e financeiramente, sem perder de vista algumas inquietações políticas que aos poucos enxergava como nocivas aos interesses de uma classe média urbana ilustrada.

### 1.1. Os anos de Marburg: Sybel e os levantes de 1848

Mas o ambiente de uma Renânia católica parecia não favorecer os anseios e impulsos criativos do historiador protestante que aceitaria no verão de 1845 o convite para lecionar como professor ordinário de História (*ordentlichen Professor der Geschichte*) pela Universidade de Marburg. Seria na pequena cidade de Kurhessen<sup>50</sup> que o intelectual traçaria em definitivo os rumos de sua carreira político-acadêmica, assumindo manifestamente as intenções nacionais de um liberalismo moderado.



Figura 2 – Grupo de professores da Universidade de Marburg em 1856. Sybel é o terceiro em pé, da esquerda para a direita.

Fonte: [http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub\\_image.cfm?image\\_id=301](http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_image.cfm?image_id=301)

<sup>49</sup> Nesse sentido, Volker Dotterweich acredita que na primeira fase de sua biografia, em oposição ao catolicismo político, e também contrário a alguns preceitos da ortodoxia protestante, em nome da política, da ciência e da ética social, aspectos específicos de sua crença fizeram com que Sybel concebesse uma indiferença entre política e ciência no século dezenove. Acreditando na razão humana e no poder do “livre pensamento”, o historiador passava a lutar pela autonomia da vida social e política, envolta pelo princípio da racionalidade no campo da ciência. In: DOTTERWEICH, 1978. p. 68.

<sup>50</sup> O termo Kurfürstentum Hessen ou Kurhessen (Hesse eleitoral) era bastante utilizado para denominar a região de Hesse-Kassel naquele período e posteriormente.

O historiador aos poucos buscava posicionar-se politicamente, ainda que seu posto na universidade local não o permitisse demandar muito tempo à atividade política. Já bem estabelecido nos círculos científicos de Marburg, o intelectual demonstrara não abandonar aquele temperamento impulsivo da época renana, se envolvendo na defesa da liberdade de pesquisa em nome da cientificidade e do conhecimento histórico.<sup>51</sup> Da mesma maneira, sua insistente oposição aos elementos feudais e aristocráticos da sociedade alemã sintonizava seus anseios àqueles de uma burguesia liberal ao mesmo tempo preocupada em se distanciar dos movimentos radicais que ganhavam paulatina força naqueles conturbados anos quarenta. Naquele momento Sybel já havia percebido as torrentes de insatisfação que acometiam as classes baixas e pareciam também se expandir entre os círculos das classes médias urbanas.

Em 1847, às vésperas da convocação do primeiro *Landtag*<sup>52</sup> por Frederico Guilherme IV, o historiador percebia na emergência de “tendências socialistas e comunistas entre os jovens e as classes trabalhadoras”<sup>53</sup> o perigo de um distúrbio social, evitável apenas com a intervenção prévia do Estado soberano.<sup>54</sup>

Contra o republicanismo, a democracia radical e o socialismo, que enxergava como ameaças à ordem social e ao caminhar constitucional da nação, Sybel redigira uma análise sobre os *Partidos políticos na Renânia e sua relação com a constituição prussiana (Die politischen Parteien im Rheinlande in ihrem Verhältniß zur preußischen*

---

<sup>51</sup> Atitude tomada em ocasião da prisão e afastamento de seu colega Bruno Hildebrand, que perdera o posto de professor em Marburg após a publicação de artigos no periódico ilegal *Londoner Deutschen Zeitung* em 1847. In: DOTTERWEICH, Volker. *Op. Cit.* p. 167.

<sup>52</sup> Com o objetivo de resolver questões de ordem legislativa e orçamentária o monarca prussiano convocou em abril de 1847 uma dieta legislativa que apesar de suas limitadas atribuições ocasionou as mais distintas manifestações pró-constitucionais.

<sup>53</sup> “*Sozialistischer und kommunistischer Tendenzen bei der Jugend und den arbeitenden Klassen*” In: SYBEL, Heinrich. *Die politischen Parteien im Rheinlande in ihrem Verhältniß zur preußischen Verfassung*. Julius Buddeus, Düsseldorf, 1847, p. 81.

<sup>54</sup> O historiador logo assumiria uma postura mais incisiva e menos tolerante em relação ao radicalismo das massas, principalmente após o decurso de 1848. In: DOTTERWEICH, 1978, p. 169.

*Verfaßung*)<sup>55</sup>, esclarecendo se afastar do entusiasmo democrático e de especulações cosmopolitas.<sup>56</sup>

Na mesma época as visões e alinhamentos a um tipo conservador de liberalismo começavam a aparecer, assim como um interesse cada vez mais manifesto pelas problemáticas da história contemporânea, como perceptível em trabalhos tais quais *Ueber die heutigen Tories* (1846); *Ueber das Verhältniß unserer Universitäten zum öffentlichen Leben* (1847); *Edmund Burke und die französische Revolution* (1847) e *Edmund Burke und Irland* (1847).

Contra as noções de democracia (*Demokratie*) e soberania popular (*Volkssouveranität*) Sybel passava a argumentar pela ideia de um *Rechtstaat* (Estado de direito) alemão como forma de ordenar as liberdades individuais dos cidadãos sob a tutela do Estado, de modo que este se inclinasse “não aos caminhos dos direitos dos homens ou da soberania popular, mas no interior do sistema germânico e monárquico para atingir a sua meta”.<sup>57</sup>

É sob a influencia de Niebuhr que Sybel justificaria o afastamento de sua ética histórica do preceito de neutralidade rankeano, de modo que a escrita histórica de seu tempo não se “limitasse ao conhecimento antiquário e a formas estéticas, estando pautada pela consciência nacional e política”<sup>58</sup>.

Em março de 1848 as notícias dos levantes populares em vários Estados alemães haviam chegado e agitado também os cidadãos de Kurhesse. Sybel havia nos últimos anos se estabelecido como uma influente figura política em Marburg e enxergava naquele momento de insubordinação a possibilidade de alcançar algumas das mais

---

<sup>55</sup> Na mesma obra o historiador esclarecia sua repulsa ao radicalismo revolucionário ao declarar ser “impossível a fundação de uma monarquia constitucional por meio da revolução. Cf: SYBEL, 1847, p. 63.

<sup>56</sup> “*toto coele entfernt von demokratischer Begeisterung und kosmopolitischer Spekulation*”. In: SYBEL, 184, p. 59.

<sup>57</sup> “*er nicht auf dem Wege der Menschenrechte oder der Volkssouveranität, sondern mitten im germanischen und monarchischen Systeme zu seiner Forderung gelangen*”. In: SYBEL, 1847, p. 59.

<sup>58</sup> “*Damals verfesste Niebuhr mit starker Hand die deutsche Geschichtsforschung mitten in den Kreis der wirklichen Dinge, und forderte von ihr neben ästhetischen Formen und antiquarischer Kenntniss ein politisches und nationales Gewissen*”. In: SYBEL, Heinrich von. *Ueber das Verhältniß unserer Univeritäten zum öffentlichen Leben*. Bayrhoferi' sche Universitäts Buchhandlung, Marburg, 1847, p. 10.



latentes demandas do liberalismo local como as liberdades de imprensa e de associação, a agilidade jurídica e um órgão de representação nacional.<sup>59</sup>

Como membro do Conselho Popular de Marburg (*Marburger Volksrates*), no fim de março o historiador seguiria para Frankfurt após convite do Comitê dos Sete de Heidelberg<sup>60</sup> (*Heidelberger Siebener-Ausschusses*) que havia decidido pela convocação de um parlamento para a organização de eleições nacionais livres. Já na Igreja de São Paulo, Sybel não hesitaria em expor seus receios anti-republicanos, que se enalteciam com sua observação da crescente agitação das massas que classificava como “fanáticas” e “inquieta”.<sup>61</sup>

O fim da ordem iniciada em 1815 parecia certo, e a incapacidade das forças de reação realizarem aquele processo de mudanças motivavam as opiniões de Sybel durante o Pré-parlamento. A convocação daquela instituição representava para o historiador “um grande exemplo moral para uma pátria em ruínas”<sup>62</sup>, estimando por sua permanência enquanto órgão representativo nacional.

Mas essa posição em nada se aproximava daquela da esquerda radical, que também optava pela permanência do parlamento, mas como centro de representação da soberania popular e órgão executivo da revolução. Sybel não possuía quaisquer simpatias pela democracia, e observava com reprovação os movimentos republicanos que se formavam em solo alemão.

Em termos reais, o intelectual pertencia àquela parcela do movimento liberal que almejava um rápido fim ao processo revolucionário. Para ele a revolução terminara com o início da Assembleia Nacional de Frankfurt em abril de 1848. Tanto que em sua

---

<sup>59</sup> SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978, p. 170.

<sup>60</sup> O *Heidelberger Versammlung* de 5 de março de 1848, reuniu cinquenta e um políticos liberais no Hotel Badischer Hof após o convite de Johann von Itzsteins. O principal resultado desse encontro foi o estabelecimento da *Siebenerausschuss*, idealizada por Karl Welcker, com a emissão dos convites para a participação de delegados no Pré-Parlamento de Frankfurt ao fim daquele mês.

<sup>61</sup> Sybel oporia em especial os movimentos republicanos organizados por Friedrich Hecker e Georg Herwegh em abril de 1848, que possuíam o objetivo de derrubar a monarquia no Grão-ducado de Baden.

<sup>62</sup> “*des "gössten moralischen Eindrucks", den er sich von ihr auf das "auseinanderfallende Vaterland" erhoffte*” In: SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978, p. 172.

opinião todas as ocorrências externas à Igreja de São Paulo seriam um “sacrilégio ilegítimo à pátria alemã”.<sup>63</sup>

De fato, os rumos da revolução serviram para enaltecer o sentimento monarquista do historiador e de seus correligionários moderados<sup>64</sup>. Avesso à irracionalidade do jugo popular, o historiador simpatizava cada vez mais com o centro moderado, posteriormente representado em Frankfurt pela facção política do Cassino.<sup>65</sup>

E foram exatamente essas abertas posições anti-democráticas que lograram o fracasso de sua eleição à Assembleia Nacional Alemã. Malgrado um par de janelas quebradas ocasionadas pela visita indesejada de opositores a sua casa em Marburg<sup>66</sup>, Sybel resguardaria os ideais liberais-conservadores durante toda a revolução, primeiramente com a participação em um jornal constitucionalista (*Neue Verfassungsfreund*<sup>67</sup>) e posteriormente com a fundação de uma associação nacionalista-liberal (*Vaterlandsverein*<sup>68</sup>) em Marburg. No programa de fundação dessa associação em abril de 1848, enfatizando mais uma vez acreditar no fim da revolução, Sybel deixava claro:

Os objetivos da Associação são: a melhoria do nosso estatuto legal, da constituição e da liberdade - prevenindo quaisquer ataques violentos contra os mesmos (...) O povo conseguiu um governo para si, no qual ele confia, e onde a liberdade de imprensa e o direito de associação obtidos de forma

<sup>63</sup> Als “Unrecht” und “Frevel am Vaterlande” SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978, p. 172.

<sup>64</sup> WIRSCHING, Andreas. Liberale Historiker im Nachmärz: Georg Gottfried Gervinus und Heinrich von Sybel. In: KOOPMANN, Helmut; PARRAUDIN, Michael (Org.). *Formen der Wirklichkeitserfassung nach 1848*. Deutsche Literatur und Kultur vom Nachmärz bis zur Gründerzeit in europäischer Perspektive. Bielefeld, Aesthesis, 2003, p. 147-165.

<sup>65</sup> A Facção Política do Cassino (*Casino-Faktion*) foi uma ala liberal moderada no Parlamento de Frankfurt, formada em 25 de Junho de 1848. Como a formação de partidos havia sido proibida durante todo o período do *Vormärz* os políticos alemães haviam se dividido em grupos de interesse em comum que posteriormente foram nomeados como facções (*Faktionen*). A maior parte desses grupos do Parlamento, tinha eu seu nome uma referência ao local de encontro usual de seus membros em Frankfurt am Main. O Cassino era a maior e mais influente facção na Igreja de São Paulo, seus membros eram na maior parte nacional-liberais.

<sup>66</sup> SOUTHARD, Robert. *Droysen and the Prussian School of History*. Lexington, KY: University Press of Kentucky, 1995, p. 116.

<sup>67</sup> Editado por Carl Ludwig, com a redação de Adam Pfaff (aluno de Sybel), o *Neue Verfassungsfreund* tornou-se o mais prestigiado jornal constitucionalista de Kurhessen durante o período revolucionário.

<sup>68</sup> Nos primeiros quatorze dias a *Vaterlandsverein* (Clube patriota) de Sybel recebeu mais de quatrocentos membros. Em seu controle estavam principalmente os professores da Universidade de Marburg, além de intelectuais e profissionais liberais de prestígio na sociedade local. Ela concentrava seu programa principalmente nas propostas de administração local, no auto-governo municipal, no emprego aos artesãos e na reforma do sistema educacional. Entre seus membros mais influentes estavam o químico Robert Bunsen, o orientalista Johann Gildemeister, e o anatomista Ludwick Fick. In: DOTTERWEICH, 1978, p. 178.

legal, farão valer todas as melhorias do porvir (...) Agora, é urgente a necessidade de esclarecer: em Hesse está a revolução, isto é, os tempo de mudança violenta no Estado terminada.<sup>69</sup>

Eleito para o décimo primeiro *Landtag* de Kurhesse, já sob os reflexos da contra-revolução em Viena e Berlim, o intelectual se destacaria como o principal defensor de uma lei eleitoral limitada, contrária à soberania popular e alinhada aos interesses de uma classe média que considerava como o centro e a força nacionais (*der Kern und die Kraft des Volkes*).<sup>70</sup>

Se as características e atitudes de um estrategista e líder político passavam a emergir, é notório perceber que 1848, consolidaria, sobretudo as visões de um homem público cada vez mais comprometido com a causa nacional em seus contornos prussianos. Percebe-se que até a metade do século o professor de Marburg ainda não havia se preocupado com a questão da unidade, extensão territorial e constitucionalidade do Estado alemão, tendo a revolução trazido doravante tais temáticas ao cerne de sua compreensão política.<sup>71</sup>

Apesar das duras críticas ao monarca Frederico Guilherme IV<sup>72</sup>, Sybel passava a enxergar a monarquia constitucional como o único caminho à estabilidade dos Estados europeus modernos. Se na América a constituição liberal depararia unicamente com os desafios e questões sociais, o Novo Mundo não contaria com os contratemplos dos “conflitos de forças vizinhas” (*mächtigen Nachbarn*) tão caros ao velho continente.

---

<sup>69</sup> “Der Zweck des Vereins ist: gesetzliche Verbesserung unsrer Zustände, Verfassung und Freiheit - und Verhinderung jedes gewaltsamen Angriffs auf dieselben (...).Das Volk hat sich eine Regierung geschaffen, zu der es Vertrauen hat, es hat in der Pressfreiheit und dem Vereinsrecht gesetzliche Mittel gewonnen, um alle weiteren Verbesserungen durchzusetzen.(...)Es ist jetzt dringend nöthig, zu erklären: in und für Hessen ist die Revolution, d.h. die Zeit der gewaltsamen Staatsänderung beendet.”. In: *Entwurf des Parteiprogramms des Vaterlandsvereins mit Statuten von Heinrich Sybel*. 28. April 1848. HStAM Best. 180 LA Marburg Nr. 36. Disponível em: <http://www.digam.net/?exp=170> .Acesso em 11 set. 2012, p. 147-165.

<sup>70</sup> “Die selbständigen und unabhängigen Leute des Mittelstandes sind der Kern und die Kraft des Volkes: auf sie muss der Staat sein ganzes Dasein stützen, sie müssen auch bei den Wahlen entscheiden”. SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978. p. 185.

<sup>71</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 187.

<sup>72</sup> Soubretudo após sua rejeição da coroa do Império Alemão em 1849, Sybel se referia ao monarca prussiano como “maldito comediante” (*blutige Komödianten*), e após os episódios das barricadas em Berlim asseveraria ainda mais suas críticas ao mencionar que “Frederico Guilherme IV não é nenhum herói”. SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978, p. 189.

Seria justamente a preocupação com um Estado forte (*Machtstaat*) que faria Sybel concluir ser a monarquia constitucional a “forma natural de organização dos Estados na Europa contemporânea”<sup>73</sup>. Ao longo dos desdobramentos daquele ano revolucionário, as implicações práticas dariam cor às opiniões políticas do antigo pupilo de Ranke.

A questão de Schleswig-Holstein, os distúrbios de setembro e os debates parlamentares pela exclusão austríaca, o fariam repensar sua opinião sobre o papel Prússia e sua dinastia no processo de unificação germânica:

Os Estados alemães possuem novamente vigor e disponibilidade, e para eles não há outra possibilidade de chegar à unidade, senão entregando a espada ao Estado mais forte, a espada para a necessidade, o cetro para uma situação duradoura e, assim espero, saudável.<sup>74</sup>

Essa primeira grande decisão política de Sybel e da ala moderada do movimento liberal é percebida por Hans Schleier como resultado de uma aliança de classes entre a burguesia e as elites feudais alemãs, influenciando diretamente os ditames ideológicos do jovem Sybel e da Escola Histórica Prussiana, que passavam definir sua agenda sobre uma base nacionalista concreta.<sup>75</sup>

Dotterweich, por sua vez, busca perceber quatro motivos principais para a guinada prussiana na concepção nacional do autor: 1) o caráter geográfico estratégico de uma “Alemanha Pequena”, sem os prejuízos de um Estado multinacional como o exemplo austríaco; 2) o medo da esquerda revolucionária, da democracia e do socialismo, tidos como “inimigos internos da nação”, que tenderiam a se dispersar sob a tutela de um Estado forte; 3) a ameaça imediata ao liberalismo burguês, após o fortalecimento das forças reacionárias em diversos Estados alemães e, por último; 4) A necessidade de um Estado forte militarizado (*Machtstaat*), tendo em vista o dualismo austríaco-prussiano, e a particularidade dos Estados-nação no contexto político europeu.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> "naturgemässen Form des heutigen Staates in Europa". In: SYBEL, 1847, p. 73.

<sup>74</sup> "Die einzelnen Staaten Deutschlands sind wieder in Wirksamkeit getreten, sie sind vorhanden, und daraus ergibt, sich keine andere Möglichkeit, zur Einheit zu kommen, als dem mächtigsten Staat das Schwert in die Hand zu geben, das Schwert für den Fall der Not, den Szepter für den bleibenden und den hoffentlich gesunden Zustand". SYBEL, apud DOTTERWEICH, 1978, p. 190.

<sup>75</sup> SCHLEIER, Hans. *Sybel und Treitschke: Antidemokratismus und Militarismus im historisch-politischen Denken grossbourgeoiser Geschichtsideologen*. Akademie-Verlag, Berlin, 1965, p. 45.

<sup>76</sup> DOTTERWEICH, 1978., p. 192.

A rejeição da coroa nacional por Frederico Guilherme IV em abril de 1849 marcaria o fim definitivo das esperanças em um êxito revolucionário por parte dos liberais. Sybel ainda veria suas últimas expectativas se esvaírem no fracassado Parlamento de Erfurt e em outubro de 1850 a postura passiva da coroa prussiana culminaria na humilhação de Ölmütz<sup>77</sup>, desenlace diplomático que assolaria de pessimismo suas declarações públicas naquele período. A Prússia não teria outro futuro, senão o da reação das hierarquias feudais, em um terrível solo fértil para a propagação de revoluções sociais e democráticas: “O radicalismo será o ator principal e se assim feito pela política conservadora, os sentimentos de honra, nacionalidade e direito desaparecerão da esfera nacional”.<sup>78</sup>

Mas todo esse fatalismo encontraria seus limites na percepção das demandas políticas reais de seu presente, e um ano mais tarde o historiador já enfatizaria a força do Estado prussiano mesmo em momentos de fraqueza e derrota<sup>79</sup>. Sybel, assim como Droysen<sup>80</sup> e Dahlmann, parecia cada vez mais consciente do seu papel na construção de um horizonte nacional-liberal no Estado alemão<sup>81</sup>. Ainda que 1848 houvesse abalado boa parte de suas esperanças, os acontecimentos e reverberações daquele ano revolucionário imprimiram reflexos duradouros em suas expectativas nacionais futuras.

---

<sup>77</sup> O "Contrato de Olmütz" (*Olmützer Punktation*) de 29 de novembro de 1850 foi um acordo diplomático firmado entre a Prússia, a Áustria e a Rússia no qual se chegava a um consenso quanto ao conflito entre a Áustria e a Prússia sobre a questão da unidade alemã. O tratado ficou conhecido à posteriori como "A humilhação de Olmütz" (*Olmützer Erniedrigung*) dadas as condições desfavoráveis impostas ao reino da Prússia e aos Estados alemães menores.

<sup>78</sup> SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978, p. 194.

<sup>79</sup> SOUTHARD, 1995, p. 210.

<sup>80</sup> Johann Gustav Droysen (1808-1884) foi um dos mais significativos representantes do pensamento histórico alemão do século XIX. Estudou na Universidade de Berlim, e lecionou nas Universidades de Kiel, Jena e Berlim.

<sup>81</sup> Klaus Malettke afirma que nesse momento haveria no pensamento de Sybel uma primeira inclinação ao que depois se conceberia como *Realpolitik* (Política real) de ênfase no pragmatismo e concretude no universo político alemão. In: MALETTKE, Klaus. *La Révolution française dans l'historiographie allemande du XIX siècle: le cas de Heinrich von Sybel*. In: MÖLLER, Horst. *Francia: Forschungen zur westeuropäischen Geschichte*. Sigmaringen, Thorbercke, Bd. 16, 1989.

## 1.2. O período pós-revolucionário, a *História da Revolução Francesa* e os anos em Munique

O período de Restauração conservadora havia resultado em uma espécie de abstinência política a Heinrich von Sybel, que em 1853<sup>82</sup>, contando com trinta e seis anos de idade, se encontrava no auge de seu vigor acadêmico. Esse afastamento direto da política, em contraparte, havia propiciado a expansão da rede de contatos do historiador, que iniciaria a partir daquela época uma intensa troca de correspondências com nomes centrais do círculo universitário alemão como Johann Droysen e Max Duncker.



Figura 3 – Sybel no início da década de 1860 em Munique.

Fonte: [http://192.68.214.70/blz/eup/01\\_11/1.asp](http://192.68.214.70/blz/eup/01_11/1.asp)

A criação de uma sólida rede de contatos serviria para confirmar os interesses comuns daqueles homens em torno do que posteriormente seria concebido como a causa política nacionalista-liberal. Auto-incumbidos da missão de fomentar os sentimentos nacionalistas pró-prussianos de seus conterrâneos, esses intelectuais buscavam de forma

---

<sup>82</sup> Ano de lançamento do primeiro volume de sua *História da Revolução Francesa*.

cada vez mais visível concretizar a transição do idealismo ao realismo político na sociedade alemã de seu tempo.<sup>83</sup>

É nesse período que Sybel iria se dedicar a um ambicioso projeto de pesquisa em arquivos franceses, ingleses, austríacos, belgas e alemães que levaria em conta questões latentes em sua visão política. Ciente da crescente sedução ideológica do pensamento radical europeu, o historiador sentir-se-ia motivado a orientar historicamente seus contemporâneos, sobretudo no que diz respeito aos perigos e descaminhos daquelas ideias radicais: “eu decidi escrever um pequeno ensaio ou uma brochura para explicar ao povo a que miséria a grande Revolução Francesa levou as classes baixas em razão de suas tendências comunistas”.<sup>84</sup>

Mas o “pequeno ensaio” se converteria em cinco volumes, iniciados em 1851 e publicados pela primeira vez dois anos mais tarde com o título *Geschichte der Revolutionzeit von 1789 bis 1795 (História dos tempos revolucionários de 1789 a 1795)*. Cada nova edição da obra seria revista, corrigida e consideravelmente aumentada a partir de novos resultados obtidos com suas pesquisas em arquivo. Tanto que sua última versão apareceria apenas em 1889, já incluindo em seu conteúdo o período do Diretório e as primeiras guerras napoleônicas.

Tamanha dedicação seria recompensada ao autor com a boa repercussão de seu trabalho<sup>85</sup> com a sua tradução e publicação na França e na Inglaterra. A aplicação dos preceitos metodológicos rankeanos, a partir do caráter científico de sua abordagem histórica, conferiria as marcas de uma pesquisa empírica sem precedentes, haja vista o fato de muitas de suas fontes serem compostas por materiais inéditos, jamais acessados, mesmo pelo público francófono.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> GOOCH, George Peabody. *History and historians of the nineteenth century*. London; New York: Longmans, Green, 1913, p. 130.

<sup>84</sup> “radikale Partei zahlreiche kommunistische Elemente mit sich vereinigte, anhand einer kleinen Broschüre Genüge tun und darstellen wollen, in welches Elend die grosse Französische Revolution gerade die niederen Klassen durch ihre kommunistischen Tendenzen gestürzt hatte”. SYBEL *apud* GUILLAND, 1915, p. 161.

<sup>85</sup> A obra vigoraria durante um bom tempo entre as principais referências sobre o assunto tanto na França quanto na Alemanha. In: MALETTKE, 1989, p.107.

<sup>86</sup> Sybel utilizara de sua influência para obter a autorização pessoal de Napoleão III no acesso aos arquivos do Ministério da Guerra e das Relações Estrangeiras franceses. In: MALETTKE, 1989, p. 106.

Sybel não escrevia a história de um evento específico, mas a do desenvolvimento de um fenômeno mundial muito mais amplo. O historiador buscara tratar a Revolução Francesa dentro de um contexto mais elástico, como a interação entre desenvolvimentos econômicos, sociais, diplomáticos e militares, ou, para utilizar o termo de Leopold von Ranke, na dimensão da "história universal" (*Universalgeschichte*).<sup>87</sup>

Dentro dessa compreensão dinâmica do processo revolucionário o ocorrido em 1789 seria a culminação de uma linha de continuidade, de um "processo mundial iniciado há três séculos" (*vor drei Jahrhunderten begonnenen Weltprozesses*), não o seu começo e nem o seu fim:

Desde o fim da Idade Média, as nações da Europa passavam a lutar para atingir o mesmo objetivo - apesar de não possuírem o mesmo programa político - que a assembleia francesa de 1789 esperava obter para a França. Esse objetivo era a remoção de toda autoridade ilegítima, o enfrouxamento de limitações arbitrárias e a derrubada de todas as barreiras não-naturais.<sup>88</sup>

Esse fenômeno teria sua expressão em nomes como Colombo, Lutero e Copérnico, passando por Frederico II, pelo Iluminismo, até os movimentos liberais de seu próprio tempo. Todos esses decursos históricos e individualidades apareciam em seus contextos como representantes da forma moderna de pensar a liberdade.<sup>89</sup>

A própria noção do que o historiador denominava "tempos revolucionários" (*Revolutionzeit*) possuía um sentido abrangente. Para Sybel eles seriam o resultado da renovação religiosa e material trazida pela Reforma; do surgimento de uma nova visão de mundo com o desenvolvimento da pesquisa e das ciências naturais; do crescimento de uma cultura secular, com o advento da técnica e da industrialização; além do desenvolvimento do Estado moderno, após o fim da aristocracia feudal, sob os auspícios da monarquia constitucional. Todos esses eram ditames históricos que não coincidentemente possuíam a marca dos interesses de um historiador protestante e liberal.<sup>90</sup>

Nessa associação da marca revolucionária à modernidade Sybel cunhava o conceito de um "processo mundial" (*Weltprozess*), em consonância com a sua concepção da

---

<sup>87</sup> MALETTKE, 1989, p. 109.

<sup>88</sup> SYBEL, Heinrich von. *History of the French Revolution*. J. Murray, v. 1, London, 1867, p. 194.

<sup>89</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 203.

<sup>90</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 203.



História, como um *continuum* no qual os sucessos permanentes em uma lógica causal tendiam a ser enaltecidos. Em razão de suas leis imanentes a História seguiria uma linearidade, sem cisões ou rupturas. Os objetivos do progresso eram vistos como a liberdade (*Freiheit*) e a formação cultural (*Bildung*). Ao contrário do percebido por Alexis de Tocqueville ou Georg Gervinus, Sybel entendia que tais fins não haviam sido conquistados pela Revolução Francesa<sup>91</sup>, estando, pelo contrário, legados a uma realização futura.<sup>92</sup>

A história da revolução de Sybel o colocaria definitivamente entre os grandes nomes da ciência histórica alemã, confirmando a inclinação às temáticas em voga no presente traduzidas em seu crescente interesse por assuntos relacionados à história contemporânea. A fama do historiador expandira-se de tal modo que seus escritos haviam chegado à corte bávara, onde o rei Maximiliano II interessar-se-ia por seu trabalho. Por intermédio e indicação de Ranke o monarca convidaria o autor renano para a cátedra de história na Universidade de Munique, que Sybel passaria a ocupar a partir de 1856.

O soberano bávaro possuía os investimentos nas artes e na cultura como centrais em sua administração<sup>93</sup>, o que em grande medida facilitaria a captação de recursos e a execução de projetos por parte de homens de letras circunscritos ao reino. Foi na esteira de tais intenções que Sybel capitanearia em 1859 a criação da *Historische Zeitschrift*, o primeiro periódico especializado na moderna ciência histórica, que se tornaria referência para uma série de outros anuários científicos do gênero por toda a Europa.<sup>94</sup>

O pioneirismo do intelectual se alinhava em grande medida aos seus cada vez mais manifestos ideais nacionalistas que tinham como cerne a criação de um Estado alemão

---

<sup>91</sup> Na realidade o historiador acreditava que a coroa francesa teve a possibilidade em 1789 de implementar reformas constitucionais que impediriam o radicalismo e abririam frentes ao progresso. In: SEIER, Hellmut. Heinrich von Sybel. In: WEHLER, Hans Ulrich (Org.). *Deutsche Historiker*. vol. 2, Vandenhoeck und Ruprecht, Göttingen, 1971, p. 35.

<sup>92</sup> KOHLEN, Torsten. Heinrich von Sybel: Die Revolution innerhalb der europäischen Geschichte. In: Erich Pelzer (Org.). *Revolution und Klio: Die Hauptwerke zur Französischen Revolution*. Vandenhoeck & Ruprecht, 2004, p. 240.

<sup>93</sup> Um dos objetivos de Maximiliano II era tornar a Bavária um dos centros de referência quanto à Ciência Histórica na Europa, para tal o monarca criaria em 1858 a *Historische Kommission bei der Bayerische Akademie der Wissenschaften* que reuniria os mais renomados historiadores alemães em torno de uma proposta de institucionalização da história científica.

<sup>94</sup> Dentre os periódicos abertamente influenciados pela *Historische Zeitschrift* se destacam o francês *Revue Historique*, fundado em 1876 e a *English Historical Review* de 1886.

sob a égide prussiana. Do mesmo modo, seu texto havia em definitivo incorporado a intenção de desconstruir a contra-proposta de hegemonia austríaca sobre a Alemanha, intencionando a todo custo associar ao Estado católico a imagem de arcaísmo institucional e político: “a monarquia absoluta é representada em suas cores mais vivas pelos católicos Habsburgo e Bourbon, sendo trazida à Alemanha por seus imitadores”.<sup>95</sup>

O desenvolvimento acadêmico e literário de Sybel em Munique é reflexo em grande medida de um contorno mais amplo da ciência histórica alemã naquele momento. Assim como Droysen, Waitz e Theodor Mommsen, o historiador passava a não enxergar outros fins ao devir histórico alemão senão aqueles relacionados ao papel nacional da Prússia como força motriz da causa germânica. O estilo de um “*Whig moderado*” (*gemäßigte Whig*) – forma pela qual o próprio se definira ao rei Max – parecia mesclar-se em definitivo a um nacionalismo de cores prussianas.

E foram estas mesmas convicções, aliadas a sua inabalável fé protestante que resultaram em sua saída da capital bávara em 1861. Aqueles que haviam sido anos de intensa pesquisa e produção acadêmica não podiam mais ser sustentados no ambiente ideal e politicamente inóspito de uma Bavária majoritariamente católica. Foi assim que no mesmo ano Sybel retornaria para Bonn, onde mais uma vez ocuparia a cátedra de História substituindo seu colega Friedrich Dahlmann, falecido um ano antes.

### 1.3. O retorno a Bonn e à vida política

Concomitante à chegada do historiador em Bonn, eclodia na capital prussiana o conflito entre a Câmara Baixa (*Abgeordnetenhaus*) e o monarca Guilherme I, causado pelas leis de reforma no exército propostas pelo rei e prontamente rejeitadas pelos deputados. Sybel parecia não poder assistir àqueles eventos à distância, articulando imediatamente sua candidatura entre os liberais renanos. Naquele momento<sup>96</sup>, a possibilidade de participação política exaltara mais uma vez os ânimos das classes medias urbanas no

---

<sup>95</sup> “*So ist die absolute Monarchie in ihrer schärfsten Farben von den catholischen Habsburgen und Bourbonen ausgebildet, und erst von deren Nachahmern nach Deutschland verpflanzt worden*”. In: SYBEL, Heinrich von. Graf Joseph de Maistre. In: SYBEL, Heinrich von (Org.). *Historische Zeitschrift*. v. 1, R. Oldenbourg, München, 1859, p. 156.

<sup>96</sup> Desde 1858, quando por motivo de saúde o monarca Frederico Guilherme IV fora substituído por seu irmão Guilherme I, se iniciara na Prússia um processo de gradativa abertura política, com a permissão de partidos, associações políticas e a realização de eleições indiretas.

Estado da Prússia e um grande número de cidadãos aventurava-se novamente em associações ou na própria vida política.

Com o auxílio de aliados liberais como Gustav von Mevissen<sup>97</sup> e Hermann von Beckerath<sup>98</sup>, Sybel lograra sua eleição como deputado pelo distrito renano de Krefeld. De 1862 a 1864 o intelectual estaria presente de forma ativa na Câmara Baixa prussiana, proferindo discursos e adotando uma postura que o alinhava aos setores da centro-esquerda liberal.

Seu posicionamento naquele momento estava em muita conformidade com o que pregava desde a década de 1850: um liberalismo monárquico moderado de clara tendência nacionalista. Defendendo a harmonia entre questões internas e externas, entre a reforma no exército e a unidade alemã, Sybel afastava-se do Partido Progressista<sup>99</sup> (*Deutsche Fortschrittspartei*), que considerava demasiado doutrinário em comparação aos seus ideais conciliatórios.

Uma terceira via era buscada pelo professor político, por exemplo, quanto à questão da reforma militar. Ao contrário do proposto pelo monarca ou até pela maioria liberal no parlamento, Sybel em parceria com Karl Twesten<sup>100</sup> e Friedrich Stavenhagen<sup>101</sup> propunha uma medida de compromisso baseada na redução de custos com a adoção de dois anos de serviço militar obrigatório. Essa posição o alinhava ainda mais à esquerda do movimento liberal: “de minha parte pessoal, deveria me decidir. A escolha foi difícil (...) adentrei então à oposição resoluto”.<sup>102</sup>

A nomeação do *junker*<sup>103</sup> Otto von Bismarck ao cargo de Ministro Presidente (*Ministerpräsident*) em setembro de 1862, aumentaria ainda mais a ênfase oposicionista

---

<sup>97</sup> Empresário e político liberal renano, é visto como o pioneiro do mercado de créditos e seguros alemão.

<sup>98</sup> Banqueiro e político renano, membro ativo do Parlamento de Frankfurt (1848) e da Câmara Baixa Prussiana (1858).

<sup>99</sup> Primeiro partido político moderno fundado nos Estados alemães em 1861. Era composto, sobretudo, por membros liberais da Câmara Baixa Prussiana que opunham em grande medida as políticas governistas.

<sup>100</sup> Político e escritor oriundo de Schleswig Holstein, um dos fundadores do Partido Progressista.

<sup>101</sup> General e político prussiano, deputado da Câmara Baixa Prussiana até a sua morte em 1869.

<sup>102</sup> “Für mein persönliches Theil mußte ich mich jetzt entscheiden. Die Wahl war schwer (...) Ich trat also jetzt zur entschiedenen Opposition”. SYBEL *apud* BAILLEU, 1908, p. 660.

<sup>103</sup> Designação pejorativa para os membros da nobreza agrária da Prússia nos séculos dezanove e vinte.

do historiador, que via com receio a postura conservadora do novo ministro e a violação da constituição prussiana. Em termos gerais, Sybel e seus companheiros liberais viam com receio a nomeação de Bismarck por representar os interesses reacionários de uma antiga elite agrária, ameaçando os preceitos do *Rechtstaat* constitucional por eles desejado.<sup>104</sup>

A carreira política do intelectual sofreria uma interrupção no início de 1864, quando acometido por uma difteria e uma posterior infecção oftalmológica, seria obrigado a renunciar ao cargo de deputado. Dois anos mais tarde, animado pela fundação da Confederação Alemã do Norte (*Norddeutsche Bund*), retornaria à vida pública, elegendose deputado por Lennep-Mettmann.

O sucesso na política exterior e a abertura dos caminhos à possibilidade concreta de unidade política ocasionaram uma drástica mudança nas perspectivas do intelectual, sobretudo, em sua opinião quanto ao Ministro Presidente e sua política de “Sangue e Ferro”. Sybel abandonara o discurso oposicionista, e abraçara as causas expansionistas e pragmáticas de Bismarck, mudança que representava mais uma continuidade do que propriamente uma ruptura em seu pensamento político.

A estranheza inicial quanto a figura de Bismarck, não ocultaria segundo Hellmut Seier, a continuidade de um tipo de liberalismo inclinado à ideia de força do Estado (*Staatsmacht*) e do monarquismo característico do pensamento liberal alemão naquele período<sup>105</sup>. Aquilo que Sybel passou a chamar de "liberalismo positivo baseado no Estado" (*positiven und staatsbildeten Liberalismus*)<sup>106</sup>, estaria, portanto, desde períodos anteriores em conformidade com os interesses do regime autorcrático de Bismarck.

As nuances anti-idealistas no pensamento liberal alemão já haviam, em termos reais, sido incorporadas nas principais formulações intelectuais posteriores a 1848. Sybel mesmo havia deixado clara uma necessária proeminência do Estado em função dos indivíduos, e o papel que o poder e a força desempenhavam na manutenção de desenvolvimentos históricos em geral:

---

<sup>104</sup> IGGERS, 1983, p. 119.

<sup>105</sup> SEIER, Hellmut. Sybels Vorlesung über Politik und die Kontinuität des "Staatsbildenden" Liberalismus. In: *Historische Zeitschrift*. v. 187/1, 1959, p. 112.

<sup>106</sup> SYBEL, Heinrich. *Vorträge und Aufsätze*, 2nd ed. Berlin, 1875, p. 297.

O Estado, portanto, deve lançar mão de cada ser humano desde o seu nascimento, direcionando sua educação com uma mão poderosa. (...). A forma dos governantes, estava portanto, em seu poder de lançar o corpo dos cidadãos em novo molde da vida, da moral e da religião, não para formar o Estado de acordo com as necessidades da humanidade, mas para forçar a vontade dos homens ao modelo do novo governo.<sup>107</sup>

Tal lógica fora utilizada pelo autor à época do embate intelectual com o intelectual austríaco Julius von Ficker, quando este seria acusado por Sybel de ignorar desenvolvimentos históricos inerentes à nacionalidade germânica<sup>108</sup>. Além de representar a divergência de dois projetos nacionais conflitantes, o debate expunha o corolário de uma concepção histórica pautada nas condições e pressupostos do presente como condicionante essencial à análise científica.<sup>109</sup>

As bases teóricas de uma interpretação histórica cada vez mais pautada no proeminente, ou naquilo que havia sobrevivido historicamente resultaram em uma narrativa baseada não na credibilidade moral, mas nos fins pragmáticos que haviam propiciado a permanência de homens e instituições no tempo. Um tipo de história dos “vencedores”, onde perdedores não possuíam lugar, passava a nortear as concepções de Sybel e de seus correligionários liberais na década de 1860.<sup>110</sup>

Estavam lançados os alicerces de um tipo de pensamento onde epistemologia, historiografia e concepção política confluíam a uma *Weltanschauung* marcadamente nacionalista. O ápice de tal discernimento se daria com a fundação do *Reich* em 1871, quando sem esconder a emotividade do momento, Sybel escreveria ao companheiro liberal e também historiador Hermann Baumgartner:

Querido amigo, aqui estou eu escrevendo sobre todas essas trivialidades enquanto meus olhos se mantêm vidrados na edição especial do jornal com lágrimas escorrendo pelo meu rosto. Como é possível merecer a graça de Deus para acontecimentos tão memoriosos? E como viveremos a partir de agora? O que havia sido objeto de todas as nossas ânsias e desejos durante vinte anos foi agora conquistado de uma maneira inacreditavelmente

<sup>107</sup> SYBEL, Heinrich von. *History of the French Revolution*. vol. IV, John Murray, Albemarle Street, 1869, p. 10.

<sup>108</sup> RIENOW, A.: Der Streit zwischen Heinrich von Sybel und Julius Ficker. In: FOERSTER, S. et al. (Org.): *Blumen für Clio: Einführung in Methoden und Theorien der Geschichtswissenschaft aus studentischer Perspektive*. Marburg 2011, p. 237 - 269.

<sup>109</sup> JAEGER; RÜSEN, 1992, p. 91.

<sup>110</sup> BERGER, Stefan. *The Search for Normality: National Identity and Historical Consciousness in Germany Since 1800*. Berghahn Books, 1997, p. 30.

maravilhosa. Onde agora, na idade avançada que possuo, poderei achar uma proposta para o resto de minha vida?<sup>111</sup>

“Fazendo as pazes” com Bismarck e o poder instituído, Sybel inaugurava uma nova fase de sua carreira acadêmica. A partir de então o trabalho do historiador adquiriria um caráter cada vez mais parcial, em conformidade com os anseios de Bismarck e do Estado nacional recém-fundado. Um tipo de historiografia alada ao poder oficial lograria o sucesso do intelectual em sua filiação como membro honorário da *Preußische Akademie der Wissenschaften* e sua condecoração em 1874 com a ordem do mérito prussiana para as artes e a cultura.

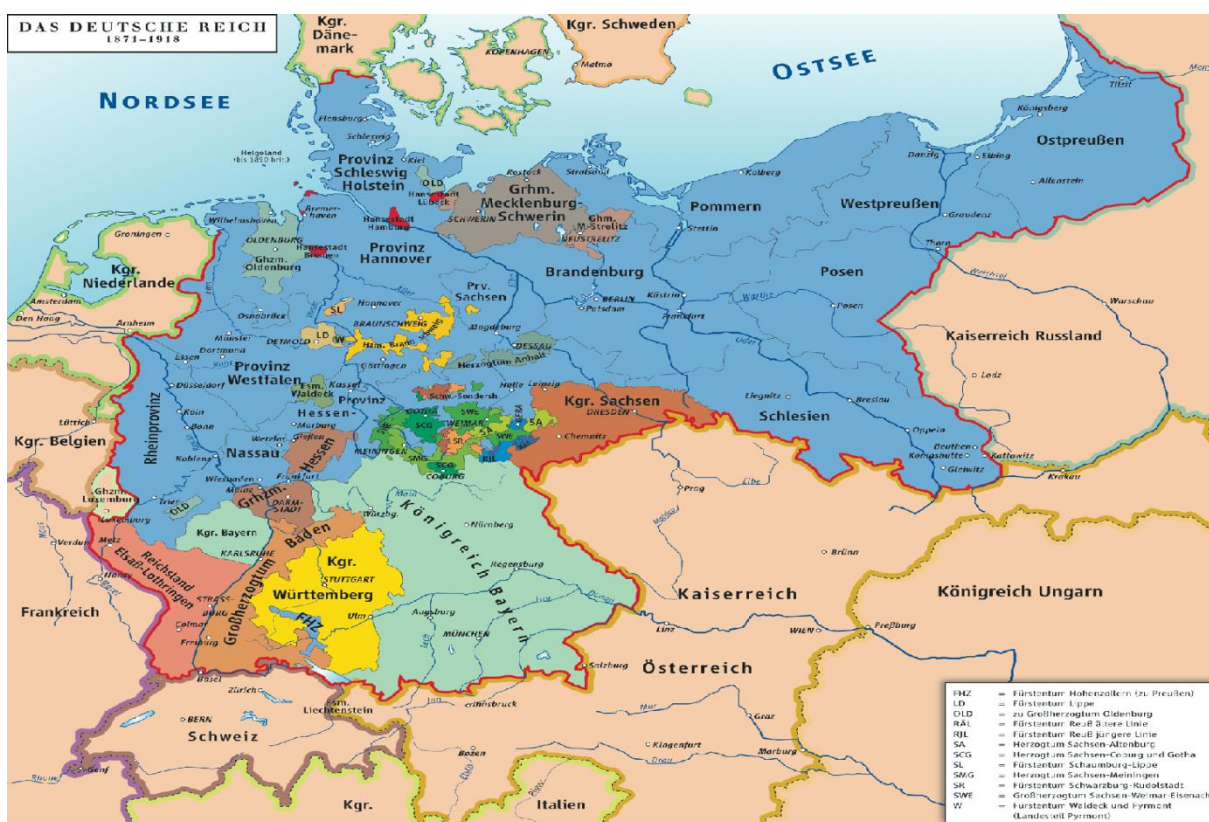


Figura 4 - As Fronteiras do Império Alemão em 1871.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/42/Deutsches\\_Reich1.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/42/Deutsches_Reich1.png)

<sup>111</sup> “Lieber Freund, ich schreibe von all diesen Quisquilien und meine Augen gehen immer herüber zu dem Extrablatt und die Tränen fließen mir über die Backen. Wodurch hat man die Gnade Gottes verdient, so große und mächtige Dinge erleben zu dürfen? Und wie wird man nachher leben? Was zwanzig Jahre der Inhalt alles Wünschens und Strebens gewesen, das ist nun in so unendlich herrlicher Weise erfüllt! Woher soll man in meinen Lebensjahren noch einen neuen Inhalt für das weitere Leben nehmen?. In: HEYDERHOFF, Julius (Org). Die Sturmjahre der preußisch-deutschen Einigung 1859-1870. *Politische Briefe aus dem Nachlaß liberaler Parteiführer*, v. 1. Bonn und Leipzig: Kurt Schroeder, 1925, p. 494.

#### 1.4. O período como arquivista em Berlim e a *Fundação do Império Alemão por Guilherme I*

Por seu crescente prestígio e influência político-acadêmica, Sybel fora convidado no verão de 1875 a assumir o cargo de diretor dos Arquivos Prussianos (*Preußischen Staatsarchive*) e dos Arquivos Secretos de Berlim (*Berliner Geheime Staatsarchivs*). De posse dessas novas atribuições, o historiador ampliaria o quadro de funcionários, reformaria as antigas sedes da instituição e trataria de desburocratizar o acesso ao arquivo estimulando sua maior abertura a pesquisadores e ao público em geral.

O novo encargo também o permitira dedicar-se com mais afinco ao trabalho de editor, e logo passaria a publicar as chamadas *Publicationen aus den preußischen Staatsarchiven*, onde constavam relatórios e atas diplomáticas da história recente prussiana. Ainda à frente da *Historische Zeitschrift*, Sybel também editaria naqueles anos as *Correspondências Políticas de Frederico o Grande* (*Politischen Correspondenz Friedrich's des Großen*) além da série de documentos oficiais do século dezoito intitulada *Acta Borussica*, ambos coordenados pela *Monumenta Germaniae Historica*<sup>112</sup>, instituição que passara a dirigir desde 1875.

Membro da *Bayerischen Akademie der Wissenschaften* (Academia Bávara de Ciência) desde 1861, Sybel também seria responsável pela fundação do *Deutsches Historisches Institut Rom* (Instituto Histórico Alemão em Roma) em 1888. Além de tais atribuições acadêmicas, o historiador via se estabelecer cada vez mais nas principais universidades do Império o modelo dos seminários (*historisches Seminar*) que havia herdado e aperfeiçoado de Ranke.

É pelo trabalho como arquivista, editor e pesquisador que Sybel será descrito por seus contemporâneos e biógrafos como principal responsável pela organização e promoção (*Organisirung und Förderung*) da ciência histórica alemã oitocentista<sup>113</sup>. Mas o período como arquivista e editor não impedira os ânimos investigativos do historiador, que continuaria trabalhando incessantemente em pesquisas e reedições de antigos textos.

---

<sup>112</sup> Fundada por Freiherr von Stein em 1819 a *Monumenta Germaniae Historica* é uma instituição voltada para a publicação de fontes primárias, documentos e imagens relacionados sobretudo à história alemã no período medieval.

<sup>113</sup> BAILLEU, 1908, p. 665.

Ele permaneceria escrevendo mais volumes de sua História da Revolução Francesa (*Geschichte der Revolutionszeit*), além de trabalhar nas biografias de Christian von Haugwitz<sup>114</sup> e Karl August von Hardenberg<sup>115</sup> para o *Allgemeine Deutsche Biographie*. Em 1880 publicaria o terceiro volume do seu *Kleinen historischen Schriften* (*Pequenos escritos históricos*) - o primeiro havia sido publicado em 1863, e o segundo em 1869 – um volume de seus *Vorträge und Aufsätze* (Palestras e ensaios), além de *Geschichte des ersten Kreuzzugs* (História da Primeira Cruzada) e *Entstehung des deutschen Königthums* (A emergência da monarquia alemã), livros escritos na década de 1840 que ganhariam revisões e uma segunda edição naqueles anos.

Mas o historiador parecia sentir falta de um grande empreendimento sobre a história nacional contemporânea, tais quais a *Deutsche Geschichte im neunzehnten Jahrhundert* de seu colega Heinrich von Treitschke<sup>116</sup> ou a *Geschichte der preussischen Politik* de Droysen. Em face dos eventos recentes que presenciara, com o sucesso do projeto nacional que por tantos anos defendera, Sybel estava convicto: “nada poderia ser mais interessante para mim, em vista dos grandes eventos de 1866 e 1870, do que descrever, com o auxílio de documentos autênticos, o renascimento do Império Alemão”.<sup>117</sup>

E por essa motivação nacionalista, aliada ao pedido formal de Bismarck por uma história contemporânea do *Kaiserreich* alemão, Sybel adentraria os já bem conhecidos arquivos prussianos e em 1889 publicaria o primeiro volume de seu *Die Begründung des deutschen Reiches durch Wilhelm I* (A fundação do Império Alemão por Guilherme I). A obra se estenderia a sete volumes, que tratariam principalmente das relações políticas que propiciaram a ascensão de Bismarck e a fundação do Império Alemão sob os auspícios da monarquia Hohenzollern.

---

<sup>114</sup> Também conhecido como Conde de Haugwitz (1752-1832) foi um jurista, estadista e diplomata prussiano, atuando como funcionário público do reino da Prússia sobretudo no início do século dezenove.

<sup>115</sup> Fürst von Hardenberg (1750-1822) foi um estadista e primeiro-ministro prussiano, responsável pela implementação de uma série de reformas liberais (a abolição da servidão, a abertura do serviço público a todas as classes, além de uma reforma no sistema educacional) no Estado da Prússia durante o período de ocupação napoleônica no início do século dezenove.

<sup>116</sup> Heinrich von Treitschke (1834-1896) foi um historiador e político nascido em Dresden. Lecionou nas Universidades de Leipzig, Freiburg e Berlim.

<sup>117</sup> “(...) konnte mir nach den grossen Ereignissen von 1866 und 1870 kein Wunsch näher liegen, als jetzt auch die Wiedergeburt des deutschen Reiches nach den authentischen Quellen darzustellen”. In: SYBEL, Heinrich von. *Die Begründung des deutschen Reiches durch Wilhelm I*: Vornehmlich nach den preussischen Staatsacten. R. Oldenbourg, v. 1, 1890, p. 6.



O próprio autor admitia não esconder suas convicções políticas ao longo do texto, o que expunha o caráter parcial de uma história escrita com fins de legitimação de um discurso nacional e marginalização de ideais opositoristas: "em nenhuma parte do livro eu tentei dissimular minhas convicções prussianas e nacional liberais; e eu almejo que o leitor não interprete de forma errônea (...) minha tentativa em tentar julgar a conduta de meus oponentes (...), explicando-os como resultado de premissas tradicionais sobre as quais sua posição se baseia".<sup>118</sup>

Ao longo de boa parte de sua carreira o nacionalismo de Sybel pautara-se em uma lógica opositorista, apontando para o futuro. Naquele momento, contudo, o historiador falava em nome de um projeto vencedor, onde conquistas e estabilidade política eram enaltecidas:

felizmente para a Alemanha o período de recuperação foi alcançado. Os oponentes de 1866 não apenas se reconciliaram, mas se uniram de forma mais firme e duradoura em termos de amizade do que nunca. Os tempos do velho *Bundestag* estão para trás, e eles foram um capítulo fechado de nossa história progressiva.<sup>119</sup>

Se em sua História da Revolução Francesa, o processo de emancipação e realização da ideia de liberdade não havia se consumado nos eventos de 1789, em *A fundação*, Sybel dá a entender que tal desenvolvimento finalmente se realizara a partir da unidade nacional alemã: "as lutas de 1866 não surgiram da arbitrariedade de paixões pessoais; elas emergiram do conflito inevitável entre antigos direitos, que haviam crescido há tempos, e o sentimento nacional que se fez sentir mais e mais".<sup>120</sup>

Nesse último trabalho ficam claras as marcas daquilo que Dotterweich denominou como a função "crítico-emancipadora" ou "legitimadora" da historiografia, com efeito, Sybel

---

<sup>118</sup> "An keiner Stelle des Buches habe ich meine preussischen und nationalliberalen Überzeugungen zu verläugnen gesucht. Jedoch wird man, wie ich hoffe, mein Streben nicht verkennen (...) das Verhalten der Gegner aber gerecht und billig zu beurtheilen, oder mit andern Worten, die Motive ihres Thuns nicht aus Thorheit oder Schlechtigkeit abzuleiten, sondern nach den historischen Voraussetzungen ihrer ganzen Stellung zu begreifen". In: SYBEL, 1890, p. 13.

<sup>119</sup> "Zum heile Deutschlands ist diese Genesung erreicht worden. Die Gegner von 1866 sind noch bloss versöhnt, sondern in fester Bundesfreundschaft zuverlässiger geeinigt als in irgend einer frühern Periode. Die Zeit des alten Bundestags liegt hinter uns, ein abgeschlossenes Stück unserer geschichtlichen Vergangenheit". In: SYBEL, 1890, p. 13.

<sup>120</sup> "Die Kämpfe von 1866 waren nicht ein willkürlich gemachtes Ergebniss persönlicher Leidenschaften: sie entsprangen vielmehr aus dem unvermeidlichen Conflictte alter durch Jahrhunderte herangewachsener Rechte mit den immer stärker drängenden nationalen Bedürfnissen". In: SYBEL, 1890, p. 13.

mantinha aquele elemento iluminista de enxergar a escrita da história como uma forma de mobilizar o público leitor a causas políticas da ordem do dia<sup>121</sup>. Em contraste com Droysen, Sybel era um "homem prático", de natureza "não-filosófica", cujas ações permeavam mais o âmbito do embate do que o de reflexões ou abstrações metafísicas.

Isso se confirmava no envolvimento do autor com a *Kulturkampf*<sup>122</sup> e nas políticas anti-socialistas e anti-democráticas do chanceler de ferro, quando Sybel se filiaría ao Partido Nacional Liberal<sup>123</sup> (*Nationalliberale Partei*), principal aliado de Bismarck no parlamento alemão nas décadas de 1870 e 1880. É com base nesse ativismo que o próprio intelectual se caracterizava como “quatro sétimos professor e três sétimos político”, asseverando a observação de G.P. Gooch ao fato de Sybel “pertencer tanto à história da Alemanha quanto aos anais acadêmicos”<sup>124</sup>.

Naquelas primeiras décadas do Império Alemão, o intelectual parecia contar com amplo prestígio e estabilidade profissional. Mas não tardaria para que a mudança de ares na política imperial influísse diretamente na carreira do historiador. A ascensão ao trono de Guilherme II e a renúncia de Bismarck em 1890, acarretariam o fim dos privilégios de antigos funcionários públicos, e logo Sybel perderia seu cargo no Arquivo e o acesso à documentação que dispunha.

Sem hesitar, o intelectual daria continuidade aos seus estudos e em 1894 ficariam prontos o sexto e sétimo volumes de *A fundação*, que lidavam com as guerras de unificação até o ano de 1870. Apesar de limitado pelo acesso restrito aos arquivos e também por sua saúde, Sybel, também naqueles volumes, não diminuiria os esforços em descrever os eventos que considerava centrais à construção da nação alemã:

Em um primeiro momento a continuidade e conclusão do trabalho pareceu-me impossível. No entanto, encontrei motivação e coragem para tentar,

---

<sup>121</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 220.

<sup>122</sup> Política implementada por Bismarck entre 1871 e 1878 com o objetivo de secularizar o Estado alemão e eliminar a influência da Igreja Católica Romana sobre cultura e sociedade germânicas do período.

<sup>123</sup> Partido político fundado a partir de cisões no Partido Progressista em 1867. Após figurar como uma das mais importantes agremiações políticas ao longo de todo o período imperial o partido se desfez após o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918.

<sup>124</sup> GOOCH, 1913, p. 147.

apesar da falta de materiais importantes, trazer um conhecimento autêntico da história de 1866 a 1870.<sup>125</sup>

Contudo, a saúde do autor encontrava-se deveras debilitada, o que o impedira de avançar em suas pesquisas, ficando o período de guerras contra a França excluído do último volume de sua obra. Seus últimos meses em Berlim já expunham um pouco desse quadro, conforme relato de seu antigo colega e biógrafo Paul Bailleu:

Quando o vi pela última vez, no início de 1895, o encontrei como sempre em sua mesa de estudos, sobre livros e periódicos, aquela figura alta, mas um pouco mais encurvada que de costume, cuja voz era algumas vezes interrompida por uma tosse dolorosa. Todo o seu corpo sofria claramente em consequência de um resfriado, mas em seus olhos e em sua face havia um bom e velho sorriso benevolente.<sup>126</sup>

Meses mais tarde, Sybel seguiria para Marburg, cidade que por tantos anos o abrigara e que agora servia de lar também para seu filho mais jovem. Na companhia da família, o historiador viveria seus últimos dias, quando em primeiro de agosto de 1895, aos setenta e sete anos morreria, deixando dois filhos, uma série de discípulos, além de uma centena de livros, panfletos e periódicos que serviram para consolidar a História como ciência ao longo do século dezenove.

Entre algumas publicações póstumas constam o terceiro volume de seus *Vorträge und Abhandlungen* (Palestras e ensaios), onde além de uma série de textos inéditos, constava uma biografia sua escrita por Conrad Varrentrapp em 1897. Consenso entre aqueles que descreviam o velho historiador havia no concernente à forte personalidade, onde a defesa de um argumento ou posição política poderia sem maiores problemas envolvê-lo nas mais distintas polêmicas. "O bom prussiano" escreveu Theodor Mommsen a esse respeito, "muitas vezes tido como desagradável; aí havia aquele mais belo elemento

---

<sup>125</sup> "Im ersten Augenblick schien mir danach die Fortsetzung und Vollendung der Arbeit unmöglich geworden zu sein. Indessen gab mir eine nähere Erwägung doch den Muth zu einem Versuche, ob nicht trotz des Ausfalls jener wichtigen Materialien bis zu einem gewissen Grade eine authentische Kenntniss der Geschichte von 1866 bis 1870 zu erlangen wäre". In: SYBEL, Heinrich von. *Die Begründung des deutschen Reiches durch Wilhelm I.* R. Oldenbourg. v. 6, München und Leipzig, 1894, p. 5.

<sup>126</sup> "Als ich ihn zum letzten Male sah, im Frühjahr 1895, fand ich ihn wie immer an seinem Schreibtisch, über Büchern und Zeitschriften, die große Gestalt tiefer als sonst gebeugt, die Stimme zuweilen von einem quälenden Husten unterbrochen, der ganze Körper sichtlich leidend unter den Folgen einer schweren Erkältung, in den Augen aber und um den Mund das alte freundliche, wohlwollende Lächeln". In: BAILLEU, 1908, p. 667.



## CAPÍTULO II

### **2. Uma sociedade historicamente orientada: a ciência histórica e a política nos Estados alemães do século dezenove**

*“Plante a bandeira preta, vermelha e dourada no âmago da ideia alemã, torne-a o padrão para a humanidade livre, e eu derramarei o sangue de meu querido coração por ela”.*

Heinrich Heine

O século dezenove trouxe para a Europa as mais profícuas reflexões acerca do sistema político e suas eventuais crises e desdobramentos. O problema da participação e da divisão do poder representava a emergência de um novo debate, gerado, sobretudo a partir da percepção de novas elites funcionais no quadro de influências sociais. Posições de liderança no Estado e no exército eram gradativamente adquiridas por membros das classes médias que outrora eram excluídas dos privilégios determinantes de seus superiores aristocratas.

A industrialização produziu um novo tipo social, aquele do industrialista de classe média, e posteriormente aquele do administrador, do diretor empregador, que exercia aos poucos considerável poder econômico, conseqüentemente insistindo em aplicar essa influência também na esfera política. O corpo social, outrora firmemente atrelado à sociedade agrária, com suas ordens sociais e fundações intelectuais e religiosas, estava agora quebrado, disparando miríades de indivíduos, que buscavam novas formas de associação.<sup>128</sup>

Do mesmo modo, a apreciação do homem pela realidade havia entrado em profunda mudança, assim como sua atitude à legitimidade da ordem imposta pela sociedade e pelo Estado. Até o momento não havia existido distinções entre presente, passado e

---

<sup>128</sup> SCHULZE, 1991, p. 39.

futuro, as pessoas estavam ligadas à sua família, ao seu vilarejo ou aos círculos das pequenas cidades, recorrendo aos ciclos anuais da produção agrícola, com desenvolvimentos históricos dificilmente influenciando em suas vidas. O futuro era antecipado em termos de uma repetição do passado e o devir era inevitavelmente refletido em termos da "boa velha ordem".<sup>129</sup>

Agora, entretanto, elas passavam a sentir que o presente havia acelerado de maneira furiosa, rápida e perigosa. Sentiam-se ensurdecidos pelo bombardeio de novos fatores sem precedentes que contrastavam em grande medida com a antiga paz do inalterado velho costume.

Os tempos demandavam que todos os valores fossem reorganizados, um pedido respondido de diversas formas, entre elas a partir da nova concepção sobre a organização nacional, que passava a representar a unidade entre o indivíduo e o Estado, estabelecida pela vontade e pela escolha por uma língua e história comuns.<sup>130</sup>

Nos Estados alemães tal realidade se mostrava ainda mais complexa, e talvez por isso o desconforto com as antigas e prevalecentes formações sociais tenha incutido de maneira ainda mais aguda em um apelo ao passado como forma de experiência.

Nesta esteira, não é surpreendente o fato de a moderna ciência histórica ter dado seus primeiros passos enquanto disciplina acadêmica nos corredores da Universidade de Berlim. Leopold von Ranke, em seus *Seminars* no início do século, que buscara enfatizar a necessidade de emancipar a escrita histórica dos estudos literários e da filosofia a partir de métodos e focos de pesquisa de destacada rigidez empírica.

É plausível pensar que em um período de profundas rupturas, sobretudo no que tange à concepção e mensurabilidade do tempo, os homens tenham buscado atender ao passado de forma distinta e ordenada. Com a então recente radicalização do futuro, vivido no presente como aceleração, o próprio conceito de história, nos Estados de língua alemã sofreu uma guinada semântica ao singular coletivo.

Se outrora eram escritas histórias em um sentido plural, narrativas particulares de conotação exemplar, a *Geschichte* agora passava a designar a sequência unificada de eventos que, vistos em conjunto, constituíam uma marcha progressiva da

---

<sup>129</sup> KOSELLECK, 2006, p. 41.

<sup>130</sup> SCHULZE, 1991, p. 39.

humanidade<sup>131</sup>. Em certa medida, graças à sua temporalização, as verdades históricas passavam a ser verdades superiores.<sup>132</sup>

O pontapé inicial dado por Ranke no campo da ciência histórica europeia abriria margem a uma gama de possibilidades intelectuais e políticas ao longo do século que alvorecia. Mas se houve uma convicção no pensamento do velho historiador, esta dizia respeito à necessidade do pesquisador abster-se de emitir posicionamentos e opiniões políticas no presente. Ranke possuía, entretanto, um pensamento político no qual o Estado figurava como uma categoria quase mítica que provia o cimento entre seus cidadãos contemporâneos assim como entre gerações passadas e presentes. Seu raciocínio, contudo, não era tão político quanto religioso. A ordem divina das coisas permaneceria no coração de cada época. O que havia se desenvolvido historicamente estava sancionado pela vontade de Deus. Servir ao Estado seria servir a Deus.<sup>133</sup>

Essa atitude era conservadora no sentido que parecia estabilizar cada Estado existente com referência à vontade divina. Inerentemente estava direcionada contra a mudança<sup>134</sup>. Apenas aquilo que havia passado por um processo histórico era considerado politicamente aceitável. Quaisquer rupturas radicais com o passado deveriam ser catastróficas<sup>135</sup>. Os reflexos dessa concepção se davam em sua ideia de que a História deveria ser escrita *sine ira et studio*.

A contrapelo das vicissitudes de uma existência próspera e longeva, Ranke viveria o suficiente para presenciar a discordância de seus principais pupilos em relação a esta máxima de sua ética profissional. Afinal, o que faziam Sybel, Georg Waitz e Max Duncker na Frankfurt Revolucionária de 1848, se não defendendo os interesses nacionais de uma *intelligentsia* liberal prussiana?

Sob este prisma, é pertinente considerar o oitocentos como o século dos atores políticos na Alemanha e na Europa, onde intelectuais, e sobretudo historiadores, desempenharam

---

<sup>131</sup> KOSELLECK, 2006, p. 16.

<sup>132</sup> KOSELLECK, 2006, p. 293.

<sup>133</sup> FITZSIMONS, M. A. Ranke: History as worship. *Review of politics*, v. 42, 1980, p. 533-55.

<sup>134</sup> Ranke, deste modo, chegava a uma posição semelhante àquela de Edmund Burke, defendendo que qualquer desafio imposto às instituições sociais e políticas a partir de preceitos revolucionários constituiriam uma violação do espírito histórico. Cf: IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Wesleyan University Press, Middletown, Connecticut, 2005, p. 26.

<sup>135</sup> BERGER, 1997, p. 27.

papéis de destaque na construção das bases ideais à ocorrência dos principais câmbios sociais característicos da modernidade.<sup>136</sup>

No ambiente alemão, pode-se dizer que História e ciência se aliaram em oposição à filosofia idealista hegeliana. Ambas ultrapassaram seus limites acadêmicos para influenciar decisivamente o público educado, facilitando a realização de suas características práticas na sociedade germânica do meio século.

A História se emancipara, e como em nenhum outro momento ganhara força e credibilidade. Após os apelos românticos a um saudoso passado de glórias e heroísmo, a profissionalização da disciplina parecia legitimar o estudo de tão representativa experiência coletiva.

A filosofia e metodologia do historicismo, como consequência de uma cientifização da disciplina histórica, passavam a permear todas as ciências humanísticas e culturais alemãs, de modo que linguística, filologia, economia, artes e teologia se tornaram estudos historicamente orientados.<sup>137</sup>

Este giro à historicidade propiciado pela tradição germânica teve consequências também no campo dos estudos políticos, quando a intelectualidade passou não mais a se basear na filosofia política, mas na história como principal caminho à compreensão.

Do mesmo modo, longe de ser estritamente um fenômeno cultural, o historicismo alemão esteve permeado por ideais políticos, podendo-se inclusive sugerir que seria ele o denominador comum para uma ampla reação europeia de tradições nacionais contra a razão francesa e a era das luzes.<sup>138</sup>

---

<sup>136</sup> BENTIVOGLIO, J. C. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. *Revista de Teoria da História*, v. 3, 2010, p. 23.

<sup>137</sup> Segundo Friedrich Meinecke o historicismo deveria ser entendido como “nada mais do que a aplicação de novos princípios de vida, elaborados ao longo da grande mobilização alemã de Leibniz até a morte de Goethe, à vida histórica”. O cerne dessa tese consiste em afirmar a correlação necessária entre “a consideração individual” e o pensamento evolutivo (ou progresso). De acordo com Meinecke, pois, o historicismo é o ápice da evolução da historiografia alemã, na qual se compreende a história, em geral, como um progresso causado pelos indivíduos históricos. MEINECKE *apud* MARTINS, E. C. R. . *Historicismo: o útil e o desagradável*. In: VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena M.; MATA, Sérgio R. da; ARAÚJO, Valdeci L. de. (Org.). *A dinâmica do Historicismo*. Revisitando a historiografia moderna. 1 ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2008 , p. 17.

<sup>138</sup> “De certa maneira, o caráter metódico da ciência não está imune a ser eventualmente posto a serviço de objetivos presentes, como, por exemplo, a legitimação do poder político ou a



O historicismo, no caso alemão, representou um fator decisivo para o surgimento de um espaço público de cultura nacional onde uma burguesia esclarecida se constituiu. Nesse espaço, cultura e política se mesclavam na perspectiva historicizada de missões transcendentais de formação do Estado correspondente à consciência histórica da nação.<sup>139</sup>

Em um nível elementar a ideia historicista de que qualquer sociedade apenas pode ser compreendida nas bases de seu desenvolvimento histórico, passou a significar ironicamente, que os historiadores possuiriam o direito automático de interpretar também o presente, dado que eles teriam as chaves de ingresso a civilizações passadas e aos seus desenvolvimentos no percurso histórico até o presente.

Por meio do seu conceito individualizante de compreensão (*Verstehen*), o historicismo tendeu a escrever a história dos vencedores e a condenar os perdedores ao ostracismo. Assim, a historiografia prussiana defensora de uma *Kleindeutsch* (Alemanha pequena), equipada com instrumentos historicistas, teleologicamente escreveu a história do século dezenove como um grande movimento em direção a 1870. Os historiadores se tornaram, nas palavras de Thomas Nipperdey, os "principais porta-vozes da nação".<sup>140</sup>

Este estabelecimento de um padrão histórico de pensamento social na Alemanha esteve totalmente imbricado com a paulatina influência de formulações políticas liberais entre as classes médias letradas<sup>141</sup>. A ocupação napoleônica do início do século propiciou a difusão daqueles ideais ligados não apenas à Revolução Francesa, mas ao Iluminismo e às propostas da teoria político-econômica inglesa e norte-americana.<sup>142</sup>

A defesa do parlamentarismo, da constituição e da participação política, passava a figurar no vocabulário de uma burguesia cada vez mais descontente com a antiga ordem social e ao mesmo tempo temerosa quanto aos perigos revolucionários. Nesse sentido, a busca por um consenso, uma alternativa cautelosa entre reação e revolução foi a

---

sustentação de determinada identidade nacional e sua pretensão de liderar um determinado processo de unificação estatal". In: MARTINS, 2008, p. 23.

<sup>139</sup> MARTINS, 2008, p. 23.

<sup>140</sup> NIPPERDEY, Thomas. *Nachdenken über die deutsche Geschichte*. Munich, 1986.

<sup>141</sup> Exemplo da simbiose entre ciência histórica e liberalismo é o fato dos principais expoentes da doutrina liberal alemã, como Welcker, Rotteck e Dahlmann serem historiadores de ofício. Cf. MANNHEIM, Karl. *Essays on the sociology of knowledge*. Paul, New York, 1952, p. 84-133.

<sup>142</sup> EYCK, F. Gunther. English and French influences on German liberalism before 1848. *Journal of the History of Ideas*, . v. 18, n. 3, 1957, p. 313-341.

principal marca do movimento político intelectual que se formava em paralelo à ciência histórica alemã oitocentista.

### **2.1. A emergência da nação no vocabulário histórico-político alemão: Herder, Fichte e as Guerras de Libertação**

Esse processo de expansão e estabelecimento da disciplina História nos territórios alemães possui relação direta com a paulatina emancipação cultural das classes médias e a secularização de suas experiências políticas e associativas. Esse tipo de desenvolvimento estaria imbricado, sobretudo a uma ala específica da burguesia germânica, que por intermédio das letras e de um nascente mercado editorial, passava a enrijecer uma nova concepção sobre confluências e pertencimentos coletivos de um mesmo povo.

De um vago conceito ligado à identidade nobiliárquica medieval, a nação passava a adquirir proeminência no debate político contemporâneo. A negação do universalismo inserida no discurso particularista da Reforma Protestante transformou a ideia nacional em um imaginário coletivo cada vez mais amplo<sup>143</sup>. Se no Sacro-Império Romano Germânico o arcaísmo institucional e político havia impedido a propagação de um sentido nacional abrangente, as Guerras de Libertação contra Napoleão e seus desdobramentos históricos inauguraram uma forma distinta de conceber a nacionalidade em território alemão.

Em termos reais, desde a segunda metade do século dezoito uma grande leva de força por trás da ideia nacional surgiu a partir de uma nova classe média que ascendeu como resultado do processo de modernização do Estado. A extensão da burocracia e sua ambição em regular e influenciar mais áreas da vida necessitavam de uma nova

---

<sup>143</sup> KOSELLECK, Reinhardt. Volk, Nation, Nationalismus, Masse. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Org.): *Geschichtliche Grundbegriffe*. v. 7. Stuttgart 1992, p. 293.

ideologia para legitimar sua instituição aos olhos de súditos e cidadãos. Identificar essa nova forma de Estado como uma nação seria uma ideia promissora nesse sentido.<sup>144</sup>

A emergência do Estado moderno e suas elites funcionais coincidiu com a ascensão de uma sociedade industrial caracterizada pelo declínio de ordens hierárquicas tradicionais (*Ständegesellschaft*), uma nova divisão do trabalho, e uma maior mobilidade regional e social<sup>145</sup>. A chamada *Bildungsbürgertum* (burguesia letrada) ascendeu em paralelo com uma classe média econômica (*Wirtschaftsbürgertum*) que começava a se beneficiar das crescentes liberdades econômicas da emergente ordem social capitalista.

Os diversos neologismos característicos do período deram origem ao termo “nacionalismo” (*nationalismus*) como representante daquela moralidade e código de conduta que destacava as classes médias para além da aristocracia ou das massas. Alegando estar falando para a nação, elas demandavam maior envolvimento nos processos de governo. Pode-se afirmar de forma geral, que o período entre 1750 e 1850 descrito por Otto Brunner e Reinhart Koselleck como a "ponte" na qual a idade moderna seguiu inteiramente seu rumo e estaria intimamente ligada à ascensão da nacionalidade na Alemanha e na Europa.<sup>146</sup>

O nacionalismo foi uma resposta que preencheu as aspirações e valores das novas classes médias. Se o debate sobre o "espírito nacional" havia focado sua atenção à constituição política da nação o movimento alemão dos anos 1770 vinculava o discurso nacional firmemente à língua e à literatura. A coleção editada por Johann Gottfried von Herder<sup>147</sup> em 1773, *Sobre o caráter e a arte alemãs (Von deutscher Art und Kunst)* se tornou um texto programático chave para o movimento. Ele lidava com uma história e cultura que eram descritas como alemãs, se distinguindo drasticamente das demais nacionalidades europeias.

Herder, já enfatizava ser a nação, sinônimo de determinados grupos linguísticos. No pensamento do filólogo prussiano a linguagem seria equivalente ao pensamento, e como cada língua possui seu aprendizado em comunidade, ter-se-iam diferentes formas de

<sup>144</sup> BERGER, Stefan. *Inventing the nation: Germany*. Oxford University Press Inc., New York, 2004.

<sup>145</sup> GELLNER, 1983, p. 21.

<sup>146</sup> KOSELLECK, 1979, p. 15.

<sup>147</sup> Filósofo, teólogo, poeta e crítico literário prussiano, associado ao movimento literário *Sturm und Drang* (Tempestade e ímpeto) e ao Classicismo de Weimar do final do século dezoito.

pensar e conceber o coletivo. Herder desprezava o absolutismo e o nacionalismo prussianos, em função de um espírito alemão (*Volk*) generalizador. Para promover este conceito, publicava cartas e colecionava canções populares, impressas em 1773 como *Vozes do povo em suas canções (Stimmen der Völker in ihren Liedern)*.

O foco de Herder na linguagem e tradição cultural como as amarras que criariam a nação, incluiria também o folclore, a dança e a arte, chegando a inspirar, décadas mais tarde, Jacob e Wilhelm Grimm em sua coleção de contos populares alemães. O teólogo também buscou perceber a nação a partir de seus elementos naturais e orgânicos, em oposição ao Estado, que enxergava como uma invenção artificial. A criação de nações estaria intrínseca à natureza humana, sendo possível encontrar esse tipo de formação coletiva em quaisquer períodos da história.<sup>148</sup>

Demais membros do movimento alemão fundaram associações nacionais, academias e teatros desenvolvendo sua própria semântica histórica. A crença iluminista de que a natureza humana era a mesma em todos os tempos foi dando lugar à noção da historicidade de todas as culturas. Cada povo, a partir do momento que possuísse cultura, possuía uma história que se desenvolvia de acordo com seu próprio caráter nacional.

Para Bernard Giesen, o desapego da comunicação pública à presença pessoal, mas também de diferenças locais e sociais tradicionais, necessitava de uma nova codificação que pudesse prover confiança àquele novo movimento comunicativo, construindo a ideia de um público invisível. O código pelo qual a *Bildungsbürgertum* poderia apresentar a si própria esse público impessoal e invisível era o patriotismo.

Difícilmente outra forma de auto-caracterização pode ser encontrada com tanta frequência em jornais e periódicos do século dezoito como a de "patriota". O vocábulo patriota permitia a construção de uma comunidade dissociada de laços locais ou classistas, ao mesmo tempo se mantendo afastado do cosmopolitanismo universalista do Iluminismo, que incluía todos os povos, não tendo utilidade para propostas práticas e políticas, para a organização da entidade social.<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> BARNARD, Frederick M. *Herder on nationality, humanity, and history*. Montreal: McGill-Queen's Univ. Press, 2003.

<sup>149</sup> GIESEN, Bernhard. *Intellectuals and the Nation: collective identity in a German axial age*. Cambridge University Press, 1998, p. 76.

É nesses termos que mais uma vez as contribuições de Herder vem à tona, quando em seu *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* (1784–1791), esclarecia a importância da historicidade de épocas e regiões distintas, de modo que o historiador deveria se tornar um "contemporâneo regenerado" do passado, com a história se prostrando cientificamente como "instrumento do mais genuíno espírito patriótico":

O que é essa estima, pela qual inquirimos, em todos os trabalhos humanos? Razão, plano e proposta. Se esses não se fazem valer, nada do que é humano é conquistado, e um poder cego é exibido. Onde nosso conhecimento se move pelo amplo campo da história, ele busca apenas a si próprio e encontra apenas a si próprio. Quanto mais se aproxima da verdade pura, e do bem da humanidade, e de todos os seus empreendimentos, mais durável, útil e bonito são suas obras, e mais suas regras vão ao encontro dos corações e mentes dos povos em todas as épocas.<sup>150</sup>

Várias palavras e conceitos criados por Herder adentraram o vocabulário e os padrões de pensamento intelectuais contemporâneos e posteriores. Conceitos como *Nationalcharakter*, *Volkslied*, ou *Zeitgeist* possuem em grande medida o seu equivalente em outros idiomas. Mas o mesmo não pode ser dito sobre o seu *Einfühlungsvermögen*, o requisito essencial colocado pelo intelectual para a compreensão de povos e culturas no passado e no presente. Sua tradução mais próxima seria algo como "a capacidade de sentir-se dentro" das mentes, motivos, costumes, propostas, aspirações, hábitos e cultura daqueles diferentes de nós mesmos.

Essa incapacidade de tradução ilustra a essência da especificidade e incomensurabilidade das culturas nacionais que Herder (e Giambattista Vico ainda anteriormente) insistia tão enfaticamente. Não é possível assimilar uma nação a outra, do mesmo modo que não se pode atribuir um significado completo a uma palavra a partir de um vocabulário que lhe é estranho.

Como lembrado por Iggers, a partir de tal ênfase na abordagem histórica, o nacionalismo cultural cosmopolitanamente orientado de Herder abriria as possibilidades a uma visão historiográfica nacional baseada no poder, como ocorrido posteriormente na

---

<sup>150</sup> "Was ists, das wir bei allen menschlichen Werken schätzen und wonach wir fragen? Vernunft, Plan und Absicht. Fehlt diese, so ist nichts Menschliches getan; es ist eine blinde Macht bewiesen. Wohin unser Verstand im weiten Felde der Geschichte schweift, suchet er nur sich und findet sich selbst wieder. Je mehr er bei allen seinen Unternehmungen auf reine Wahrheit und Menschengüte traf, desto daurender, nützlicher und schöner wurden seine Werke, desto mehr begegnen sich in ihren Regeln die Geister und Herzen aller Völker in allen Zeiten". In: HERDER, Johann Gottfried. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*. Darmstadt: Joseph Melzer Verlag, 1966, p. 411.

historiografia germânica oitocentista<sup>151</sup>. Mas antes disso é preciso compreender o papel de Herder como tendo fornecido aos alemães um novo tipo de orgulho de suas origens, modificando um tipo de visão neoclássica que tendia a enaltecer os padrões culturais da antiguidade grega.

Influenciadas por tais concepções, não é surpreendente que a *Bildungsbürgertum* alemã, como possuidora do código moral da identidade nacional, reagiu com alegria à grande Revolução Francesa de 1789. Nela a ideia patriótica de uma sociedade sem distinções de classe, orientada apenas pela virtude e a razão, parece ter trazido a realidade política a uma extensão ainda maior do que a Prússia de Frederico II. O entusiasmo inicial das classes médias educadas alemãs com o projeto revolucionário francês é conhecido inclusive com o apoio do próprio Herder as suas causas.

Com o reino de terror, contudo, tornou-se claro que a estrita codificação moral da identidade nacional possuía um lado negro. Além do declínio do Iluminismo aos banhos de sangue da revolução, havia também a irritante circunstância de que a revolução, após uma abertura cosmopolita inicial, tivesse logo tomado um curso imperial expansionista. Nessa situação, o entusiasmo dos patriotas alemães logo se converteu em desapontamento e ódio aos franceses.

Do mesmo modo, a derrota definitiva para as tropas estrangeiras em Jena, com a consequente ocupação do território germânico<sup>152</sup>, geraram uma mobilização anti-napoleônica que em muitos casos tomava formas nacionalistas. O latente sentimento de rejeição francófona que havia permeado a cultura das classes médias alemãs desde o fim do século dezoito, agora continha um novo elemento, onde o povo e sua língua eram descobertos como a única base de legitimação nacional.<sup>153</sup>

É nestes termos que Koselleck aponta para o fato do período compreendido entre 1792 e 1815 marcar a busca por uma nova identidade entre os alemães, onde em seu cerne, os conceitos de “povo” e “nação” (*Volk und Nation*) adquiriram um duplo significado: ao

---

<sup>151</sup> IGGERS, 1983, p. 31.

<sup>152</sup> A derrota da Prússia na batalha de 1806 em Jena causou o fim definitivo do Sacro-Império Romano Germânico. Em 12 de Julho do mesmo ano os representantes de dezesseis Estados alemães do sul e do oeste assinaram a carta de fundação da Confederação Renana, onde aceitavam o imperador francês como seu protetor, descartando quaisquer laços com o antigo poder imperial. In: SCHULZE, 1991, p. 49.

<sup>153</sup> SCHULZE, 1991, p. 50.

se relacionarem com a França, possuíam conotação negativa e quando associados à Alemanha, emanavam as mais positivas esperanças.<sup>154</sup>

Sabe-se que foi em uma tarde de Dezembro no ano de 1807 que o filósofo Johann Gottlieb Fichte colocou-se diante de uma ansiosa plateia no anfiteatro da Academia Berlinense de Ciências iniciando uma série de palestras semanais conhecidas como *Discursos à nação alemã (Reden an die Deutsche Nation)*. Um ano antes as tropas da Prússia - último Estado germânico resistente ao domínio napoleônico - haviam capitulado em Jena, deixando o caminho livre à total conquista do território alemão pelos estrangeiros.

Com o avanço dos franceses em Berlim, Fichte abandonou a cidade, seguindo o rei e sua corte para o leste, em Königsberg. Agora, com a humilhação sofrida pela Prússia, e sua redução a um estado satélite de Napoleão, o filósofo retornaria à capital ocupada, traumatizado, e convencido de seu papel na mobilização de um povo carente de renovação moral. Certo do perigo de sua missão, Fichte mencionava estar pronto a morrer pela causa nacional, iniciando seu discurso sob o som dos tambores do exército francês que marchava sobre as ruas de Berlim.<sup>155</sup>

Essa história, contada e recontada milhares de vezes ao longo do século dezenove, foi responsável por agregar extrema importância aos *Discursos* enquanto representação nacionalista. Aclamado por liberais e conservadores, o trabalho mais conhecido de Fichte tem sido visto como o ápice do nacionalismo romântico ou “messiânico”.

Apesar de não ter sido o primeiro teórico da nação, nem mesmo o principal defensor da unidade de seu país, as ideias de Fichte acerca da relação entre língua e identidade, sobre a missão mundial alemã, ou a respeito da educação em termos de regeneração moral, iriam moldar a auto-compreensão germânica ao longo dos cento e cinquenta anos seguintes.

O próprio título do trabalho do filósofo é pensado em termos provocativos. Quando da elaboração de seus discursos, a “Alemanha” existia apenas como uma vaga noção geográfica, não havendo uma unidade política germânica coerente. Portanto, não era de

---

<sup>154</sup> KOSELLECK, 1992, p. 326.

<sup>155</sup> FICHTE, Johann Gottlieb. *Addresses to the German nation*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008.

maneira alguma claro – mesmo para os habitantes da Europa central – se realmente havia algo denominado “nação alemã”. Como alguém poderia definir suas propriedades? Ou o que significava ser alemão? Eram justamente tais questionamentos que pretendiam ser esclarecidos por Fichte.

Para o autor dos *Discursos*, a identificação de um indivíduo como alemão requeria um ato de imaginação. Como sabido pelo próprio, Fichte descrevia uma nação que ainda não existia. Seu público em Berlim era composto por uma pequena e não-representativa elite prussiana educada. Em outras palavras, seus discursos eram prolépticos: seu objetivo era realizar uma caricatura da identidade alemã, apresentando uma visão do que os alemães haviam sido, ou do que iriam se tornar, de modo que seus espectadores se transformassem em modelos de cidadãos deste imaginário.

Eles iriam provar seu germanismo negando, como Fichte o fizera, diferenças de classe ou região, demonstrando a unidade, pelo menos de forma latente, a partir da posse de uma coragem para agir. Crucialmente, Fichte não cessa nesse ponto. Não seria apenas o destino da Alemanha que pesaria ao futuro. Ao promulgar sua nacionalidade, despertando o potencial nela existente, os alemães resgatariam não apenas a si próprios, mas a toda humanidade, liderando o caminho de um novo porvir histórico. A nação alemã seria a pioneira de uma verdadeira ordem social racionalista:

Então essa alemã, e bem moderna arte do Estado se torna mais uma vez a antiga arte do Estado, que entre os gregos fundou a cidadania sobre a educação, treinando esses cidadãos como eras posteriores jamais veriam. Doravante, o alemão fará o que em forma é o mesmo, embora em conteúdo seja caracterizado por um espírito que não é estreito e exclusivo, mas universal e cosmopolita.<sup>156</sup>

Essa convicção do filósofo quanto a uma missão mundial germânica, serviu como ponto de cristalização a uma concepção nacional, que pela primeira vez parecia se solidificar no ideário alemão. Do mesmo modo, para o autor, a língua vernácula se constituiria como a fronteira interna, os limites naturais e originais dos Estados existentes. Um povo seria uma comunidade linguística que continua a falar e a se desenvolver, expandindo a linguagem herdada de gerações anteriores. Fichte não apenas enfatizava que os alemães

---

<sup>156</sup> “*Hierdurch wird nun diese deutsche, und allerneueste Staatskunst wiederum die allerälteste; denn auch diese bei den Griechen gründete das Bürgerthum auf die Erziehung, und bildete Bürger, wie die folgenden Zeitalter sie nicht wieder gesehen haben. In der Form dasselbe, in dem Gehalte mit nicht engherzigem, und ausschließendem, sondern allgemeinem und weltbürgerlichem Geiste, wird hinführo der Deutsche thun*”. In: FICHTE, 2008, p. 182.



constituíam uma nação em virtude de sua língua e mentalidade distintas, como indicavam serem eles; os únicos entre os modernos europeus a terem suas identidades linguísticas e culturais mantidas ininterruptamente ao longo da história:

Completamente diferente é a verdadeira arte alemã do Estado. Ela também busca fixidez, segurança, e independência de uma natureza cega e hesitante, e nisso está bem de acordo com países estrangeiros. Mas ao contrário destes, ela não busca algo fixo e certo, como primeiro elemento que cunhará o espírito, como o segundo elemento, certo; mas ao contrário, ela busca no verdadeiro início, e como o primeiro e único elemento, um espírito firme e certo. Isso é como uma engrenagem, de onde a vida floresce, e que possui movimento perpétuo, a engrenagem principal que irá regulamentar e manter continuamente em movimento a vida da sociedade.<sup>157</sup>

É difícil mensurar o impacto dos escritos do filósofo saxão, entretanto, é sabido que poucas obras influíram da mesma forma na cunhagem do pensamento político nacionalista alemão. Em uma era de incertezas quanto à nacionalidade, cultura e religião, Fichte pôde servir de suporte aos subsequentes desdobramentos inerentes ao ideário nacional germânico.

Foi também no período da Confederação do Reno<sup>158</sup> (*Rheinbund*) que as chamadas *Burschenschaften* (Fraternidades estudantis) e os *Turnverein* (Associações de ginástica), se proliferaram, opondo com um discurso de cultivação do espírito nacional e valorização da cultura alemã o caráter repressor do invasor estrangeiro<sup>159</sup>. Mesmo que uma reverberação política das demandas nacionais ainda não existisse de maneira concreta, o recrutamento e mobilização armada da maior parte dos Estados alemães contra Napoleão estabeleceram um terreno propício à difusão daqueles ideais de solidariedade nacional.

Stefan Berger recorda que em muitos livros sobre a história alemã as guerras contra o invasor francês entre 1812 e 1815 foram descritas como "guerras de libertação"

---

<sup>157</sup> “*Anders die ächt deutsche Staatskunst. Auch sie will Festigkeit, Sicherheit, und Unabhängigkeit von der blinden und schwankenden Natur, und ist hierin mit dem Auslande ganz einverstanden. Nur will sie nicht, wie diese, ein festes und gewisses Ding, als das erste, durch welches der Geist, als das zweite Glied, erst gewiß gemacht werde, sondern sie will gleich von vorn herein, und als das allererste und einige Glied, einen festen und gewissen Geist. Dieser ist für sie die aus sich selbst lebende, und ewig bewegliche Triebfeder, die das Leben der Gesellschaft ordnen und fortbewegen wird*”. In: FICHTE, J. G. *Reden an die deutsche nation*. Langensalza: H. Beyer & sohne, 1881, p. 169.

<sup>158</sup> Ou *Confédération du Rhin*, forma como ficou conhecida a confederação dos Estados clientes do Império Francês durante o período de ocupação napoleônica (1806-1813).

<sup>159</sup> SNYDER, Louis L. *Roots of German Nationalism*. Bloomington, Indiana : Indiana University Press, 1978, p. 62.

(*Befreiungskriege*). O termo *Freiheitskriege* (Guerras de liberdade), contudo, era a expressão contemporânea. Ele vinculava o nacionalismo firmemente às demandas por liberdade e ao fim de qualquer opressão. Esse tipo de nacionalismo poderia ser direcionado tanto a Napoleão quanto a qualquer príncipe alemão.<sup>160</sup>

É por tais circunstâncias que ao longo do século dezenove, o legado de tais guerras de liberdade precisou ser desradicalizado e redirecionado. O novo termo “guerras de libertação” passava a destacar os aspectos da luta contra o jugo estrangeiro, limitando os aspectos daquela concepção de liberdade nacional. Uma interpretação conservadora, monárquica e anti-liberal dos eventos, na qual as massas figuravam como meros súditos leais das coroas alemãs que haviam triunfado, passava a predominar no vocabulário político alemão oitocentista.

O nacionalismo era de todo modo, ainda a opinião de uma minoria durante as guerras de libertação. A memorialização da guerra após 1815 foi, entretanto, um veículo muito mais importante para o nacionalismo do que o conflito por si só. Eventos e batalhas eram celebrados em festivais, performances teatrais, torneios, procissões ou em cultos religiosos<sup>161</sup>. A elaboração de mitos relacionados ao período das guerras de libertação era abrangente, e sua memória e invocação habitou a maior parte das construções nacionalistas ao longo do século que se seguiu.

## **2.2. O período da Confederação Alemã: a dualidade austro-prussiana e a nação no contexto repressivo do *Vormärz***

Os aflorados sentimentos nacionais despertados pelos conflitos anti-napoleônicos foram refreados em grande parte com a criação da Confederação Alemã (*Deutscher Bund*), após o Congresso de Viena em 1815. Essa maior aproximação política dos Estados germânicos intensificaria os ânimos das fraternidades estudantis e dos grupos de ginástica nacionalistas, o que despontaria na organização de festivais de celebração nacional como o *Wartburgfest* de 1817.

---

<sup>160</sup> BERGER, 2004, p. 37.

<sup>161</sup> CLARK, Christopher. *The wars of liberation in Prussian memory: reflections on the memorialization of war in early nineteenth-century Germany*. In: *Journal of modern history*, v. 68, University of Chicago, 1996, p. 550-76.

Quando dois anos mais tarde um membro das *Burschenschaften*, assassinou o escritor anti-liberal e anti-nacionalista August von Kotzebue, as lideranças da Confederação Alemã interpretaram nos excessos do movimento nacionalista a justificativa para a implementação de medidas repressivas, como a censura e a proibição das associações, traduzidas nos Decretos de Karlsbad (*Karlsbader Beschlüsse*) sancionados por Klemenz von Metternich<sup>162</sup> em setembro de 1819.

A partir daquele momento, o repressor cenário sócio-político existente nos Estados da Confederação não permitia o desenvolvimento de ideais contrários ao poder instituído. A forte censura e as perseguições aos propagadores dos preceitos liberais geravam tímidas tentativas de consenso acerca do significado de conceitos políticos modernos. Não havia um movimento liberal coerente, e as classes médias educadas se restringiam a reunirem-se em organizações não políticas como clubes sociais, sociedades profissionais, associações recreativas além dos círculos universitários.<sup>163</sup>

Em termos gerais os distintos Estados germânicos da Europa central encontravam-se sobre a influência política da dinastia austríaca Habsburgo, de fé católica que, entretanto, desde idos do século anterior via seu poder ser contraposto pela ascensão de uma espécie de “contra-império” representado pela Prússia e a dinastia protestante Hohenzollern<sup>164</sup>. Essa disputa por poder e espaço de influência entre o sul católico e o norte protestante, pautaria boa parte da questão nacional alemã ao longo do século dezenove.

O Estado prussiano havia desde a primeira década do século, quando ocupado pelas forças francesas, implementado uma série de reformas sociais e políticas<sup>165</sup> que iriam influenciar diretamente a construção de uma concepção nacional germânica mais ampla

---

<sup>162</sup> Fürst von Metternich-Winneburg zu Beilstein (1773-1859) príncipe, diplomata e estadista do Império Habsburgo, uma das mais influentes lideranças nos Estados de língua alemã desde o Congresso de Viena, Metternich era visto por muitos como o principal responsável pelas políticas reacionárias existentes na Confederação Alemã.

<sup>163</sup> Havia de fato manifestações liberais marginais, como os festivais de Wartburg (1817) e Hambach (1832), onde milhares de pessoas - em sua maioria estudantes - se reuniam com o objetivo de professar ideais democráticos, nacionalistas e liberais. In: SNYDER, 1978, p. 62.

<sup>164</sup> SCHULZE, 1991, p. 44.

<sup>165</sup> Baseados em ideais iluministas e em conformidade com reformas realizadas em outros Estados europeus, os ministros Karl von Hardenberg e Freiherr von Stein decretaram a partir de 1807 a abolição da servidão, o fim do monopólio das guildas, a descentralização da administração e a redução do poder da aristocracia nos territórios da Prússia.

durante o período do *Vormärz*<sup>166</sup> (pré-março). Matthew Levinger observa que naquele Estado, a construção do conceito de nação ocorreu precisamente a partir de um processo de pensamento mítico. Em parte, a nação foi modelada pelo Sacro-Império, em outra, refletia o ideal kantiano da república racional com teorias cameralistas de boa ordenação do Estado, além disso, havia a influência daquelas utópicas visões sociais dos chamados Maçons Livres que desde o século anterior haviam adquirido respaldo.<sup>167</sup>

Nacionalistas prussianos do início do século dezenove também tiveram inspiração na literatura do romantismo, das afirmativas de Herder sobre a *Kulturnation* germânica, e dos escritos políticos da França revolucionária. Assim, o conceito de nação representava a síntese de uma ampla gama de elementos distintos. Apesar de algumas dessas fontes serem antigas, esse ato de síntese cultural produziu um novo resultado.

Foi acima de tudo no Estado prussiano durante o início do século dezenove que a nação tornou-se definida como uma comunidade política harmonicamente ideal, possuindo interesse e vontade comuns<sup>168</sup>. Essas noções de unidade nacional e harmonia foram construtivas e ao mesmo tempo nocivas no sentido de terem inibido a formação de um sistema pluralista de governo parlamentar.

Já no campo econômico a Prússia desenvolvia de forma concreta uma série de laços comerciais que a aproximariam dos Estados da região norte e central, quando em 1834 teve início a aliança aduaneira conhecida como *Zollverein*, que excluía de suas fronteiras, por seu excessivo protecionismo, os domínios do império Habsburgo. Friedrich List<sup>169</sup>, que uma década antes havia idealizado boa parte desse tipo econômico de nacionalismo, definiria em termos claros sua concepção nacional naquele momento:

Primeiramente depois da fundação do *Zollverein* foi possível que os alemães centrassem sua economia no ponto de vista nacional, desde então, alguns antigos apreciadores do sistema cosmopolita mudaram seu tom, e apesar do capricho aparente em meio às circunstâncias, houve a conversão dessas opiniões apesar de sua relutância.<sup>170</sup>

<sup>166</sup> Termo utilizado para se referir ao período que antecedeu o processo revolucionário de 1848.

<sup>167</sup> LEVINGER, 2000, p. 28.

<sup>168</sup> LEVINGER, 2000, p. 5.

<sup>169</sup> Georg Friedrich List (1789–1846), economista nascido em Württemberg, principal idealizador do chamado sistema econômico nacional. List é considerado um dos precursores da escola alemã de economia e primeiro idealizador da unidade econômica europeia.

<sup>170</sup> “Denn erst seit der Gründung des Zollvereins ist es den Deutschen möglich geworden, die politische Ökonomie aus dem nationalen Gesichtspunkt zu betrachten; seitdem mag wohl mancher frühere Lobpreiser des kosmopolitischen Systems andern Sinnes geworden sein, und

Sistemas econômicos cosmopolitas eram preteridos em função de uma robusta economia nacional. A nação, List defendia, deveria cimentar-se em uma vida econômica comum, sempre por uma economia nacional. Essa era a condição *sine qua non* de sua própria existência. O povo, por sua vez, deveria unir-se para quebrar as correntes da divisão política. Primeiramente era preciso pensar em termos de uma tarifa protecionista; posteriormente seria possível voltar-se ao livre mercado. O comércio universal livre em uma Alemanha desunida, List advertia, seria perigoso e inaceitável.<sup>171</sup>

Naquele século a nação estaria presente não apenas no debate político e econômico, adquirindo também paulatina presença nas formulações científicas dos alemães. Nas Teorias de Guerra (*Kriegstheorie*), na Pedagogia (*Pädagogik*), no Direito (*Rechtswissenschaft*) ou na História (*Geschichtswissenschaft*), o conceito se convertia em pilar central à conquista qualitativa da opinião pública<sup>172</sup>.

Uma das válvulas de escape à repressão e às perseguições do Estado se encontrava nos bem estabelecidos círculos universitários da Confederação. Na Prússia, em Baden ou em Württemberg, a academia era utilizada como propulsora dos ideais nacionalistas, que passavam a encontrar uma legitimação científica nos escritos de historiadores, economistas ou filólogos. Os professores universitários, por sua destacada influência social, passavam a conceber-se como os mandarins intelectuais da nação, ditando os rumos do debate acerca de uma comunidade nacional ideal.<sup>173</sup>

Naquele cenário de gradativo aumento na coesão de elementos imaginativos nacionais, os historiadores ganhariam papel de destaque entre os principais construtores de um bastião conceitual coerente. Ainda que visões regionalistas ou cosmopolitas fossem majoritárias, a rememoração de um passado comum ao povo germânico ganhava cada vez mais escopo<sup>174</sup>. A luta por hegemonia cultural entre conceitos políticos rivais

---

*offenbarer Mutwille wär' es unter so bewandten Umständen, der Bekehrung solcher Männer durch persönlichen Tadel entgegenzutreten".* In: LIST, Friedrich. *Das Nationale System der politischen Ökonomie*. Cottaschen Verlag, Stuttgart, 1841, p.16.

<sup>171</sup> SNYDER, 1978, p. 16.

<sup>172</sup> KOSELLECK, 1992, p. 347.

<sup>173</sup> RINGER, 2000, p. 25.

<sup>174</sup> BENTIVOGLIO, 2010, p. 26.

passava a funcionalizar experiências pretéritas, percebendo seletivamente o presente sob a luz de uma história discursivamente construída.<sup>175</sup>

A fundação da *Monumenta Germaniae Historica* (1819) por Freiherr von Stein, é um bom exemplo nesse sentido, quando um intenso interesse por uma Idade Média romantizada, situou o período como ápice da harmonia nacional germânica<sup>176</sup>. A *Geschichte des deutschen Ritterorders* de Johannes Voigt, a *Geschichte der Hohenstaufen* de Friedrich von Raumer, e o trabalho de Gustav von Stenzel sobre os imperadores francos foram produzidos durante os anos 1820 e tiveram numerosas edições. Isso de certo modo manteve os temas nacionalistas na opinião pública, apesar de ainda possuírem uma forma aparentemente apolítica.<sup>177</sup>

Em sentido oposto, Karl von Rotteck e Karl Theodor Welcker em seu *Staatslexikon* de 1834, associavam a nação com a liberdade, estabelecendo a unidade do Estado e as demandas do liberalismo como as únicas bases ao progresso político nacional.<sup>178</sup> A enciclopédia editada pelos dois historiadores em Baden, sintetizaria as expectativas de uma ampla ala liberal dos Estados sulinos durante o período do *Vormärz*. Driblando a repressão e a censura – que era relativamente branda em Baden - o *Staatslexikon* de Welcker e Rotteck opunha visões que consideravam conservadoras<sup>179</sup>, defendendo o constitucionalismo e a liberalização institucional aos moldes do exemplo britânico:<sup>180</sup>

A autoridade do Estado é uma autoridade social, de acordo com uma autoridade que emana do todo continuamente pertencendo a ele, ou seja, não é nada além do que a vontade geral dos membros da sociedade agindo nas esferas determinadas pelo contrato social. Portanto, qualquer autoridade nobre, qualquer que emane de direitos de propriedade, quaisquer que advenham diretamente do céu, quaisquer baseadas em títulos patriarcais, etc. (...) deve ser formal e substantivamente regulada e limitada de modo que, por

<sup>175</sup> BERGER, Stefan. Historians and Nation Building. *Past & Present*, n. 148, 1995, p. 187-222.

<sup>176</sup> Para o sucesso de tal empreitada, Stein pôde contar primeiramente com o apoio de Friedrich Dahlmann e posteriormente com o do historiador Georg Heinrich Pertz, que ficou responsável pela edição e publicação das fontes e séries medievais até o ano de 1874. In: GOOCH, 1913, p. 65.

<sup>177</sup> SCHULZE, 1991, p. 59.

<sup>178</sup> KOSELLECK, 1992, p. 358.

<sup>179</sup> O *Staatslexikon* exercia uma espécie de oposição ao periódico conservador *Historisch-politische Zeitschrift*, editado por Ranke - e financiado pelo Estado prussiano - e posteriormente ao *Deutsche Staatswörterbuch* de Johann Caspar Bluntschli e Karl Brater.

<sup>180</sup> MCCLELLAND, 1971, p. 71.

sua atividade e interação ordenada com o governo, o controle geral será realizado de forma tão fiel e confiável quanto possível.<sup>181</sup>

Portanto, a comunidade nacional deveria se pautar em um tipo de contratualismo, em uma forma racional de Estado baseado na lei. O conceito de *Rechtstaat* (Estado de direito) – central na compreensão do pensamento liberal-nacionalista alemão - surge nas concepções de Welcker e Rotteck a partir de uma tentativa de racionalizar a combinação de individualismo e tradicionalismo na estrutura estatal<sup>182</sup>. Na história subsequente dessa doutrina, um ou outro desses fatores era enfatizado de acordo com as tendências políticas do momento, mas a ideia nunca escapou dos ditames de sua fundação inicial.

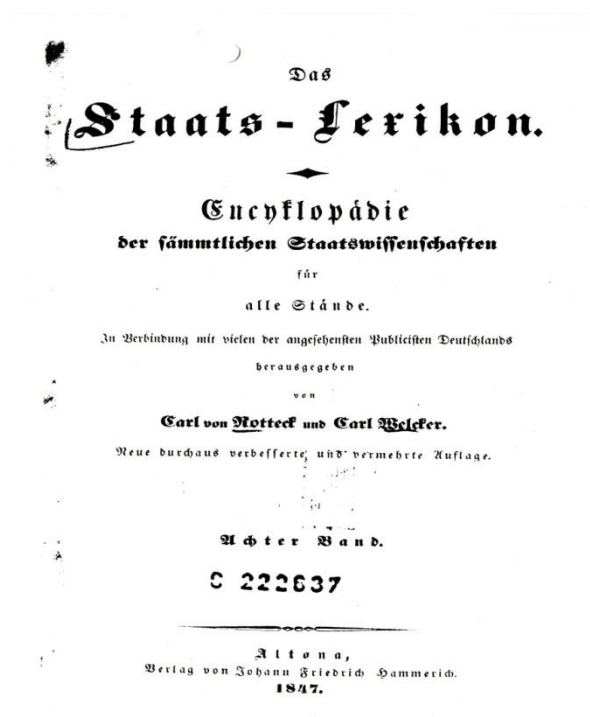


Figura 6 - Oitava edição do *Staatslexikon* de Rotteck e Welcker, de 1847.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c4/Rotteckwelcker.jpg>

<sup>181</sup> “Die Staatsgewalt ist eine Gesellschaftsgewalt, demnach eine von der Gesamtheit ausgehende und dieser Gesamtheit in der Idee fortwährend angehörige Gewalt, d. h. sie ist nichts Anderes als der in dem durch den Gesellschaftsvertrag bestimmten Kreise wirksame Gesamtwille der Gesellschaftsgenossen. Es ist hier also von keiner herrischen, von keiner aus dem Eigenthumsrecht abfließenden, von keiner unmittelbar vom Himmel stammenden, auch von keiner patriarchalischen u. s. w., (...) daß durch ihre Thätigkeit und geordnete Wechselwirkung mit den zu Regierenden die Herrschaft des wahren Gesamtwillens möglichst getreu und zuverlässig verwirklicht werde”. In: ROTTECK, Carl von; Welcker, Carl (Org). *Das Staats-Lexikon: Encyclopädie der sämtlichen Staatswissenschaften für alle Stände*, zweite neubearbeitete und vermehrte Auflage. Johann Friedrich Hammerich, Altona, v. 3, 1845-48, p. 522.

<sup>182</sup> KRIEGER, Leonard. *The German Idea of Freedom*. Chicago, University of Chicago Press, 1957, p. 252.

### 2.3. A Escola Histórica Prussiana e seu ideal nacional

Do mesmo modo, os ainda jovens historiadores “nacional liberais”, que despontariam posteriormente como defensores de um nacionalismo prussianamente orientado, adquiriam espaço em cátedras universitárias, grupos de discussão e editoriais jornalísticos. Conhecidos *à posteriori* como “Escola Prussiana”<sup>183</sup> ou *Kleindeutsch*, esses intelectuais passavam a enrijecer uma nascente concepção de história onde o estabelecimento do Estado-nacional se tornava uma meta. Aquele tipo protestante de liberalismo centrado na Prússia e em suas instituições passava a buscar uma legitimação nacional baseada no discurso da ciência histórica.<sup>184</sup>

O conceito de individualidade, desenvolvido sob a perspectiva romântica de Herder havia se tornado categoria central da teoria historicista de início do oitocentos. A princípio as nações estavam em segundo plano, e a história se apresentava essencialmente como um cosmos de individualidades nacionais. Os primeiros pensadores historicistas enxergaram essa realidade como um mundo de objetos ao qual possuíam pleno acesso.

Sua própria individualidade nacional lhes parecia simplesmente um outro modo de denominar a visão objetiva que alegavam possuir. Os "historiadores nacionais" prussianos foram além, transferindo aquela individualização nacional do mundo dos objetos para sua própria subjetividade. Para eles a individualidade nacional significava escrever a história sob uma perspectiva especificamente alemã.<sup>185</sup>

---

<sup>183</sup> Em contraste com os hegelianos, a consciência de pertencimento a uma escola acadêmica comum era relativamente fraca entre os historiadores da *Kleindeutsch*. Com todo o seu respeito por Ranke, eles tiveram dificuldades em pisar fora da sombra de seu mestre, o fazendo primeiramente ao negar a separação rankeana entre a objetividade historiográfica e o envolvimento na política. Cf: GIESEN, 1998, p. 125

<sup>184</sup> SOUTHARD, 1995, p. 2.

<sup>185</sup> MUHLACK, Ulrich. Universal History and National History: Eighteenth- and Nineteenth-Century German Historians and the Scholarly Community. In: STUCHTEY, Benedikt; ENDE, Peter. *British and German Historiography, 1750-1950: Traditions, Perceptions, and Transfers*. Hardback, London, 2000, p. 41.



Naquele plano da formação política nacional, as pretensões historicistas já se mostravam claras na obra de Dahlmann<sup>186</sup>, onde normas do agir político distintas dos critérios jusnaturalistas de legitimidade do Iluminismo enalteciam uma revalorização sistemática dos pressupostos históricos do agir político. O pensamento histórico se tornara ao mesmo tempo formador e crítico da ideologia.<sup>187</sup>

A ideia de *Volk* – comumente utilizada com a conotação de nação ou povo – era cada vez mais constante em suas formulações. A nação lentamente passava a figurar em seus escritos, e as atribuições e qualidades do Estado prussiano no processo de despertar nacional eram aos poucos enaltecidas<sup>188</sup>. Droysen já o fizera, em 1843, quando em suas *Vorlesungen über die Befreiungskriege (Palestras sobre as guerras de libertação)* proferidas na Universidade de Kiel, expunha a inevitabilidade histórica da unificação alemã sob a liderança constitucional de uma Prússia renovada.<sup>189</sup>

Os mesmos passos eram dados por Max Duncker em seu periódico *Hallesche Allgemeine Literatur-Zeitung*, publicado desde 1843, onde na forma de artigos procurava estabelecer a conexão entre o “desenvolvimento do Estado” prussiano (*staatliche Entwicklung*) e o “florescimento nacional” alemão (*nationale Entwicklung*). Rudolf Haym, Karl Welcker e Georg Waitz, por sua vez, defendiam o mesmo projeto no caminho que os levaria à sua posterior eleição no Parlamento Revolucionário de Frankfurt.

---

<sup>186</sup> DAHLMANN, Friedrich. *Die Politik auf den Grund und das Mass der gegebenen Zustände zurückgeführt*. Weidmann'sche Buchhandlung, 1837.

<sup>187</sup> “Formador na medida em que as normas de legitimidade política são identificadas com as forças ideais do agir humano, constituintes da história, que conduziram os sistemas políticos à situação em que se encontram no tempo presente respectivo (...). É no campo do conhecimento histórico que é tomada a decisão quanto a isto. A teoria política do historicismo funciona também como crítica da ideologia, e em duplo sentido: por um lado, critica toda orientação do agir político por utopias, ao exigir que a experiência histórica seja a instância de teste das chances de realização de expectativas políticas. Por outro lado, ela critica também toda orientação do agir político pela manutenção do mero *status quo*, pois, ao transpor relações sociais dadas para o processo de seu surgimento, requer também a prova de estas estarem aptas a efetivar-se de acordo com as ideias da realização cultural do espírito humano que agem nela”. In: MARTINS, 2008, p. 33.

<sup>188</sup> Apear de possuírem fortes conexões com a Prússia por Ranke e por sua orientação borussianista, os historiadores da *Kleindeutsch* viveram por longos períodos fora das fronteiras prussianas: Sybel em Marburg e em Munique, Dahlmann em Bonn, Waitz em Kiel e Göttingen, Droysen em Kiel e Jena, Häusser em Heidelberg, Treitschke em Leipzig e Heidelberg. Eles mudavam de localidade com certa frequência, interpretando dessa forma as universidades alemãs como instituições nacionais acima do poder dos principados. Cf: GIESEN, 1998, p. 125.

<sup>189</sup> SOUTHARD, 1995, p. 33.

Além desse ponto de vista político, todos tinham em comum o fato de serem funcionários públicos de alto prestígio social, confiantes na ideia de progresso, em um percurso histórico que inevitavelmente levaria ao Estado monárquico constitucional. Como educadores de uma elite universitária, ensaiavam um ainda tímido discurso de lastro nacionalista, balizado por um projeto de liberalismo moderado marcadamente prussiano.

Em seu nascente projeto nacional, já eram perceptíveis as características de um *Mittelstand* oscilante entre a repressão do Estado e a insubordinação popular. Robert Southard revela que tais consensos, ainda anteriores a 1848, são elencáveis nos discursos dos mais destacados historiadores prussianos do período. Buscando pensar a mudança como movimento gradual e responsável em sua concepção de história, Droysen, Haym e Duncker, almejavam preservar características – entre elas, o poder monárquico - que julgavam essenciais à manutenção da ordem e ao bom funcionamento do Estado.

Suas peculiaridades eram perceptíveis na intrínseca relação que estabeleceram entre pesquisa e postura intelectual, entre pensamento e ação, entre ciência e política. Muitos publicaram traduções, redigiram obras voltadas para a política e a história do tempo presente, engajaram-se em lutas na imprensa periódica, participaram diretamente na vida pública se envolvendo no nacionalismo emergente, propagando o ideal da *kleindeutsch* durante e após as jornadas de 1848 além de preconizarem um fundamento axiológico orientado pela defesa da objetividade.<sup>190</sup> Sua moderada visão política era acompanhada por uma crença na providência como detentora do devir histórico. Isso lhes conferia a autoconfiança e um senso messiânico quanto à responsabilidade de aprimoramento moral do povo alemão. Por deterem acesso ao conhecimento histórico, os historiadores da Escola Histórica Prussiana acreditavam possuir o mapa de esclarecimento às respostas e acertos que levariam à culminação da liberdade com a unificação do Estado alemão.

Essa nascente visão histórica nacionalista, em muitos casos interpretada como demasiado ingênua, proveu as bases à atuação política dos historiadores liberais durante

---

<sup>190</sup>BENTIVOGLIO, J. C. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. *Revista de Teoria da História*, v. 3, 2010, p. 20-58.

a revolução de março. A política tornara-se de vez a base da escrita histórica, que se refugiava nos preceitos constitucionalistas liberais daquela escola de pensamento.

De modo algum as novas ciências da política que se moldavam sob a égide da História se limitavam aos pressupostos de Leopold von Ranke. Pelo contrário, inovações conceituais e impregnações ideológicas iniciaram uma complexa relação recíproca, oscilante entre o paradigma metodológico historicista e os preceitos político-filosóficos da era das luzes.<sup>191</sup>

Também característico do movimento de escrita histórica da metade daquele século foi o gradativo abandono dos ideais românticos, seguido de um apelo cada vez maior àqueles princípios racionalistas do iluminismo setecentista. O romantismo passava a ser visto como inimigo do progresso político e das demandas liberais que desfrutavam de paulatino aumento em sua aceitação.<sup>192</sup>

Apesar de ter provido as bases para a maior parte do desenvolvimento conceitual acerca da nacionalidade nos últimos cinquenta anos, o romantismo dava lugar à demanda político-organizativa do período pós-revolucionário. Do mesmo modo, aqueles ideais ligados à racionalidade da comunidade nacional que haviam pautado as reformas políticas do início do século, desciam dos pináculos burocráticos para a apreciação dos intelectuais de classe média.

As antigas ciências do Estado (*Staatwissenschaften*) haviam renascido nas principais universidades prussianas, bávaras e renanas, restabelecendo os velhos sistemas classificatórios cameralistas-kantianos sob a ótica da lei natural, da economia e da ciência histórica<sup>193</sup>. Esse plural cenário científico, complementado pela a filosofia política hegeliana, teria uma óbvia reverberação entre os historiadores e sua apreciação da nacionalidade.<sup>194</sup>

#### **2.4. Nacionalismo idealista: historiadores e a nação alemã em 1848**

---

<sup>191</sup> HÜBINGER, Gangolf. Historicism and the "Noble Science of Politics" in Nineteenth-Century Germany. In: STUCHTEY, Benedikt; ENDE, Peter. *British and German Historiography, 1750-1950: Traditions, Perceptions, and Transfers*. Hardback, London, 2000, p. 199.

<sup>192</sup> RICKLINGER, Walther. *Heinrich von Sybel und die Historische Zeitschrift*. Durlach, Baden, 1936, p. 19

<sup>193</sup> LINDENFELD, David F. *The Practical Imagination: The German Sciences of State in the Nineteenth Century*, University Of Chicago Press; 1 ed., 1997, p. 92.

<sup>194</sup> RINGER, 2000, p. 120.

Para os soberanos dos Estados de língua alemã as primaveras haviam sido mais longas no fim da primeira metade do século dezenove. As consequências da repressão e da falta de espaço político transpareciam no descontentamento de uma cada vez mais bem organizada classe média urbana.

Nas grandes cidades, afluíam os mais distintos jornais, revistas e panfletos políticos de lastro liberal. A censura e as perseguições pareciam não mais capazes de acompanhar o ritmo intenso dos editores, já habituados ao comportamento esquivo ocasionado por um ambiente político repressor. Essa expansão de um mercado editorial vernacular nos espaços urbanos revelava a progressiva manutenção da identidade nacional em oposição à dominação dinástica ou religiosa.<sup>195</sup>

No âmbito rural também pareciam soprar os ventos da insubordinação. As fracas colheitas, as secas e epidemias de cólera causaram uma situação insustentável entre os invernos de 1846 e 1847<sup>196</sup>. A migração para as cidades se mostrava uma alternativa, não fosse pelo inchaço urbano<sup>197</sup> e os primeiros impactos de um incipiente e atroz processo de industrialização.<sup>198</sup>

Os cânticos e poemas nacionalistas se tornavam populares formas de manifesto contra o poder reacionário<sup>199</sup> pois a comunhão nacional aos poucos se mostrava uma eficaz arma contra as pretensões e formas de dominação dinástica<sup>200</sup>. O sentimento popular parecia muito mais aguçado que em outros tempos, e qualquer passo em falso por parte do poder instituído parecia representar o estopim para levantes e motins das classes subalternas.<sup>201</sup>

---

<sup>195</sup> ANDERSON, 2008, p. 75.

<sup>196</sup> NIPPERDEY, Thomas. *Deutsche Geschichte: Bürgerwelt und starker Staat*. C.H.Beck, München, 1983, p. 147.

<sup>197</sup> Entre 1820 e 1850 a população dos Estados alemães aumentou em cerca de um terço, de 26,3 milhões para 35,4 milhões. In: KRIEGER, 1957, p. 289.

<sup>198</sup> Processo iniciado, sobretudo a partir do *Zollverein* (União Aduaneira) de 1834. Primeiramente com o objetivo de simplificar a arrecadação fiscal, a União Aduaneira entre a Prússia e os demais Estados - com a exclusão da Áustria - serviu como uma grande junção econômica que ao longo do século dezenove pôde fomentar o espírito de unidade nacional entre os seus membros. In: SNYDER, 1978, p. 19.

<sup>199</sup> Poemas como “*Der Deutsche Rhein*” de Nikolas Becker e a “*Deutschlandlied*” de Hoffmann von Fallersleben figuravam nos mais distintos jornais alemães dos anos 1840. In: SCHULZE, 1991, p. 65.

<sup>200</sup> ANDERSON, 2008, p. 82.

<sup>201</sup> SPERBER, Jonathan. *The European Revolutions, 1848–1851*. New Approaches to European History. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

Festivais de unidade nacional foram celebrados em todos os Estados ao longo daquele ano. Seus elementos simbólicos comuns se cruzavam em um “festivo discurso nacional”, que em muito devia à noção desenvolvida durante a Revolução Francesa. Contudo, muitos tipos diferentes da concepção nacional emergiam nessas festividades: algumas celebravam a nação dinástica representada pelas casas reais, enquanto outras enalteciam a nação popular, e todas elas revelavam fortes diferenças políticas, sociais e confessionais.<sup>202</sup>

A própria expressão “Estado nacional” passou a aparecer mais frequentemente no linguajar político. Anteriormente noções de unidade nacional, literatura, teatro, amor, sentimento e até igreja nacionais eram comuns, mas poucas pessoas mencionavam o Estado nacional<sup>203</sup>. No início de 1848, entretanto, eram frequentes publicações que debatiam a necessidade de unidade, luta pela causa e coesão interna dos distintos membros na nação germânica.

Se até a década de 1840 o nacionalismo se caracterizava como um movimento dependente de situações políticas externas, episódios como a crise do Reno (*Rheinkrise*)<sup>204</sup> de 1840 o tornariam um fenômeno de massas politicamente organizadas em associações, grupos de cantos e congressos de especialistas.<sup>205</sup>

Mas foram tormentas estrangeiras que causaram os primeiros rebuliços nos territórios de língua alemã. As notícias de uma bem sucedida revolução parisiense em fevereiro de 1848 tomaram conta da opinião pública nos principais centros urbanos germanófonos. Primeiro em Baden, depois em Württemberg e na Prússia, propriedades nobiliárquicas eram queimadas e membros da aristocracia local ameaçados por populares.

O quadro de protestos se agravava a partir de março, com o litígio em barricadas entre tropas oficiais e a população nas principais avenidas de Berlin, Viena e Munique. Após a fuga de Metternich, a situação política parecia se estabilizar, sobretudo com a nomeação de ministros liberais e o estabelecimento de medidas populares por parte dos

---

<sup>202</sup> SPERBER, Jonathan. *Festivals of national unity in the German revolution of 1848*. In: *Past and present*. V. 36, 1992, p. 114-38.

<sup>203</sup> BERGER, 2004, p. 56.

<sup>204</sup> A crise do Reno de 1840 foi uma crise diplomática entre o Reino da França e a Confederação Alemã entre os anos de 1839 e 841, como consequência de uma disputa territorial na região do Reno. A disputa ocasionou uma gama de reações nacionalistas de ambos os lados, tendo gerado uma série de movimentos literários, poéticos e musicais em território alemão, massificando e popularizando as ideias de luta e pertencimento nacional.

<sup>205</sup> KOSELLECK, 1979, p. 348.

monarcas, como o afastamento das tropas e a adesão retórica às demandas constitucionais da população revoltosa.

Ao final daquele mês, um pré-parlamento se reuniu em Frankfurt, a fim de estabelecer eleições para uma Assembleia Nacional que unificasse os Estados alemães sob uma única bandeira e constituição. Com voto universal masculino e ampla adesão popular, mais de quinhentos deputados foram eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte que iniciaria suas atividades em 18 de maio na Igreja de São Paulo (*Paulskirche*) no coração da Frankfurt revolucionária.

Àquela altura, a “primavera dos povos” parecia ter logrado sucesso, assim como os movimentos nacionalistas liberais de inclinação democrática. Característico da Assembleia de Frankfurt – conhecida como o Parlamento dos professores (*Professorenparlament*) - os mais distintos intelectuais e acadêmicos alemães se reuniam em uma oportunidade ímpar de colocar em prática os ditames do movimento liberal nacionalista.

Entre aqueles ilustres parlamentares esclarecidos era notória a presença dos mais prestigiosos devotos da ciência histórica alemã. Nomes como Friedrich Dahlmann, Gustav Droysen, Karl Welcker, Georg Waitz, Georg Gervinus, Max Duncker, e Rudolf Haym marcavam a presença ativa dos historiadores naquele momento singular da história política germânica.

Como membros de uma elite urbana pequena e altamente educada, em meio a uma sociedade ainda predominantemente tradicional e agrária, esses homens acreditavam possuir o poder do conhecimento necessário à aquisição do bem estar coletivo<sup>206</sup>. Como uma espécie de guias aos seus contemporâneos, aquela geração de historiadores pensava ser responsável pelo esclarecimento da verdadeira liberdade política e do caminho à unidade nacional.

Composta por intelectuais engajados com a causa nacional e as ideias do liberalismo, 1848 trouxera para a Escola Histórica Prussiana, a chance de culminação de sua concepção do processo histórico<sup>207</sup>. Em sua maioria constitucionalistas moderados, os

---

<sup>206</sup> SOUTHARD, 1995, p. 2.

<sup>207</sup> Eles imaginavam o processo histórico como sendo unitário e progressivo: unitário, pois possuiria um significado e proposta únicos e progressivo no sentido de que o que estava implícito no início da história se tornava continuamente mais explícito, isso é, mais completa e

episódios de março, significavam para eles a oportunidade de reconciliar interesses estatais e nacionais em uma única frente de combate. Otimistas e portadores de uma crença na possibilidade de harmonia entre o indivíduo e a comunidade, aqueles ativistas intelectuais estavam cientes do papel que sua nacionalidade exerceria a partir daqueles dias.<sup>208</sup>

Nunca em sua história a Alemanha havia presenciado engajamento e papel político tão veemente por parte de seus historiadores. Naquele momento a chance de realização política nacional parecia estar lançada. Ironicamente, os descaminhos da história haviam colocado seus escribas em contato com a própria experiência. Homens habituados à imersão no passado se defrontavam com a possibilidade de um futuro próspero sob seus olhos. De maneira inédita, e sob a ótica dos “senhores do tempo”, a realização do sonho nacional lhes pedia passagem.

Mas não tardaria para que as contradições entre prática e discurso se afluassem entre aquela classe de professores políticos. Por mais distintas que fossem as formas do conceito de nação e sua legitimação através do discurso histórico, é consenso afirmar que até 1848 entre a intelectualidade alemã, ele se encontrava no campo do *Geist*, de forma abstrata e idealista<sup>209</sup>. Para homens como Droysen, Duncker e Haym, os caminhos que levariam à realização de seu projeto político nacional já estariam historicamente pré-estabelecidos, legitimado pelas torrentes do progresso que se prostrariam ao longo dos mais distintos períodos da história mundial.

Essa concepção de história que abarcava em seu interior a ânsia pela unidade nacional, não hesitava em antecipar o futuro, realizando os mais otimistas dos prognósticos científicos. Para tais fins, a década de 1840 veria a transição no interesse dos historiadores para períodos recentes, de modo que a inevitabilidade de suas proposições pudesse parecer mais clara aos olhos do grande público:

E, novamente, essa vida coletiva da humanidade é uma corrente ininterrupta - nos milhares de turbilhões e redemoinhos, há uma direção que a água segue, tanto rápida ou lentamente - há um incansável movimento para frente, cujo objetivo devemos intimar da direção. Não um fluxo semelhante a piscinas ou

---

adequadamente realizado, conforme as épocas se sucediam. Em outras palavras, a história para eles possuía uma agenda, geralmente esperando que ela completasse suas tarefas principais no seu próprio tempo e país – como um verdadeiro “fim da história” associado ao inevitável processo de unificação alemã. In: SOUTHARD, 1995, p. 3.

<sup>208</sup> IGGERS, 1983, p. 104.

<sup>209</sup> BERGER, 2004, p. 56.

poças que se formam na costa, mas uma inundação próxima que os arrasta adiante; também não   uma progressão na qual qualquer tipo de existência espiritual, cada forma de atividade humana se desenvolve simultaneamente de forma maior em pulsos iguais.<sup>210</sup>

Droysen, bem como Waitz ou Duncker, advinham de diferentes tradi es de pensamento, mas uniam suas vozes por um tipo de visão histórica otimista, na qual a na o mostrava-se como forma invariável de um futuro político inexorável.

Essa visão do processo histórico possuía laços diretos com alguns preceitos hegelianos, corrente filosófica que – por mais que os historiadores não quisessem admitir<sup>211</sup> – pautaria também as formula es nacionais da intelectualidade liberal na primeira metade daquele século. A certeza da realiza o de suas demandas no desenrolar histórico era complementada por aquilo que Ranke denominava “o dedo de Deus”<sup>212</sup> na História, que conferia dire o e significado àquele processo.

Mas se Ranke considerava-se acima de tudo um europeu, os desdobramentos das últimas décadas haviam tornado os historiadores mais jovens cada vez mais afeitos   causa política nacional. Os episódios de março apareciam como a possibilidade concreta de atingir seus objetivos, mas o temor quanto   possibilidade de levantes populares reacendia a necessidade de uma postura moderada e a colabora o com o poder instituído saltava aos seus olhos como a mais sóbria das op es.

Os meses do outono concretizariam essas opiniões entre os membros da facão do Cassino, agremia o que contava com ampla participa o dos referidos historiadores políticos. Enquanto o parlamento preparava uma declara o de direitos básicos e uma constitui o visando toda a dimensão nacional, os territórios de Schleswig-Holstein eram mais uma vez disputados entre Prússia e Dinamarca, enaltecendo ainda mais os ânimos da *B rgertum* nacionalista. Todo aquele otimismo histórico serviria a partir de então para justificar os interesses da na o alemã:

Vocês estão lutando por seus e nossos direitos, por sua e nossa constitui o, por sua e nossa nacionalidade, por seu e nosso futuro: devemos estar ao lado e sobre o mar, devemos nos reunir conosco e com os membros perdidos do corpo nacional. Vocês serão os primeiros a retornar para a pátria. Assim como vocês prevaleceram contra as espadas dos dinamarqueses, vocês também prevalecerão sobre as perversões da lei. E nisso vocês não estarão

<sup>210</sup> DROYSEN, J.G. *Theologie der Geschichte*. In: *Historik*. Ed. Rudolf Hübner, p.383.

<sup>211</sup> Hegel era visto por aquela gera o de historiadores pejorativamente como representante por excelência da filosofia e teoria do Estado reacionário e do período de Restaura o conservadora.

<sup>212</sup> RANKE, Leopold von. *S mtliche Werke*. v. 53/54, Duncker & Humblot, Leipzig, 1875, p. 665.



sozinhos. Impossível que nossos príncipes, impossível que nosso monarca de mente alemã permaneceria não participante de sua luta.<sup>213</sup>

Foram as consequências desse conflito com a Dinamarca<sup>214</sup>, em conjunto com a inércia da política dos Habsburgo quanto à questão nacional, que alinhariam a maior parte dos intelectuais moderados à causa prussiana ao longo dos últimos meses de 1848. O medo da insubordinação popular e a busca por estabilidade a partir da confiança no militarismo prussiano também não podem ser subestimado em tal decisão. Em termos gerais, a inclinação dos liberais à dinastia Hohenzollern, era uma opção pelos caminhos de um nacionalismo que paulatinamente vestia-se com as cores do pragmatismo político. Essa transição já revelava sua marca no discurso de Droysen em outubro daquele mesmo ano:

Não podemos considerar o fato de que toda a questão alemã é uma simples alternativa entre a Prússia e a Áustria. Nesses Estados, a vida alemã possui seus polos positivos e negativos - no primeiro, todos os interesses que são nacionais e reformativos, no segundo todos os que são dinásticos e destrutivos. A questão alemã não é uma questão constitucional, mas uma questão de poder, e a monarquia prussiana é atualmente totalmente alemã, enquanto a austríaca não pode ser.<sup>215</sup>

Quando as forças anti-revolucionárias retomaram o controle em Viena, o governo austríaco demandou a integração de todo o Império Habsburgo aos territórios da nova Alemanha, algo que sabia não ser passível de aceitação pela maioria dos parlamentares na *Paulskirche*. Com uma pequena maioria, o Parlamento de Frankfurt optou pela formação de um Estado alemão pequeno (*Kleindeutsch*), sem a Áustria, oferecendo a coroa alemã ao rei prussiano, Frederico Guilherme IV.

A recusa de Frederico ao posto confirmaria o sucesso da reação anti-revolucionária em Berlim e na maioria dos Estados já no início de 1849. Em maio, muitos membros do parlamento abandonaram os seus postos, desiludidos quanto à falha em sua tentativa de conciliar o princípio monárquico e a participação política sob a égide do Estado nacional.

---

<sup>213</sup> Discurso de Max Duncker aos habitantes de Schleswig-Holstein. Na ocasião o historiador também havia coletado assinaturas dos habitantes de Halle, cidade na qual lecionava desde 1842. In: HAYM, Rudolf. *Das Leben Max Dunckers*. R. Gaertner, Berlin, 1891, p. 76.

<sup>214</sup> Após pressões internacionais, Frederico Guilherme IV ordenou que o comandante do exército da Confederação Alemã retirasse suas tropas do ducado e em 26 de agosto a Prússia assinou uma convenção em Malmö na qual atendia a praticamente todas as demandas dinamarquesas.

<sup>215</sup> DROYSEN, Johann G. *Speech to the Frankfurt Assembly, 1848*. Modern History Sourcebook: Documents of German Unification, 1848–1871. Retrieved, 9 April, 2009.

A derrocada do projeto constitucional, e a ruína das expectativas de unidade política, reforçariam uma espécie de ressociação no conceito de nação entre as classes médias liberais ao que Koselleck classifica como caráter defensivo (*Schutzrichtung*) contra a desordem e revolução populares.<sup>216</sup>

Entre os historiadores não seria diferente, em sua própria concepção do percurso histórico, outrora atrelada a prognósticos otimistas e ingênuos do futuro alemão, haveria uma revisão realista, influenciada pela decepção e as incertezas de seu futuro político<sup>217</sup>. Se antes havia sólidas expectativas, agora lhes restava apenas esperança e essa nova forma dos historiadores encararem o passado cientificamente possuiria reverberações óbvias em sua percepção política nacional.<sup>218</sup>

## **2.5. Força e pragmatismo na historiografia: a nação entre o borussianismo e a *Realpolitik***

A falha da revolução de 1848 deixou consequências na leitura democrática da identidade nacional alemã. Perseguidos e ameaçados pela política de Restauração nos distintos Estados, ou simplesmente desiludidos quanto aos prospectos de uma unificação democrática da Alemanha, muitos democratas radicais se retiraram de cena, emigrando para os EUA ou simplesmente abandonando o campo da política. O projeto democrático que havia sido o veículo de tantas esperanças perdeu a sua atração, e com ele a direção provida pela França, principal porta-voz da revolução.

Tão grandes haviam sido as esperanças, as tentativas, e a subsequente derrota dos revolucionários que sua falha não poderia mais ser interpretada como preliminar, como uma primeira tentativa de muitas outras a vir. Além disso, tornou-se óbvio que a identidade coletiva dos alemães poderia apenas vagamente ser definida por um conceito de "povo", que em último caso era mais orientado por uma oposição entre os dominantes e os súditos do que por diferenças nacionais.

O substanciamento da identidade coletiva em um sistema filosófico também passou a ser cada vez mais visto com ceticismo. A escola hegeliana, que havia emergido, na

---

<sup>216</sup> KOSELLECK, 1992, p. 361.

<sup>217</sup> SOUTHARD, 1995, p.191.

<sup>218</sup> Segundo Southard, apenas após os episódios e reflexões ocasionadas pela revolução de 1848 pode-se falar na formação de uma Escola Histórica Prussiana, com um programa político orientado por uma realidade mais consciente, com foco na força militar e na vontade moral dos sujeitos históricos. In: SOUTHARD, 1995, p. 194.

década posterior à morte de seu mestre, como a filosofia oficial do Estado reformador prussiano, dominando o meio acadêmico assim como a cena supra-acadêmica da filosofia alemã durante o período do *Vormärz*, caiu em descrédito<sup>219</sup>. Uma nova geração de intelectuais ganhou destaque precisamente por seu abandono dos antigos projetos de identidade coletiva, focando ao contrário na nova - pelo menos para os Estados alemães - construção de unidade social: o Estado-nação.

A década seguinte à revolução de 1848 tornou-se a fase formativa para o grupo de historiadores da Escola Prussiana. Eles atribuíam a falha do movimento constitucionalista liberal como uma inabilidade no exercício de controle sobre as formas fiscais e militares de poder. Eles já haviam ganhado reconhecimento acadêmico antes de 1848, mas seus trabalhos decisivos foram publicados entre 1848 e a fundação do Império Alemão em 1871.

Apesar de sua orientação nacional e liberal levar a um envolvimento oposicionista e a críticas à Restauração, aos *junkers* e à tradicional política dos príncipes, uma série de monarcas apoiava seus trabalhos, seguindo suas publicações com empático interesse. Sua atitude não era a de um distanciamento cultural do centro estatal, mas de um envolvimento político cada vez maior nas instituições existentes. Praticamente todos os membros da Escola Prussiana haviam sido delegados dos parlamentos estatais onde eles apaixonadamente defendiam a oposição nacional e liberal.

Eles representavam a *Bildungsbürgertum*, cuja ascensão estava intimamente ligada àquela do Estado prussiano reformador e seu sistema administrativo e universitário. Assim, apesar de oporem a restauração dos principados e a insistência classista dos *junkers*, essa oposição advinha do auto-conhecimento de uma classe que havia começado a ganhar acesso ao centro do poder estatal, se tornando reconhecidos aliados da política governamental.

Esses intelectuais com acesso ao poder não poderiam mais estabelecer sua identidade apenas assumindo a distância entre a cultura e a política. Ao contrário, os "mandarins alemães" deveriam levar a identidade coletiva nacional à harmonia com as esferas do Estado e da política, onde qualquer contradição cultural ao mundo do Estado e do poder poderia também por em risco sua própria posição. Eles possuíam prestígio social e

---

<sup>219</sup> GIESEN, 1998, p. 123.

poder político precisamente porque comandavam a cultura e a educação. Em sua defesa da racionalização da administração estatal, garantiam a manutenção de um processo burocrático de ingresso no serviço público e na academia que preservava sua posição e *status social*.<sup>220</sup>

A mera defesa da cultura alemã não mais convinha a uma identidade particular, tanto em termos sociais quanto temporais: ela também não descrevia uma margem social que os intelectuais pudessem ocupar, nem uma tarefa extraordinária que os diferisse da geração anterior. Com os grupos restauradores e reacionários que se apegavam veementemente ao passado, por um lado, e as massas não educadas desesperadas por uma liderança e já apegada a tendências radicais, por outro, a *Bildungsbürgertum*, e especialmente os "intelectuais mandarins", se enxergavam como ocupantes de uma posição central, responsável pelo todo e destinada à liderança.

Nem o curso da Revolução Francesa e as tendências democráticas que dela surgiram, nem a rigidez cega da Restauração, poderiam sobreviver a essa responsabilidade para com o todo - apenas o julgamento moderado e realista, possível a partir de uma posição que pudesse mediar tradição e emancipação, possuía alguma chance.

Após 1850 a busca por um Estado liberal continuou a ser acompanhada pela procura por um *Volk* liberal. Como no *Vormärz*, os valores, expectativas, ideologias e táticas liberais continuavam a depender desses dois elementos chave em sua equação política<sup>221</sup>. Essa foi a lição que Friedrich Dahlmann, por exemplo, aprendeu após a revolução, algo alinhado com suas ideias anteriores a 1848: "se a autoridade do Estado e a liberdade popular não podem existir simultaneamente, então a autoridade do Estado toma proeminência em todos os sentidos".<sup>222</sup>

Enquanto o liberalismo pré-1848 havia se caracterizado pelas demandas de um ideal politizado por trás do poder executável de um fundo econômico e social repressor, o movimento pós-1850 se caracterizou por uma sociedade fortemente individualizada sem a anterior forma de princípios políticos absolutos para organizar. Os efeitos combinados da derrota revolucionária, da reação política, e do crescimento capitalista durante os anos cinquenta levaram ao que Leonard Krieger denomina "declínio no pensamento

---

<sup>220</sup> RINGER, 2000, p. 24.

<sup>221</sup> SHEEHAN, 1978, p. 108.

<sup>222</sup> DAHLMANN, Friedrich apud SHEEHAN, 1978, p. 108.

liberal” entre 1850 e 1870<sup>223</sup>. Tal decréscimo intelectual das ideias liberais alemãs teria diminuído a força de assalto da oposição levando a associação da liberdade possível ao Estado autoritário de Bismarck.

A tendência que o ambiente político e econômico dos anos 1850 forneceu à concretização do pensamento liberal foi instigada pela mudança no clima intelectual que afetou toda a Europa após o meio-século. Os grandes sistemas metafísicos perderam o seu apelo, e as disciplinas específicas que amadureciam sob sua cobertura floresciam como ciências empíricas independentes. Nos Estados alemães não apenas a História e as ciências naturais se desvencilhavam das filosofias de Hegel, Schelling e da lei natural, mas os campos indutivos especializados da ciência social, da economia histórica e social, além da ciência administrativa, passaram a se separar da original ciência e economia políticas<sup>224</sup>. O impacto do mundo pós-revolucionário sobre os intelectuais liberais e estudantes que haviam experimentado os levantes de 1848 não foi, contudo, uma simples conversão ao realismo político. Sua recepção às novas influências era contida por seu desesperado apego aos sistemas ideais nos quais haviam sido criados.<sup>225</sup>

Esse encontro causou uma profunda crise de consciência de onde emergiu todo um espectro de combinações adicionando as divisões materiais do futuro às divisões doutrinárias do passado. O liberalismo emergiu dessa crise interna para atingir o renovado conflito político dos anos 1860 com o mesmo tipo de notáveis intelectuais de classe média dos períodos pré-revolucionários do *Vormärz*, mas a situação política desses personagens era agora diferente, por um lado porque eles haviam mudado sua aproximação com a política e por outro porque sua antiga concepção possuiria um efeito de mudança sob as novas condições.<sup>226</sup>

É nesse momento que surge na ala dos chamados “novos moderados”, a obra *Princípios da Política Prática (Grundsätze der Realpolitik)* de August Ludwig von Rochau<sup>227</sup>

---

<sup>223</sup> KRIEGER, 1957, p. 341.

<sup>224</sup> KRIEGER, 1957, p. 347.

<sup>225</sup> KRIEGER, 1957, p. 347.

<sup>226</sup> KRIEGER, 1957, p. 347.

<sup>227</sup> Ludwig August von Rochau (1810-1873) foi um jornalista e político nascido em Wolfenbüttel (Baixa-Saxônia). Primeiramente engajado com o periódico *Frankfurter Wachensturm* de 1833, permaneceu alguns anos exilado na França. Após a publicação de seu famoso *Grundsätze der Realpolitik* (1853), Klemens von Metternich cunhou o termo "*Realpolitik*" (Política real), a filosofia política baseada em uma abordagem pragmática sobre questões relacionadas à disputada por poder e relações de força em geral.

escrita em 1853. Concedendo mais valor ao poder bruto do que seus companheiros políticos poderiam admitir, o trabalho foi bem recebido e indiretamente endossado com o apontamento de Rochau para a direção do órgão liberal *Deutscher Nationalverein*<sup>228</sup> (Associação Nacional Alemã) em 1859.

Assim o termo *Realpolitik* circulou primeiramente em uma corrente política geral por um liberal e com um valor apropriado ao seu uso posterior. A asserção de Rochau quanto à classe média como base para o poder econômico, na esfera do Estado existente, e sob o critério da força desse Estado, seria a tendência dominante do liberalismo moderado naquele momento.<sup>229</sup>

Droysen que anteriormente idealizava o *Rechtstaat* (Estado de direito) em oposição ao *Machtstaat* (Estado forte) rejeitando o poder como a base da política, agora passava a reconhecer francamente o triunfo da realidade sobre as ideias, dos interesses sobre as doutrinas e da política externa sobre as demandas internas, como caráter fundamental não apenas de eventos recentes, mas de toda a História Moderna.<sup>230</sup>

Sybel por sua vez, também incluiria em seus *Discursos sobre a política* a importância do uso da força pelo Estado. Se necessário, o historiador enfatizava, as garantias dos direitos, assim como das liberdades civis, deveriam ser sacrificadas aos interesses estatais. Assim, a própria limitação formal dos poderes do Estado passava a ser vista como nociva.<sup>231</sup>

Mas para a maior parte desse grupo de historiadores liberais moderados a adaptação ao ideal político do realismo pós-revolucionário se deu em um processo gradual que não havia sido concluído até 1866. A principal articulação dessa transição estava a cargo dos

---

<sup>228</sup> A *Deutsche Nationalverein* foi uma organização política semi-partidária, organizada por liberais e democratas moderados, atuante de 1859 até a sua extinção em 1867. O objetivo da associação era a conquista de um Estado Alemão pequeno (*kleindeutschen Staates*) sob a égide da Prússia e de um parlamento nacional. Em todo caso seus membros se diziam dispostos a aceitar uma ditadura prussiana temporária, caso esta tivesse por intuito a formação de um Estado Nacional alemão.

<sup>229</sup> DOLL, Natascha. *Recht, Politik und 'Realpolitik' bei August Ludwig von Rochau (1810–1873): ein wissenschaftsgeschichtlicher Beitrag zum Verhältnis von Politik und Recht im 19. Jahrhundert*. Studien zur Europäischen Rechtsgeschichte, v. 189, Klostermann, Frankfurt a.M. 2005, p. 31.

<sup>230</sup> GILBERT, Felix. *Johann Gustav Droysen und preussisch-deutsche Frage*. Oldenbourg, München und Berlin, 1931, p. 121-131.

<sup>231</sup> IGGERS, 1983, p. 118.

organizadores do *Preussische Jahrbücher*<sup>232</sup> (Anais Prussianos), fundado em 1857 pelos principais acadêmicos do chamado Partido Gotha.<sup>233</sup>

Mas, é sobretudo na obra do mais jovem desses intelectuais que pode-se encontrar o insumo e a expressão das ideias liberais moderadas antes e posteriormente ao processo de unificação alemã. No trabalho de Heinrich von Treitschke o nacionalismo se tornara a fonte e não mais o fim dos valores políticos liberais. As experiências traumáticas que haviam chocado os mais velhos os impulsionando a uma elaboração teórica realista, haviam sido o berço e principal impulso político de Treitschke. O preceito da nacionalidade conferia ao jovem historiador a confiança de que seu engajamento pró-prussiano não abalaria os princípios de objetividade e cientificidade em sua pesquisa.<sup>234</sup>

A profunda disjunção entre o requerido por sistemas absolutos e a força dos fatos concretos - uma contradição que permaneceu um problema crítico para as gerações mais velhas - estava presente desde tão cedo no pensamento de Treitschke que ele nem ao menos a percebia, se baseando nela ao invés de tentar resolvê-la. Em suas formulações não havia lugar para “sonhos políticos” (*Idealpolitik*), proposições baseadas em utopias, ou a idealização do Estado. Também não havia espaço para a estagnação política, ao contrário, far-se-ia necessária um tipo de política que se movesse entre os extremos: “a política real” (*Realpolitik*) buscando um ideal com o senso de compromisso.<sup>235</sup>

Contra o princípio da liberdade individual pura Treitschke insistia que "o Estado é uma instituição que se encontra enraizada diretamente na natureza de cada homem"<sup>236</sup>. Entretanto isso não significava que instituição estatal simplesmente absorvia o indivíduo, mas ela tampouco deveria ser vista como um fardo à liberdade. E se o Estado era uma construção natural necessária que influenciava os indivíduos à liberdade e à

---

<sup>232</sup> O *Preußische Jahrbücher* (Anais Prussianos) foi um periódico político de tendências nacionalistas liberais editado em Berlim a partir de 1858 por de Rudolf Haym (1858-66), Heinrich von Treitschke (1866-83) e Hans Delbrück (1883-89).

<sup>233</sup> O *Gothaer Partei* (como seus membros posteriormente ficaram conhecidos) ou *Gothaer Nachparlament* é a denominação do encontro de 148 membros do antigo Parlamento de Frankfurt, ocorrido na cidade de Gotha de 26 a 28 de Junho de 1849. Após a falha da Assembleia Nacional os políticos ali reunidos almejavam conquistar ao menos a unidade da Alemanha sob a liderança da monarquia constitucional prussiana.

<sup>234</sup> MATA, Sérgio da . Anos de aprendizagem de um jurista formado numa perspectiva histórica : Max Weber e o historicismo. *História da Historiografia*, v. 6, 2011, p.74.

<sup>235</sup> METZ, Karl H. Historiography as political activity: Heinrich von Treitschke and the political reconstruction of politics. In: KOSLOWSKI, Peter (ed.) *The discovery of historicity in german idealism and historism*. Berlin: Springer, 2005, p. 100.

<sup>236</sup> TREITSCHKE, *apud* KRIEGER, 1957, p. 366.

moralidade, seu encaminhamento a essa direção se daria pelo princípio de nacionalidade, que para Treitschke habitava um âmbito ideal incondicional<sup>237</sup>. Ao juntar as noções de nação e Estado o historiador poderia ser categórico em sua problematização da questão da liberdade:

Eu sou um unitarista radical (por uma Alemanha unificada). Concebo a liberdade, como uma mera expressão, caso a nação não exista, pois esta é a única base para qualquer desenvolvimento do Estado. O caminho que leva mais rapidamente a essa unidade nacional é o mais apreciado por mim, mesmo que ele se desse na forma do despotismo.<sup>238</sup>

A lei histórica e o imperativo moral que o autor liberal encontrava era essencialmente o de que o Estado em si mesmo é uma força moral, de modo que os cidadãos são responsáveis diretos por eventuais erros estatais. Essas elaborações políticas de Treitschke são marcas da transição do nacionalismo reformador da época de fundação do *Reich* ao nacionalismo integral de culto ao Estado típico da virada do século.<sup>239</sup>

Portanto, nos termos de Treitschke e de toda a escola de historiadores liberais moderados, o papel do Estado na perpetração dos direitos individuais em muito divergia de concepções do pensamento liberal ocidental contemporâneo<sup>240</sup>. Foi justamente essa distância de franceses, ingleses e americanos que passou a suscitar o debate na historiografia do século vinte sobre a existência de uma especificidade do percurso histórico alemão (*Sonderweg*).<sup>241</sup>

Do mesmo modo, as bases liberais moderadas haviam moldado o conceito de nação aos usos pragmáticos característicos dos anos do *Nachmärz*. O grupo representado pelo *Preussische Jahrbücher* – não coincidentemente composto em sua maioria por historiadores – havia associado a ideia de nação ao poder do Estado em sua inexorável dependência do jugo prussiano.

O fim da década de cinquenta aceleraria ainda mais essa luta por legitimação conceitual nos Estados alemães, após a ascensão de Guilherme Frederico como regente

<sup>237</sup> TREITSCHKE, *apud* KRIEGER, 1957, p. 366.

<sup>238</sup> TREITSCHKE, *apud* KRIEGER, 1957, p. 367.

<sup>239</sup> HÜBINGER, 2000, p. 206.

<sup>240</sup> O artigo *Freiheit* (Liberdade) escrito por Treitschke em 1861 seria a expressão máxima dessa distinção, principalmente pelo fato do autor alemão se basear em uma crítica aos trabalhos de pensadores liberais ocidentais consagrados como John Stuart Mill e Edouard Laboulaye. In: KRIEGER, 1957, p. 367.

<sup>241</sup> BLACKBOURN, David; ELEY, Geoff. *The Peculiarities of German History: bourgeois society and politics in nineteenth-century Germany*. Oxford: Oxford University Press, 1984.



prussiano<sup>242</sup>. O novo príncipe, de personalidade menos autoritária, havia prometido governar constitucionalmente, permitindo também a formação de associações<sup>243</sup> e partidos<sup>244</sup> que logo passariam a se proliferar naquele cenário político favorável.

Possibilitados a participar ativamente da política como delegados da Câmara Representativa Prussiana (*Preußischer Landtag*), os liberais moderados finalmente viam abertas as possibilidades de realização de suas demandas nacionais<sup>245</sup>. Mas para a surpresa desagradável daqueles intelectuais progressistas, Guilherme I havia optado pela mais conservadora das formas de solução à crise constitucional prussiana que se alastrava nos primeiros anos daquela década<sup>246</sup>. Apontando o *junker* reacionário Otto von Bismarck como primeiro-ministro (*Ministerpräsident*) o monarca despertara a ira dos liberais nacionalistas em torno do Partido Progressista.<sup>247</sup>

De repente, o que havia sido um breve período de abertura política se convertia novamente na dura realidade da máquina repressiva prussiana. A Câmara Representativa demonstrara toda a sua impotência quando em 1862, Bismarck colocara fim ao impasse parlamentar, adotando reformas orçamentárias sem a aprovação do parlamento. Alguns meses mais tarde Guilherme I dissolveria o legislativo,

---

<sup>242</sup> Por atestada deficiência mental após seguidos problemas de saúde, Frederico Guilherme IV havia abdicado temporariamente de suas funções executivas em favor de seu irmão Guilherme. Apenas em 1861, com a morte de Frederico Guilherme IV, Guilherme I seria nomeado monarca prussiano.

<sup>243</sup> Exemplos de associações liberais que se formaram naquele período são a *Kongress deutscher Volkswirte* (Congresso de Economistas Alemães) e a *Deutscher Nationalverein* (União Nacional).

<sup>244</sup> Como resultado de um maior desenvolvimento das associações, da conquista de confiança e espaço para atuação, o primeiro partido político, denominado *Deutsche Fortschrittspartei* (Partido Progressista Alemão) surgiria na Prússia apenas em 1861.

<sup>245</sup> Entre os historiadores liberais eleitos naquele período para a Câmara Baixa do Parlamento Prussiano estavam Heinrich von Sybel (1862-64/1674/80), Theodor Mommsen (1863-66/1863/79) e Max Duncker (1860-61).

<sup>246</sup> A mais importante instância de antagonismo liberal ao Estado após 1858 foi o conflito constitucional na Prússia, iniciado quando os parlamentares liberais se recusaram a aceitar os planos governamentais de reforma militar. O exército era uma questão sensível para os liberais prussianos: politicamente, ele era o instrumento tradicional de reação cujo papel repressivo em 1848-9 não havia sido esquecido; socialmente, ele representava a continuidade do prestígio e poder da nobreza prussiana, podendo assim servir como um foco ao profundo antagonismo a esse grupo social; economicamente, o exército parecia uma exploração abusiva àqueles que eram taxados, como uma forma de imposição do Estado aos setores "produtivos" da sociedade. In: SHEEHAN, 1978 p. 109.

<sup>247</sup> EYCK, Erich. *Bismarck and the German Empire*. W. W. Norton & Company, 1964, p. 58.

implementando logo em seguida medidas restritivas à ação de opositores e da própria imprensa.<sup>248</sup>

Sybel, à época porta-voz da Câmara Baixa dos Deputados, expressava o descontentamento dos liberais quanto ao caráter intransigente dos ministros e do próprio governo: “os ministros e a maioria na Câmara falam línguas diferentes; seus pensamentos são organizados por uma lógica diferente e suas ações por leis morais distintas”.<sup>249</sup>

A política de “sangue e ferro” (*Blut und Eisen*) do primeiro-ministro prussiano parecia contradizer todas as expectativas do movimento liberal moderado, que embora prezasse por efetividade na esfera da política, via sua ânsia por unidade nacional se esvaír com a conduta reacionária dos ministros guilherminos. As premissas do *Rechtstaat* (Estado de direito) liberal haviam sido burladas. Seria necessária a continuidade do percurso histórico, e a efetividade irreparável de suas leis, para que aqueles intelectuais mudassem drasticamente os rumos de suas críticas.

Mas após quatro anos de governo autoritário e a vitória em duas guerras de grandes dimensões<sup>250</sup>, Bismarck parecia finalmente ter conquistado o apoio popular. Não diferente havia sido a recepção desses episódios pelos liberais prussianos que haviam se dividido institucional e ideologicamente com a criação do Partido Nacional Liberal em 1867.

O surgimento da nova agremiação liberal havia resultado da secessão da ala moderada do Partido Progressista, que via suas bases discordarem internamente quanto a política governamental e o posicionamento aliado. O novo partido foi organizado pela união dos principais grupos da ala liberal prussiana: os antigos moderados que haviam feito as pazes com Bismarck pelo simples anúncio de uma política unitarista alemã, e os novos

---

<sup>248</sup> KENT, George O. *Bismarck e seu tempo*. Brasília, Editora da UnB, 1982, p. 43.

<sup>249</sup> SYBEL *apud* EYCK, 1964., p. 61.

<sup>250</sup> Os conflitos pela sucessão ao trono em Schleswig-Holstein haviam provocado uma guerra contra a Dinamarca, vencida pela coligação Austro-prussiana em 1864. Os impasses diplomáticos desse litígio resultaram no conflito entre os antigos aliados e em 1866 era dado início à guerra entre a Áustria e Prússia, vencido pelas tropas de Bismarck em Julho do mesmo ano.

moderados que passaram de uma oposição relutante à plena colaboração após as vitórias militares do governo.<sup>251</sup>

No curso cambiante de sua construção, o conceito de nação passara pelo importante crivo da historiografia, que conferira as características pró-prussianas, anti-católicas e anti-democráticas ao sentimento nacional alemão. Pelo menos entre os historiadores da Escola História Prussiana, o projeto da *kleindeutsch*, influenciara decisivamente as elites intelectuais de classe média em sua oposição ao jugo austríaco e às forças populares.

O vínculo entre a historiografia e a construção da nação foi parte integral no estabelecimento da História enquanto disciplina acadêmica por toda a Europa. O fato dos empregos públicos dos historiadores estarem protegidos dos caprichos do mercado e sua correspondente proximidade com o Estado encorajou uma tendência entre eles a possuir um consenso sobre a questão nacional.<sup>252</sup>

Estava claro que o mito borussianista<sup>253</sup> prevaleceria sobre quaisquer tentativas de burlar a fomentação do conceito nacional entre aqueles historiadores liberais<sup>254</sup>. As expectativas nacionalistas haviam se estreitado de tal forma que os meios para a conquista daqueles objetivos passavam a descolar-se de obrigações morais. A banalização do uso da força, por exemplo, já vigorava no vocabulário daqueles intelectuais antes mesmo das conquistas militares de Bismarck.

A guerra passava a ser percebida como meio legítimo de construção nacional. O próprio Sybel confessara a Duncker em 1860: "Por um longo tempo venho desejando à Prússia uma guerra justa, saudável, que fosse alemã em um sentido eminente. Essa deveria ser uma guerra saudável, de propostas alemãs"<sup>255</sup>. Os violentos conflitos e a *Realpolitik* de Bismarck tiveram um importante impacto entre os historiadores preocupados com o paradigma nacional alemão, de Heinrich von Sybel a Hans-Peter Schwarz, a categoria

---

<sup>251</sup> KRIEGER, 1957, p. 438.

<sup>252</sup> BERGER, 1997, p. 11.

<sup>253</sup> Wolfgang Hardtwig entende o conceito de borussianismo como um discurso prático-político surgido na historiografia no qual a tendência a enxergar o papel proeminente da Prússia no cenário político alemão abraçava formulações teórico-científicas. In: HARDTWIG, Wolfgang. Von preußens Aufgabe in Deutschland zu Deutschlands Aufgabe in der welt. Liberalismus und Borussianisches Geschichtsbild Zwischen Revolution und Imperialismus. *Historische Zeitschrift*, vol. 231, H. 2, Oct, 1980, p. 273.

<sup>254</sup> FRIEDRICH, Karin. *The other Prussia: royal Prussia, Poland and liberty, 1569–1772*, New York, 2000, p. 5.

<sup>255</sup> SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978, p. 342.

analítica de "sucesso permanente" (*bleibende Erfolg*) passava a vigorar e legitimar os mais distintos desenvolvimentos históricos.<sup>256</sup> Uma ação histórica não era justificada por sua credibilidade moral, mas por seu sucesso. Esse pensamento em certa medida já estava presente em Ranke e em sua crença no desenvolvimento histórico como a realização da vontade divina. Também estava relacionado à máxima hegeliana de que a razão e a história são idênticas.

Para Hegel a História deveria ser racional, pois a racionalidade por si própria é histórica<sup>257</sup>. Não existe racionalidade maior do que aquela que encontra expressão em personalidades e eventos históricos. Tudo isso seria a base de uma historiografia de vencedores, na qual perdedores não possuem lugar. Valores e ações seriam relacionados ao seu sucesso<sup>258</sup>. Essa separação do julgamento histórico de critérios morais teria consequências nefastas não apenas para a historiografia, mas para a sociedade alemã como um todo.<sup>259</sup>

A construção conceitual sobre a necessária égide nacional prussiana ganhara proporções tão vastas que Bismarck passou a acreditar que nenhuma política poderia obter sucesso sem o apoio das classes médias nacionalistas e liberais<sup>260</sup>. Aqueles antigos moderados haviam desde a experiência de 1848 incorporado os princípios e sentimentos nacionais à sua noção de liberalismo. Confiando na ideia de nação, acreditavam ser este o único meio pelo qual o Estado histórico poderia se liberalizar<sup>261</sup>. Consequentemente sua oposição ao governo prussiano passou a diminuir após 1864, depois de este adotar políticas incisivas sobre Schleswig-Holstein e as posteriores guerras de caráter “nacionalista”.<sup>262</sup>

O anúncio da criação de uma assembleia nacional representativa pelo governo prussiano, em abril de 1866, seria o suficiente para os velhos liberais, representados por

---

<sup>256</sup> BERGER, 1997, p. 29.

<sup>257</sup> HEGEL, Georg Wilhelm. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. introdução de Robert S. Hartman; Tradução de Beatriz Sidou, 2. ed, São Paulo: Centauro, 2001, p. 53.

<sup>258</sup> HEGEL, 2001, p. 30.

<sup>259</sup> BERGER, 1997, p. 30.

<sup>260</sup> BERGER, 2004, p. 73.

<sup>261</sup> KRIEGER, 1957, p. 439.

<sup>262</sup> É preciso esclarecer o caráter nacional mítico que as guerras de unificação passaram a ter durante o Império Alemão e posteriormente. Stefan Berger enfatiza que Bismarck não possuía quaisquer interesses nacionalistas, e os conflitos empreendidos pela Prússia à época não poderiam ser premeditados como grandes guerras nacionais que levariam à unidade política do *Reich*. In: BERGER, 2004, p. 71.

Rudolf Haym, anunciarem seu "apoio incondicional" ao governo de Bismarck a partir de sua "profunda crença no poder da ideia nacional"<sup>263</sup>. A expressão da vontade política dos estratos médios prussianos se dera um ano mais tarde com a fundação do Partido Nacional Liberal, onde a burguesia econômica e os velhos moderados – já há muito preparados para submeter sua noção de liberdade ao jugo do Estado – encontravam seu interesse conciliador.<sup>264</sup>

Com a vitória sobre a Áustria e o apoio parlamentar interno, Bismarck encontrara o caminho livre para a fundação de uma espécie de protótipo do Estado alemão unificado, simbolizado pela Confederação Alemã do Norte<sup>265</sup> (*Norddeutscher Bund*). O projeto político representado pelo conceito de nação liberal-moderado estava a um passo de lograr sua concretização. Sobre a ansiedade coletiva que assolara os ânimos liberais quanto a um conflito definitivo pela unidade alemã, Sybel escreveria anos mais tarde: "é evidente que o governo prussiano não desejava a guerra. Mas o nível de excitação popular, tanto no sul quanto no norte da Alemanha aumentava consideravelmente".<sup>266</sup>

E não tardou para que os ânimos se convertessem em mais um conflito externo, dessa vez contra a França. As articulações diplomáticas de Bismarck haviam situado o império francês como o último empecilho à hegemonia prussiana na Europa central<sup>267</sup>. Em Setembro de 1870 as tropas de Napoleão III capitulavam frente ao exército prussiano em Sedan, forçando os franceses ao rendimento incondicional de sua pátria alguns meses depois.

O que parecia um sonho distante para toda uma geração que vivenciara os fracassos de 1848, estava prestes a se realizar em um futuro próximo. O pragmatismo que envolvera o discurso nacional desde o período do *Nachmärz* demonstrara sua eficácia não com palavras e discursos vagos, mas com "sangue e ferro"<sup>268</sup>. À distância dos valores

---

<sup>263</sup> HAYM *apud* KRIEGER, 1957, p. 440.

<sup>264</sup> HAYM *apud* KRIEGER, 1957, p. 439.

<sup>265</sup> A Confederação Alemã do Norte (*Norddeutscher Bund*), fundada em Julho de 1866 existindo até a fundação do Reich em 1871, foi uma federação de 22 Estados independentes do norte da Alemanha, com cerca de 30 milhões de habitantes. Considerada a primeira forma da moderna nação alemã, a Confederação também incluía alguns importantes Estados do sul, como o exemplo da Bavária.

<sup>266</sup> SYBEL, Heinrich von. *The Founding of the German Empire by William I*. Trans. Helene Schimmelfennig White, v. 6, New York: Greenwood Press, 1968, p. 145.

<sup>267</sup> KENT, 1982, p. 68.

<sup>268</sup> EYCK, 1964, p. 174.

democráticos ocidentais a comunidade nacional alemã erigia seus alicerces sobre as premissas da *Realpolitik* germânica mediante o uso da força.<sup>269</sup>

Semanas antes do coroamento de Guilherme I no Palácio de Versalhes, em um artigo para o periódico britânico *Fortnightly Review*, Sybel atestava os elementos positivos do que considerava essa típica expressão nacional alemã:

Atualmente, a prerrogativa real é mais forte na Alemanha do que na Inglaterra; ela mantém uma posição comparável em certa medida àquela dos Tudors. Mas certamente não é apenas prerrogativa real que impede o desenvolvimento de um governo parlamentar em nosso país. Em grande parte, a causa está em nós mesmos, e eu acredito que essa circunstância é favorável no que diz respeito ao nosso futuro (...) Mesmo hoje, a maior parte dos eleitores acreditam que controlar e criticar o governo é o maior dever de um deputado; eles não percebem a mais verdadeira garantia da liberdade na melhor administração da força governamental mas em sua máxima restrição possível.<sup>270</sup>

A instituição monárquica e o poder do Estado distinguiam positivamente a concepção nacional alemã, que apesar da crescente impregnação democrática (*demokratische Strömung*) e das dificuldades de representação parlamentar garantiriam um futuro promissor ao Império que emergia. O conceito de nação na historiografia germânica pró-prussiana atingira o seu zênite nos anos 1860, no ambiente intelectual que preparara a unificação política sob a influência autoritária de Bismarck. Suas bases, entretanto, podem ser encontradas no trabalho intelectual surgido na década precedente ou até mesmo no período pré-revolucionário.

### CAPÍTULO III

---

<sup>269</sup> Como exposto na crença de Treitschke quanto ao mito da monarquia prussiana, que distinguiria qualitativamente a organização política da Alemanha das demais potências europeias. In: MCCLELLAND, 1971, p. 179.

<sup>270</sup> SYBEL, Heinrich von Sybel. Das neue deutsche Reich, *Fortnightly Review*, Jan, 1871. In: SYBEL, Heinrich. *Vorträge und Aufsätze*, 2nd ed. Berlin, 1875, p. 322-27.

### 3. Pensando a nação na historiografia: as influências intelectuais do jovem Sybel na formação de uma consciência histórica nacional alemã.

Boa parte do que foram essas concatenações da ideia nacional no pensamento alemão oitocentista podem se revelar na obra de historiadores e demais homens de letras representantes da referida elite acadêmica mandarim. De forma exemplar nesse sentido, o trabalho de Heinrich von Sybel, mostra-se profícuo à compreensão do complexo itinerário tomado pela noção de nacionalidade germânica durante partes do século dezenove.

Longe de caracterizar uma simples linearidade conceitual, há na concepção nacional do autor renano uma série de nuances, que de forma geral podem ser relacionadas aos dois momentos principais da atmosfera nacionalista expostos no capítulo anterior. De vaga percepção política associada a circunstâncias e tipificações absortas, a nação adquiriria caráter determinante em sua epistemologia, teoria histórica e política.

A mudança de perspectivas empreendida pela geração à qual Sybel pertencia - no sentido do que Rüsen denomina experiência do processo de unidade nacional (*nationalstaatlichen Einigungsprozessen*) – apenas pode ser entendida em recorrência às heranças e rupturas com tradições de pensamento precedentes<sup>271</sup>. Nestes termos, faz-se útil o esclarecimento das influências intelectuais do historiador que a princípio podem servir como fim à compreensão das origens e rumos trilhados por suas ideias ao longo dos dois momentos históricos supracitados.

Quando Sybel seguira para Berlim em 1834, por exemplo, tinha por impulso o contato prévio ainda quando adolescente em Düsseldorf com a obra Barthold Niebuhr e os escritos políticos de Edmund Burke: “*a História Romana* de Niebuhr exerceu sobre mim uma forte impressão; algum tempo depois encontrei na biblioteca municipal o trabalho de Burke, que permaneceu por longo tempo como influência política para mim”.<sup>272</sup>

Não foi difícil que por suas preferências intelectuais as atenções do jovem estudante se voltassem para o pensamento político irlandês, haja vista as inclinações históricas e

<sup>271</sup>JAEGER; RÜSEN, 1992, p. 73.

<sup>272</sup>“*Niebuhrs römische Geschichte machte mir den mächtigsten Eindruck; dann fand ich etwas später auf der städtischen Bibliothek Burkes Werke, die für meine politische Richtung von dauerndem Einfluss waren*”. apud VARRENTRAPP, 1897, p. 13.

preocupações estéticas existentes ao longo de toda a obra de Burke e da escola pré-romântica inglesa. Em sua tentativa de compreender a arte e a história sob uma perspectiva individualizante, Burke continuava o caminho trilhado por Montesquieu, utilizando critérios históricos em favor de um melhor entendimento do Estado e de suas instituições.<sup>273</sup>

Em seus trabalhos como historiador, Burke expõe uma postura deveras religiosa ao enaltecer as revelações da providência no destino das nações. Mas o mais característico de seu estilo é a preocupação com as instituições do passado, enxergando nestas as raízes de fundações modernas, com um desenvolvimento gradual ao longo da história a padrões mais elevados<sup>274</sup>. E é a partir desta mesma ênfase na tradição nacional que Burke posicionar-se-ia contrário à Revolução Francesa de 1789 e aos preceitos metafísicos abstratos que seriam a sua base:

A revolução foi feita para preservar nossas antigas leis e liberdades indiscutíveis, e aquela antiga constituição governamental que é a nossa única segurança de lei e liberdade (...) a própria ideia da fabricação de um novo governo, é suficiente para nos encher de desgosto e horror. Nós almejávamos no período da revolução, e ainda agora, derivar tudo que possuímos de nossos predecessores.<sup>275</sup>

Em *Reflections on the revolution in France* (Reflexões sobre a revolução na França) o autor irlandês põe em prática os pressupostos da análise histórica por ele defendidos em oposição à ideia de lei natural, e contra os ditames revolucionários franceses, Burke sugeriria como modelo o que considerava a bem sucedida Revolução Inglesa de 1688. A visão política de um *Whig* conservador, como defendido pelo próprio, assim como suas

---

<sup>273</sup> MEINECKE, Friedrich. *Historism: the rise of a new historical outlook*. Routledge & Kegan Paul, London, 1972, p. 220.

<sup>274</sup> Uma constante no pensamento político de Burke herdada por Sybel é a defesa da Constituição. Ela representaria o pacto voluntário pelo qual uma sociedade é criada, sobretudo por se basear em um contrato voluntário inicial, sendo um imperativo para todos os indivíduos de uma sociedade. A Constituição inglesa personificava a tradição, devendo, por isso ser respeitada enquanto experiência humana progressiva. Na concepção burkeana de continuidades e rupturas no processo histórico, as velhas instituições seriam as mais úteis, pois elas teriam a sabedoria de Deus trabalhando através da experiência dos homens no curso de sua história. In: KINZO, M. D. G. . Burke: a Continuidade contra a Ruptura. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 1989, v. 2, p. 13-45.

<sup>275</sup> “*The Revolution was made to preserve our antient indisputable laws and liberties, and that antient constitution of government which is our only security for law and liberty.... The very idea of the fabrication of a new government, is enough to fill us with disgust and horror. We wished at the period of the Revolution, and do now wish, to derive all we possess as an inheritance from our forefathers*”. In: BURKE, Edmund. *Reflections on the revolution in France*. Revived Apollo Press, London, 1814, p. 32.



percepções sobre as continuidades e rupturas do processo histórico em tempos revolucionários, teriam longa influência no pensamento político e filosófico de Sybel.

Essas claras absorções dos pressupostos burkeanos aparecerão não apenas nas diversas referências ao pensador *whig* realizadas por Sybel, mas em suas próprias noções de constituição, revolução e nacionalidade. “O grande estadista inglês”<sup>276</sup> a que o historiador se referia defendia um tipo de mudança histórica cautelosa, preocupada com a manutenção de valores tradicionais historicamente conquistados. Não por acaso, a defesa desse tipo de projeto político estaria presente na História da Revolução Francesa e em diversos outros escritos do intelectual renano.<sup>277</sup>

Mas o rigor científico da pesquisa histórica seria buscado por Sybel no trabalho dos seus conterrâneos historiadores, e seria em grande medida após o contato com os preceitos metodológicos de Niebuhr que o autor se dedicaria com afinco aos estudos da História: “Niebuhr então contribuiu com forte peso para os meios de pesquisa histórica no que diz respeito às questões reais, demandando do mesmo modo formas estéticas e conhecimento antiquário com consciência política e nacional”.<sup>278</sup>

A esse respeito, Sybel certamente se referia ao método crítico filológico desenvolvido pelo autor da História de Roma, e no qual Ranke se baseara para analisar a história moderna. Tido como o primeiro professor de História da Universidade de Berlim, Niebuhr, como destacado por Sybel, possuía fortes elos com a causa nacional alemã, tendo defendido com veemência a expulsão das tropas francesas à época das guerras de libertação.<sup>279</sup>

Niebuhr, assim como Burke, tornara-se um forte crítico da Revolução Francesa e de quaisquer mudanças radicais no curso da história. O foco de seus escritos se pautava em desenvolvimentos institucionais, tendo a sua experiência como servidor público e

---

<sup>276</sup> “*Der grosse englische Staatsmann*” apud SYBEL, Heinrich von. Edmund Burke und Irland. In: SYBEL, Heinrich von. *Kleine historische Schriften*. J.G., Cotta, München, 1863, p. 453.

<sup>277</sup> Uma clara alusão a esse tipo de modelo revolucionário burkeano é encontrada no texto “*Edmund Burke und die französische Revolution*” de 1847, no qual Sybel defende que haja moderação entre os partidos e a determinação para realizar reformas com o mínimo possível de ruptura com o passado. Cf: SYBEL, Heinrich von. Edmund Burke und die französische Revolution. In: *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*. Veit, v. 7, 1847, p. 16-17.

<sup>278</sup> “*Damals versetzte Niebuhr mit starker Hand die deutsche Geschichtsforschung mitten in den Kreis der wirklichen Dinge, und forderte von ihr neben ästhetischen Formen und antiquarischer Kenntnis ein politisches und nationales Gewissen*”. apud SYBEL, , 1847, p. 11.

<sup>279</sup> GOOCH, 1913, p. 16.

estadista influenciado em sua maneira de enxergar o papel da burocracia e a centralização do poder estatal. Ao escrever a história romana Niebuhr acreditava estar servindo à Prússia, associando um sentido divino àquele dever patriótico.<sup>280</sup>

Essa ânsia em escrever a história com fins políticos no presente era perceptível em seus estudos sobre a Roma antiga, quando o historiador almejava devolver “o entusiasmo nacional às novas gerações e torná-las capazes de grandes feitos”<sup>281</sup>. O ímpeto nacionalista e a intenção política dos estudos de Niebuhr encontrariam seu paralelo no postulado de Sybel, segundo o qual a historiador deveria escrever a história com avidez e engajamento político<sup>282</sup>. Apesar de inseridos em contextos distintos, o ânimo nacional do antigo professor de Berlim possuiria influência decisiva sobre a obra e o posicionamento do jovem Sybel.

Em seu segundo ano de estudos da ciência histórica na capital prussiana, o interesse pelos textos clássicos iriam se confirmar com sua frequência aos seminários do jurista Carl von Savigny, onde Sybel assimilaria boa parte dos conceitos e noções históricas tão caros às suas primeiras obras e escritos políticos:

Ainda hoje considero Savigny o mais completo professor acadêmico do século dezenove (...) aqui me veio à tona a verdade de que uma ampla quantidade de formação jurídica é a condição indispensável para o conhecimento e apresentação da história política.<sup>283</sup>

De fato, na década de 1830, a chamada Escola Histórica do Direito, havia se estabelecido na Universidade de Berlim, e a obra *Vom Beruf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*<sup>284</sup> (1814) de Savigny já havia consolidado o autor entre os cânones da jurisprudência histórica alemã. Os adeptos de tal doutrina tinham para si que as leis não existiriam como um fenômeno imutável e universal, pois

<sup>280</sup> GUILLAND, 1915, p. 47.

<sup>281</sup> NIEBUHR, *apud* GUILLAND, 1915, p. 56.

<sup>282</sup> Um elemento importante em comum entre Sybel e Niebuhr é o papel central da educação (*Bildung*) na formação do espírito e caráter nacionais. Em seu texto sobre "A Relação das Universidades com a vida pública" (1847) é clara a relevância deste conceito no projeto nacional do historiador renano.

<sup>283</sup> “Noch heute halte ich Savigny für den vollendesten akademischen Lehrer des 19. Jahrhunderts (...) Hier ging mir die Wahrheit auf, dass ein volles Quantum juristischer Bildung die unerlässliche Bedingung für die Erkenntnis und Darstellung politischer Geschichte ist”. SYBEL *apud* VARRENTRAPP, 1897, p. 13.

<sup>284</sup> “Da vocação da nossa época para a legislação e a jurisprudência”, nessa obra Savigny reagia ao ensaio de Anton Friedrich Justus Thibaut (1772-1840) publicado no mesmo ano, defendendo sob forte influência romântica que o Direito não seria um produto da razão, mas antes das crenças comuns de um povo (chegando a utilizar o conceito herderiano de *Volksgeist*), uma manifestação histórica, tecendo uma crítica veemente ao jusnaturalismo iluminista.

como produto histórico, cada conjunto de leis expressaria em sua essência uma individualidade própria, quer dizer, o “espírito” de cada povo (*Volksgeist*), e estaria em constante mutação acompanhando as transformações sociais.

A própria ideia de nação defendida por Savigny possui em seu cerne as influências românticas que permeariam boa parte de sua obra. Em *Vom Beruf*, o autor afirmava que o direito das nações jovens, assim como sua língua e costumes, já manifestariam um caráter peculiar ao próprio povo, que o manteria unido por suas convicções comuns, pela consciência de uma necessidade interior. O jurista repudiava a noção de uma origem accidental e arbitrária como propalado pela ideia do surgimento do Estado por meio de um pacto social, defendida pelos iluministas e racionalistas. Ele assevera que os fenômenos culturais não têm existência separada, mas refletem a consciência do povo, manifesta em aspectos distintos de sua existência cultural:

A lei cresce com o cultivo, e se fortalece com o fortalecimento do povo, e finalmente morre se a nação perde sua nacionalidade. Mas essa tendência de processo progressivo, mesmo em tempos altamente cultivados, leva grande dificuldade na direção da discussão. Foi defendido acima, que a consciência comum de um povo é o acento peculiar da lei. Isso é perceptível na lei romana (...) essa dificuldade nos leva a uma nova visão do desenvolvimento da lei. Com o progresso da civilização, as tendências nacionais se tornam mais e mais distintas.<sup>285</sup>

Em crítica à escola filosófica, Savigny enfatizava a necessidade de haver uma separação entre a parte e o todo, entre o futuro e o passado, distinguindo generalizações do princípio de individualidade. Para evitar erros desse tipo, o jurista defendia a necessidade de um "sentido histórico", uma consciência da mudança histórica e como a identidade de um povo depende de seu lugar específico na história.<sup>286</sup>

---

<sup>285</sup> “*Das Recht wächst also mit dem Volke fort, bildet sich aus mit diesem, und stirbt endlich ab, so wie das Volk seine Eigenthümlichkeit verliert. Alle diese innere Fortbildung auch in der Zeit der Cultur hat für die Betrachtung eine grosse Schwierigkeit. Es ist nämlich oben behauptet worden, dass der eigentliche Sitz des Rechts das gemeinsame Bewusstsein des Volks Sitz. Das Recht wächst also mit dem Volke fort, bildet sich aus mit diesem, und stirbt endlich ab, so wie das Volk seine Eigenthümlichkeit verliert. Alle diese innere Fortbildung auch in der Zeit der Cultur hat für die Betrachtung eine grosse Schwierigkeit. Es ist nämlich oben behauptet worden, dass der eigentliche Sitz des Rechts das gemeinsame Bewusstsein des Volks Sitz. Dieses lässt sich z.B. im Römischen Rechte (...). Diese Schwierigkeit führt uns auf eine neue Ansicht der Entwicklung des Rechts. Den steigender Cultur nämlich sondern sich alle Thätigkeiten des Volkes immer mehr, und was sonst gemeinschaftlich betrieben wurde, fällt jetzt einzelnen Ständen anheim.*”. In: SAVIGNY, Friedrich Carl von. *Vom Beruf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft. Zweite vermehrte Auflage.* Verlag von J.C.B. Mohr, Heidelberg, 1828, p. 11.

<sup>286</sup> BEISER, Frederick C. *The German historicist tradition.* Oxford University Press, New York, 2011, p. 244.

Sybel não pouparia elogios à concepção histórica do jurista, aplicando boa parte de seus preceitos e categorias em suas primeiras obras como historiador. A partir do conceito de *Volkgeist*, Sybel pôde concluir que todas as sociedades, desde o início dos tempos, continuamente evoluíam na mesma direção e estilo, e que o número de experiências vividas pela humanidade poderiam ser reconhecidas sob categorias históricas específicas.<sup>287</sup>

Ranke, que ao lado de Savigny estabeleceria os alicerces da escola histórica nas primeiras décadas do século dezenove, talvez fosse a maior influência científica não apenas de Sybel, mas de toda uma geração de intelectuais que haviam tido contato com seus seminários na Universidade de Berlim. Do velho historiador, Sybel aprendera a olhar criticamente para o passado, selecionando e julgando os fatos a partir da análise científica.

As óbvias divergências políticas que o estudante viria a ter com o mestre, não o impediam de reconhecer a importância das contribuições do autor de *História dos povos romanos e germânicos* (1824) à consolidação da História como disciplina por uso de um método próprio de pesquisa científica:

Ao dizer ‘como realmente aconteceu’, (Ranke) requer que um trabalho de História não deve se prostrar como um mapa, mas como uma imagem dos objetos em si diante da alma, e para esse objetivo é feito o uso do método crítico como meio de fazer saltar o verdadeiro conhecimento do passado.<sup>288</sup>

Do mestre e professor de Berlim, Sybel absorvera a máxima de que todos os produtos da história e tudo aquilo que opera no contexto de uma sociedade histórica possuem valores concretos e objetivos. Tal posição resulta em um tipo de otimismo em relação à história e à natureza que Ranke, assim como Sybel, compartilhavam com os aderentes da escola histórica e herdeiros da tradição romântica<sup>289</sup>. Esse tipo de posicionamento seria o norte da concepção política de Sybel na primeira parte de sua trajetória intelectual.

---

<sup>287</sup> GUILLAND, 1915., p. 177.

<sup>288</sup> “zu sagen,” wie es eigentlich gewesen” erfordert, dass ein Geschichtswerk sich nicht wie eine Landkarte ausnehme, sondern das Bild der Gegenstände selbst vor die Seele rufe, und gerade aus diesem Begehren ist ihm die kritische Methode, das Mittel zur richtigen Erkenntnis der Vergangenheit erwachsen”. In: SYBEL, Heinrich von. Gedächtnisrede auf Lepold v. Ranke. SYBEL, Heinrich von. Vorträge und Abhandlungen. R. Oldenbourg München, Leipzig, 1897, p. 294.

<sup>289</sup> IGGERS, 1983, p. 72.

A proposta divina vista por Ranke como por trás da diversidade de Estados e do caráter nacional, seria aos poucos modificada por Sybel, quando a própria nacionalidade passaria a assumir papel central em nível de perspectiva. Aquela “escolha arbitrária”<sup>290</sup> do historiador quanto às forças que representavam a direção histórica da nação, seriam ainda mais acentuadas nas páginas dos trabalhos maduros de Sybel. Mas enquanto herdeiro da tradição rankeana, em boa parte dos seus primeiros escritos históricos, o jovem intelectual manteria o otimismo característico do ambiente intelectual pré-revolucionário alemão.

Em suma, pode-se concluir a partir de um olhar sobre as primeiras influências intelectuais de Sybel, que as mais distintas tradições de pensamento romântica, histórica e idealista contribuíram para a formação de uma concepção político-nacional em princípios da carreira do historiador. De Burke e Savigny, o intelectual havia apreendido a concepção política e a filosofia histórica, de Ranke e Niebuhr, a crítica histórica e a inclinação política nacionalista. Os rumos que o insumo de tais heranças tomariam em seu ideário nacional apenas podem ser compreendidos a partir da análise de sua obra e trajetória acadêmica.<sup>291</sup>

### **3.1- A nação ideal: a abertura cultural do *Konigthum* e a conquista da nacionalidade pela *Bildung***

Naquela primeira década de aprendizado e ingresso na vida acadêmica, Sybel mostrara os traços de sua incipiente personalidade política que se formava em conformidade com os interesses de uma classe média renana em ascensão. Sua preocupação com o expansionismo católico e influência aristocráticas exemplificariam nesse preâmbulo intelectual alguns dos caminhos que seriam traçados pelo historiador ao longo de boa parte de sua carreira acadêmica. Contudo, também já lhe era próprio um tipo específico de pensamento nacional que não surpreendentemente estaria em conformidade com suas primeiras influências intelectuais dos anos de estudo em Berlim.

---

<sup>290</sup> IGGERS, 1983, p. 76.

<sup>291</sup> Me refiro às influências diretas citadas pelo próprio intelectual, as influências de autores centrais do universo historicista e nacionalista alemão dos séculos XVIII e XIX também podem ser evidenciadas ao longo das obras de Sybel. Os nomes de Herder, Fichte, Schiller e Humboldt são mencionados, por exemplo, em ensaios como *Sobre a relação de nossas universidades com a vida pública* e *Sobre a situação da nova historiografia alemã*, analisados neste capítulo.

Antes de 1848 a concepção nacional de Sybel parecia abstrata e sem os contornos unitaristas e constitucionais que marcariam seus escritos pós-revolucionários. Sua amizade com Georg Waitz e Bruno Hildebrand lhe conferira simpatia à causa nacional de Schleswig-Holstein, sem, contudo, exibir inclinações apaixonadas em demasia. Tanto que em um primeiro momento chegara mesmo a defender a solução por uma Alemanha Grande (*grossdeutsche Lösung*), que incluísse os domínios austríacos em um Estado alemão fortalecido.<sup>292</sup>

As marcas de uma primeira preocupação com o fenômeno nacional parecem claras no trabalho *Entstehung des deutschen Königtums (A Fundação do reino alemão)* de 1844. Nessa obra, pode-se encontrar algumas das primeiras formulações que o autor realiza acerca da nacionalidade no período do *Vormärz*. Interessado nas antigas origens do Estado germânico, Sybel realizava uma incursão à época das migrações bárbaras e ao período de transição entre a antiguidade e a Alta Idade Média. Tais estudos iam ao encontro do crescente interesse de juristas e historiadores na chamada história constitucional germânica, que não por acaso, possuía relação direta com as demandas políticas - nacionais e constitucionais - do período anterior a 1848.

Intrigado com os achados de Jacob Grimm acerca das continuidades entre a antiguidade e as sociedades germânicas medievais - sobretudo em relação à existência de uma aristocracia baseada nos antigos - em *Königtums*, Sybel pretendia desmitificar as ideias de legalistas e filólogos a respeito de uma constituição intrínseca à etnia e percurso histórico germânicos.

Sybel remontava ao período migratório das primeiras tribos germânicas, optando por observar uma dupla influência - romana e estrangeira - na formação legal do antigo Estado. Contra uma interpretação que enxergava as fundações constitucionais alemãs sob uma lógica primordialista, o autor buscava pensar o mesmo problema a partir da ideia de "família natural" (*natürliche Familie*) como base da organização estatal centro-europeia. As antigas comunidades germânicas poderiam ser vistas como uma grande família, onde os papéis de príncipes e súditos se assemelhariam àqueles de uma relação familiar patriarcal.<sup>293</sup>

---

<sup>292</sup> Posição que mudaria drasticamente ao longo do decurso revolucionário de 1848. In: DOTTERWEICH, 1978, p. 189.

<sup>293</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 102.

A posterior organização monárquico-constitucional dessas sociedades, com base na legitimação da violência de um soberano, apenas foi alcançada com a penetração de elementos estrangeiros. A distinção entre família e Estado revelava a preocupação de Sybel em distinguir as esferas pública e privada, apontando a impossibilidade de desenvolvimento estatal sobre a antiga estrutura familiar germânica.

Portanto, para o historiador, nem uma constitucionalidade germânica intrínseca ou a pura influência romana seriam as fontes do Estado alemão, mas uma mistura entre a natureza germânica (*germanischen Natur*) e a tutela cultural romana (*römische Bildung*):<sup>294</sup>

Tudo isso não refuta a sentença dos constituintes romanos nos novos direitos da monarquia, que nem a constituição racial germânica, nem o império romano são a fonte do Estado alemão, mas a mistura de ambos com a fertilização da natureza germânica a partir da cultura romana.<sup>295</sup>

Esse foco nas origens legais do Estado também havia sido compartilhado por seu colega e ex-aluno de Ranke, Georg Waitz, que realizara o mesmo estudo, com resultados divergentes aos do historiador renano. Em sua *Deutschen Verfassungsgeschichte (História constitucional alemã)* (1844), Waitz enxergava nas primeiras tribos germânicas aqueles princípios de democracia, igualdade e liberdade, tão caros à sociedade alemã contemporânea. No mesmo sentido, via a monarquia e a soberania popular como elementos harmônicos passíveis de coexistência. Na visão de Waitz, o percurso histórico dos antigos alemães parecia de fato ter tomado os rumos que levariam à perpetração do constitucionalismo liberal em seu próprio tempo.<sup>296</sup>

Se Waitz possuía melhores motivos para se aproximar de um nacionalismo romântico - o autor advinha da disputada região de Schleswig-Holstein - Sybel, já pertencia àquela geração de intelectuais que enxergavam a inevitabilidade do papel do Estado em quaisquer desenvolvimentos históricos futuros.

<sup>294</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 103.

<sup>295</sup> “Dies alles aber widerlegt den Satz noch nicht, dass römische Bestandtheile in den neuen Rechten des Königthums sich aufzeigen lassen, dass also weder die germanische Geschlechtsverfassung, noch freilich auch das römische Kaiserthum die Quelle des deutsche Staates ist, sondern die Verbindung beider und die Befruchtung der germanischen Natur durch die römische Bildung”. In: SYBEL, Heinrich von. *Entstehung des deutschen Königtums*. Literarische Anhalt, Rütten & Loening, 2 ed., Frankfurt am Main, 1881, p. 244.

<sup>296</sup> WAITZ, Georg. *Die Verfassung des deutschen Volks vor der Zeit der großen Wanderungen*. Kiel, v. 1, 1844.

Ciente da controvérsia nacional que suas conclusões podiam gerar, Sybel esclarecia aproximar-se dos elementos da cultura (*Kultur*) e faculdade formativa (*Bildungsfähigkeit*) nacionais, que não necessariamente se relacionariam com formações culturais de períodos anteriores. Essas abstrações herdadas da escola do direito permitiam que o historiador interpretasse na abertura da cultura alemã em relação a outros povos - como no exemplo da recepção do direito romano - um determinado nível cultural conciliador e unitarista.<sup>297</sup>

A historicidade e a fundação de uma concepção nacional baseada em preceitos organicistas revelam a forte influência da Escola Histórica do Direito na obra do historiador: “então a origem da nacionalidade alemã permanece ilesa, e sua completa justificação deve se pautar nas condições históricas sob as quais princípios naturais e necessários se desenvolveram”.<sup>298</sup>

A partir da ideia *Volksgeist*, a escola jurídica em sua faceta histórica e romântica tendia a observar elementos do direito, tradição e língua nacionais como historicamente invariáveis. Sybel, por sua vez, pensava em influências externas para a fundação do reino alemão. Em termos gerais, ele buscava conceituar os elementos racionais da nacionalidade - as relações de sangue, a comunidade linguística, o percurso histórico - como inconstantes e variáveis.

Outro exemplo prático foi buscado pelo autor em seus seminários sobre a Política Renana (1847/48), já pela Universidade de Marburg, onde analisando a transformação da solidariedade e jurisprudência germânicas, concluía que: "os fatores da nacionalidade (sangue, língua, história) são fluidos". E que "a nacionalidade é algo sólido, mas também é um desenvolvimento e uma faculdade formativa".<sup>299</sup>

As incursões românticas prévias àquela temática haviam estabelecido uma relação orgânica e interdependente entre nação e Estado, na qual a primeira possuiria papel proeminente e até independente do último. As influências hegelianas da geração à qual Sybel pertencia, em contraste, já haviam enaltecido o próprio valor do Estado como

<sup>297</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 105.

<sup>298</sup> “Dann besteht die Ursprünglichkeit der deutschen Nationalität ungeschädigt, und zu seiner vollen Rechtfertigung bedarf es nur noch des Nachweises historischer Bedingungen, unter denen eine Entwicklung jener Anfänge naturgemäss und notwendig erscheint”. In: SYBEL, 1844, p. 6.

<sup>299</sup> SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978, p. 106.



elemento central no desenvolvimento histórico. O *Königtum* de Sybel, portanto, já representaria um exemplo de uma concepção de *Nationalstaat* (Estado Nacional). O Estado enquanto única potência histórica seria o elemento formativo básico a qualquer tipo de vivência nacional.

A própria noção de nacionalidade (*Nationalität*) seria definida por Sybel em termos bastante racionais, como o produto dos mesmos três fatores: "sangue, língua e história", apresentando do mesmo modo aquela condição orgânica e constante de desenvolvimento, típica das formulações românticas. Ela seria, "a acumulação, a mistura e a faculdade inovadora", uma verdadeira "capacidade de absorver elementos externos".<sup>300</sup>

Para Folkert Hafenkorn, acima de tudo, os mais significativos fatores da nacionalidade, seriam para Sybel os "momentos históricos" (*die historischen Momente*), onde a inconstância do desenvolvimento nacional exibiria suas nuances. Desse modo, a ideia de "povos e nações" seria para Sybel, assim como para Ranke, não elemento da natureza, mas produto da própria história.<sup>301</sup>

Fato é que em *Königthums*, Sybel ainda demonstra grande proximidade de Ranke<sup>302</sup>, no que diz respeito àquela noção de História contemplativa da diversidade das nações em sua proposta divina de sentido à humanidade. Neste caso, a multiplicidade de Estados e espíritos nacionais possui um sentido positivo e complementar, de modo que as individualidades nacionais - e seus desígnios históricos - não se perdem em meio à constelação de Estados e nacionalidades historicamente existentes.

Mas se a nação em Sybel mantinha-se alinhada aos pressupostos rankeanos, sua visão política já possuía autonomia o suficiente para distingui-lo do mestre. Sobretudo, na edição do seu *Historisch-politische Zeitschrift* (1832-1836), Ranke buscara posicionar-se ao lado do poder reacionário, em crítica ao avanço das ideias e projetos políticos liberais. Sybel, por sua vez, repudiava quaisquer privilégios aristocráticos, defendendo a

---

<sup>300</sup> HAFERKORN, Folkert. *Soziale Vorstellungen Heinrich von Sybels*. Stuttgart: Klett, 1976, p 216.

<sup>301</sup> HAFERKORN, 1978, p. 216.

<sup>302</sup> O mesmo não pode ser dito em relação à concepção de progresso na história desenvolvida por Sybel, algo que o afastava em grande medida do pensamento rankeano. Cf. SOUTHARD, 1995, p. 99.

implementação gradual de reformas como caminho ao estabelecimento de um Estado alemão liberal.

A harmonia social, enfatizava o historiador, só poderia se realizar sob os auspícios da educação nacional, é nestes termos que a aplicação dos princípios ideais da *Bildung* fariam-se necessários. Esse elemento essencial de seu projeto nacional pré-1848 é exibido de forma integral em *Über das Verhältnis unserer Universitäten zum öffentlichen Leben* (*Sobre a relação de nossas universidades com a vida pública*), discurso proferido pela Universidade de Marburg em 1847, alinhando o intelectual ao que era pensado por boa parte do movimento liberal pré-revolucionário.

O papel político da educação em seu caráter formativo não pode ser subestimado no ideário do movimento oposicionista da primeira metade do século dezenove. A proposta de participação política, muitos liberais acreditavam, deveria se dar na difusão do liberalismo e na melhoria moral. Suas formas deveriam ser educacionais com a transmissão das opiniões iluministas a um público de homens independentes e racionais.<sup>303</sup>

Na mente de muitos liberais do *Vormärz*, a política estava intimamente associada com a *Bildung*, conceito que combinava o significado do termo educação, com noções de formação de caráter e cultivação moral. O objetivo da educação política era mais comumente visto como uma reconciliação do cidadão com o Estado, não a mobilização da opinião contra a ordem existente.<sup>304</sup>

Essa centralidade da ideia de formação na concepção nacional do autor se dá na relevância que as instituições de ensino superior possuem em seu projeto político: “pode-se dizer das universidades alemãs o mesmo que tem sido dito do Parlamento inglês: embora sua velha forma tenha se mantido inalterada, sempre se mostraram flexíveis o suficiente para acomodar os novos conteúdos de cada tempo”.<sup>305</sup>

---

<sup>303</sup> SHEEHAN, 1978, p. 14.

<sup>304</sup> LEVINGER, 2000, p. 28.

<sup>305</sup> “*Man kann von den deutschen Universitäten sagen, was oft von dem englischen Parlamente gesagt worden ist: es ist zwar ihre alte Form unverändert geblieben, aber hat sich stets elastisch genug gezeigt, den neuen Inhalt jeder Zeit in sich aufzunehmen*”. In: SYBEL, 1847, p. 3.

Segundo o intelectual, até o século quinze, o arcaísmo e a predominância do poder político católico impediam o desenvolvimento do Estado e da educação, algo que apenas pôde ser superado com o advento do pensamento humanista e sua concepção clássica do cientificismo: “inspirados no padrão da antiguidade clássica os estudos humanísticos emergiram no verdadeiro sentido de uma potência mundial. Filosofia, direito, história, filologia, uma após a outra, sofreram mudanças substanciais. A antiga ciência católica e escolástica seria pouco a pouco abatida de suas posses”.<sup>306</sup>

Assim como o movimento oposicionista de seu próprio tempo, Sybel acreditava que os humanistas haviam vencido as antigas forças institucionais a partir de uma luta por meios espirituais (*geistigen Mitteln*). Essa ênfase no espírito e no progresso do Estado e das “ciências profanas” (*profanen Wissenschaft*), também havia sido responsável no período posterior à reforma por “representar o espírito nacional interno e a força nacional externa, preparando inevitavelmente para a futura unificação da grande pátria.”<sup>307</sup>

Apesar do movimento iniciado por Lutero ter trazido a prevalência nos Estados alemães do particularismo e do absolutismo monárquico, esses eram custos no curto prazo que trariam benefícios no longo termo. Os problemas dessa divisão seriam necessários para a ciência entre os alemães do fato de que a única forma de escapar à miséria e ao declínio se daria com a total rejeição da velha e perdida unidade imperial com o temporário aumento do particularismo. Paralelamente o poder arbitrário dos príncipes esclareceria os remanescentes do privilégio feudal, abrindo o caminho para a subsequente liberdade.

Na Alemanha o poder central do Império logo se esvaiu pelos constantes ataques dos papas e dos príncipes alemães. O resultado foi uma fragmentação geral, toda a nação permaneceu isolada em unidades, em desunião e patriotismo local. As próprias áreas dos príncipes ameaçavam se esvaír, como

---

<sup>306</sup> “*Angelehnt and die Muster des classischen Alterthums erhoben sich die humanistischen Studien im eigentlichen Sinne zu einer Weltmacht. Philosophie, Jurisprudenz, Geschichte, Philologie, eine nach und mit der andern, erfuhren die gründliche Umarbeitung; die altkirchliche und scholastische Wissenschaft wurde Schritt für Schritt aus dem bisherigen Besitze herausschlagen*”. In: SYBEL, 1847, p. 4.

<sup>307</sup> “*den Nationalgeist nach Innen und die Nationalkraft nach Aussen würdig zu vertreten, und eine künftige neue Einheit des grossen Vaterlandes mit Nachdruck vorzubereiten*”. SYBEL, 1847, p. 7.

o Império há muito havia se dissolvido, a nação mais poderosa do mundo parecia desmoronar em milhares de propriedades e comunidades locais.<sup>308</sup>

Para Sybel é impossível dissociar desenvolvimento político e educação na história alemã: “também nesse fluxo da vida pública encontramos o impulso acadêmico. Mesmo na política, como as mudanças na Igreja no século dezesseis houve a participação das universidades alemãs”<sup>309</sup>. O papel da cultura no processo de emancipação nacional atingiria o seu máximo nas guerras de libertação contra Napoleão, quando a luta contra o invasor estrangeiro contribuía para o renascimento cultural e a união nacional germânica:

Em ambas as tarefas, desde então, a vida do nosso povo se moveu, e sob nós de frutífero e considerável floresceu a libertação do jugo francês, e o alvorecer da grande Prússia, o reviver dos Estados sulinos e o novo florescimento de nossa cultura científica, tudo ligado a esses dois momentos que cito novamente, a forte associação de todo o país e o despertar político do espírito nacional.<sup>310</sup>

Esse processo espiritual seria a base para quaisquer desenvolvimentos históricos e o pilar central da concepção de progresso em Sybel durante a primeira parte de sua carreira. A crítica que o historiador mais tarde faria à Revolução Francesa, por exemplo, estaria pautada na ausência de um preparo espiritual baseado na formação (*Bildung*) de cidadãos politicamente maduros<sup>311</sup>. Ao pensar a nacionalidade alemã, ainda na primeira metade do século Sybel seguia a mesma lógica: o desenvolvimento de uma consciência nacional apenas poderia se dar a partir da ênfase em uma formação educacional, de modo que não houvesse “diferença entre ciência e patriotismo reais”.<sup>312</sup>

<sup>308</sup> “*In Deutschland war die Zentralgewalt des Reiches, das Kaiserthum, längst in Ohnmacht versunken durch die Angriffe der römischen Päpste und der deutschen Fürsten. Die Folge war eine allgemeine Zersplitterung, durch die ganze Nation ging der Trieb auf Vereinzelung, Ungebundenheit, Localpatriotismus. Die Gebiete der Fürsten selbst drohten sich aufzulösen, wie sich das Reich längst aufgelöst hatte, die mächtigste Nation der Erde schien sich in tausend und aber tausend Gutsherrschaften und Gemeinden zu zerbröckeln*”. In: SYBEL, 1847, p. 6.

<sup>309</sup> “*Auch in dieser Strömung des öffentlichen Lebens empfinden wir academische Triebkraft. Auch an der politischen, wie an der kirchlichen Schöpfung des 16. Jahrhunderts betheiligen sich die deutschen Universitäten*”. In: SYBEL, 1847, p. 7.

<sup>310</sup> “*In diesen beiden Aufgaben hat sich seitdem das Leben unseres Volkes bewegt, und was unter uns Grosses und Fruchtragendes erschienen ist, die Befreiung vom französischen Joche und die frische Grösse Preussens, die neue Belebung der süddeutschen Staaten und die neue Blüthe unserer wissenschaftlichen Cultur, das alles geht unmittelbar auf jene beiden Momente zurück, ich nenne sie nochmals, auf die starke Vereinigung des Gesamtvaterlandes und die politische Erweckung des Volksgeistes*”. In: SYBEL, 1847, p. 10.

<sup>311</sup> KOHLEN, 2004, p. 239.

<sup>312</sup> “*dass kein Unterschied sei zwischen ächter Wissenschaft und ächtem Patriotismus*”. In: SYBEL, 1847, p. 11.

Sybel não estava só ao enaltecer aqueles elementos espirituais em sua relação com a reforma política, Gervinus, Droysen e Dahlmann, o fizeram de forma cada vez mais enfática a partir da década de 1840. Talvez por seu estilo cauteloso e por seu marcado empirismo, Sybel não tenha se arriscado a tecer prognósticos tão certos quanto seus colegas historiadores liberais<sup>313</sup>, mas é certo que sua visão nacional anterior a 1848 era provida por uma crença positiva na melhoria moral dos indivíduos a partir de um processo educacional formativo.

Uma análise dessas obras escritas nos anos imediatamente anteriores à Revolução de 1848 revela a confluência de uma visão política, de uma filosofia do progresso, e de um criticismo historiográfico a uma concepção nacional ideal e marcadamente otimista. Para Sybel, naquele momento, o grande objetivo da história parecia levar inevitavelmente à unidade nacional. Sua noção da abertura cultural das nações-Estado e, sobretudo, a ideia de *Bildung*, evidenciam a idealização da comunidade nacional sobre os pilares espirituais característicos do movimento liberal-nacionalista na primeira metade do século dezenove.

### **3.2. Mudanças na experiência e os novos rumos da nação: liberdade, revolução e borussianismo na *História da Revolução Francesa***

A Revolução de 1848 e suas consequências desfavoráveis à causa nacional serviriam para abalar as noções unitaristas do movimento liberal e suas expectativas quanto às possibilidades de ação prática. Já foi mencionado o impacto que a experiência revolucionária causara às concepções político-filosóficas de intelectuais e historiadores alemães na segunda metade do século dezenove. Para Heinrich von Sybel não seria diferente, e a radicalidade daqueles episódios levaria a uma série de transformações em seu ideário político e, sobretudo, em sua percepção dos fins nacionalistas a que estava vinculado.

De fato a preocupação do intelectual com mudanças e rupturas radicais se dera já nos primeiros anos da década de 1840, quando o historiador migrara da história medieval a estudos relacionados à época moderna com suas consequências históricas para o tempo presente. Desde a publicação de *Königthums*, Sybel estaria preocupado em produzir

---

<sup>313</sup> SOUTHARD, 1995, p. 106.

trabalhos designados a expor os prospectos da mudança e ensinar aos seus leitores como agir em uma sociedade politicamente alterada.

Os apelos aos escritos de Burke e o próprio envolvimento do historiador na vida política de seu Estado são reveladores nesse sentido. Mas o que mais chama a atenção quanto ao posicionamento de Sybel nos anos imediatamente posteriores a 1848 é a sua insistente ênfase em orientar as massas a partir do recurso ao passado, com uma redefinida inclinação nacional apontando para o futuro.

Pode-se dizer que a ponte entre o conceito nacional idealista pré-revolucionário e aquela posterior concepção nacional racionalista-pragmática em Sybel, se daria na primeira metade da década de 1850, em especial nos primeiros volumes de sua *História da Revolução Francesa*. Neste trabalho, o intelectual revela os contornos de um projeto político cada vez mais alinhado aos ditames da *Realpolitik* e da ideia nacionalista advinda da doutrina de Rochau.

A *História da Revolução Francesa* de Sybel aparecia como uma espécie de resposta científica da burguesia liberal-conservadora aos acontecimentos de 1848. Os distúrbios ocasionados pelas forças democráticas e revolucionárias dos movimentos radicais alemães encontravam diversos paralelos na imensa obra do historiador renano. Naqueles cinco volumes, Sybel buscava suprir uma demanda didática, de modo a esclarecer aos seus contemporâneos tanto os perigos do radicalismo quanto a inércia do Estado feudal.

Em termos gerais, os resultados de 1789, 1830 e 1848, levavam o historiador da Revolução Francesa a esclarecer que apenas a autoridade de um Estado forte, poderia sintonizar relações sociais e econômicas contra os perigos da democracia e do socialismo<sup>314</sup>. O progresso do caminhar revolucionário, em suas ligações com o terror e a anarquia, teriam tido em suas medidas contrárias à propriedade e à liberdade, consequências nefastas à economia geral e às finanças da França.<sup>315</sup>

Tais desenvolvimentos também teriam repercussão no domínio da política, e é nesse sentido que Sybel busca a todo momento relacionar economia e comércio pré-revolucionários, com a situação dos camponeses e cidadãos, no contexto social interno

---

<sup>314</sup> SOUTHARD, 1995, p. 208

<sup>315</sup> SOUTHARD, 1995, p. 108.

do país. O historiador possuía consciência do ineditismo de seu trabalho no que dizia respeito à questão social por ele abordada. Para Sybel a Revolução de 1789 não havia ocorrido apenas no âmbito da política, tendo se caracterizado também como uma revolução social.<sup>316</sup>

É justamente a percepção do caráter social desses acontecimentos setecentistas que revelam a profunda preocupação de Sybel com a realidade dos Estados alemães de seu próprio tempo. No seio dessa busca por respostas no passado europeu recente, o intelectual demonstra sua apreensão com as primeiras manifestações liberais em oposição à democracia e ao socialismo, bem como os sentimentos anti-austríacos e pró-prussianos, manifestos pela primeira vez em sua obra.<sup>317</sup>

Mas é, sobretudo, na percepção do papel coletivo das massas em oposição a elementos sociais arcaicos que reside a principal analogia com os Estados alemães de seu tempo. Para o historiador, a erupção dos distúrbios populares na França estava intimamente relacionada com a insatisfação das massas frente ao despotismo feudal e aristocrático dominantes naquela sociedade. Não coincidentemente o feudalismo e o conservadorismo estavam no cerne de sua crítica, representando em sua visão as principais causas de distúrbios e eventuais levantes revolucionários subversivos também na Alemanha.

Longe de uma mera busca por prestígio e influência de classe<sup>318</sup>, Sybel estava convicto do papel que aquele trabalho poderia representar no concernente às suas expectativas para o futuro nacional alemão:

Quando um autor faz o seu melhor, sem medos ou favorecimentos, para abrir as causas escondidas dessa dupla falha (da Revolução), ele poderá esperar que o povo francês veja seus esforços, não como um desprezo às glórias passadas, mas como um esforço sincero de auxiliá-lo em sua política futura?<sup>319</sup>

Mas o autor certamente não restringia esses objetivos à porção oeste do além-Reno, estando certo da possibilidade de orientação ao seu próprio povo em seu próprio tempo. Tanto que em sua crítica à *Declaração do direito dos homens e dos cidadãos* de 1789,

---

<sup>316</sup> SOUTHARD, 1995, p. 109.

<sup>317</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 199.

<sup>318</sup> Como quer Hans Schleier, ao afirmar que a obra de Sybel sobre a Revolução Francesa, com suas críticas anti-feudais e anti-radicais, representa a busca de prestígio e influencia da Grande Burguesia alemã que se restabelecia no contexto político pós-revolucionário.

<sup>319</sup> SYBEL, 1867, p. 16.

destacaria a ingenuidade dos políticos franceses em sua tentativa de exprimir com palavras as concepções de direito e liberdade. Legar a soberania a um povo que não se encontra preparado para tal, conduziria inevitavelmente à anarquia ou ao despotismo.<sup>320</sup>

Além disso, a constituinte realizada naquele primeiro ano revolucionário seria o primeiro passo ao posterior conflito das potências europeias, bem como seu direcionamento a um regime de terror. Nesta direção, Sybel interpretava nas concepções universalistas da *Declaração*, um ataque à inviolabilidade e liberdade das nações<sup>321</sup>. Para o historiador, enquanto representante da burguesia liberal-conservadora, apenas a educação (*Bildung*) e o aperfeiçoamento moral - e não declarações políticas abstratas - garantiriam a formação de cidadãos politicamente maduros.<sup>322</sup>

Análogo às suas críticas ao caráter abstrato daqueles ideais, Sybel também desconstruía os princípios centrais da Revolução, baseados na tríade *Liberté, Egalité e Fraternité*. Aquelas premissas ligadas à igualdade de todos perante a lei e a proteção dos cidadãos pelo Estado, se opunham em grande medida à sua própria visão do papel da instituição estatal e ao pertencimento dos indivíduos à mesma. O ponto central do pensamento de Sybel está em sua distinta interpretação da liberdade<sup>323</sup>. Como a maior parte dos pensadores alemães moderados de seu tempo, lhe parecia claro que o progresso individual estaria intimamente ligado a gradativas reformas estruturais, diretamente condicionadas pelo jugo do Estado.<sup>324</sup>

Em conformidade com a concepção de uma continuidade no progresso como princípio da História e da política, Sybel costumava opor as ideias de estagnação e revolução. Além disso, enxergava as ações revolucionárias como uma perturbação da ordem estabelecida, pois a instabilidade do controle popular tenderia à anarquia. O povo, na condição de auto-proclamador de sua liberdade, construiria cegas amarras ao seu caminhar. Nesse sentido, ao considerar o conceito de igualdade da Revolução Francesa,

---

<sup>320</sup> “Solch ein Volk zur sofortigen und umfassenden Souveränität berufen, hiess es durch abhertzende Anarchie zu errettendem Despotismus führen”. In: SYBEL, Heinrich von. *Geschichte der Revolutionszeit von 1789 bis 1795*. Vol. 1, Julius Buddeus, Düsseldorf, 1859, p. 77.

<sup>321</sup> “Als Angriff auf die Unverletzlichkeit und Freiheit der Völker”. SYBEL, 1859 p. 75.

<sup>322</sup> KOHLEN, 2004, p. 239.

<sup>323</sup> IGGERS, 1983, p. 117.

<sup>324</sup> Quanto a essa noção de liberdade, Sybel a definiria nos mesmos termos alguns anos mais tarde: “Minha liberdade é o fortalecimento da força do Estado através de uma cooperação patriótica dos cidadãos em todos os deveres da Nação”. In: SYBEL, Heinrich von. *Die Begründung des Deutschen Reiches durch Wilhelm I. R. Oldenbourg*, Leipzig, 1889, p. 32.



Sybel tentava esclarecer que *Liberté* e *Egalité* não podem se relacionar. A *Fraternité* era reduzida pelo autor à necessária pré-realização do primeiro princípio: a *Liberté*.<sup>325</sup>

De fato, sua noção de liberdade estava condicionada ao jugo do Estado e a uma espécie de cooperação coletiva entre os indivíduos e o poder central: “não desejo a liberdade no sentido ordinário da palavra (...) minha liberdade é o fortalecimento da força do Estado através de uma cooperação patriótica dos cidadãos em todos os deveres da nação”.<sup>326</sup>

E é justamente com tal objetivo que o historiador analisa a Revolução Francesa, para demonstrar como a má aplicação do princípio de liberdade pode transmutá-la ao seu extremo oposto: “a moderna ideia de liberdade em seu curso benéfico pôde servir as paixões dos indivíduos, mas como seu valor intrínseco, jamais pode se abster dos abusos que foram realizados em seu nome”<sup>327</sup>. Como exemplo inicial, ainda no primeiro volume de sua obra, Sybel aponta como a Guarda Nacional sob o comando de Lafayette, por sua abertura ao pensamento democrático praticamente levou a uma catástrofe no decurso de 1793.<sup>328</sup>

As bases concretas dessa mudança na experiência vivida aparecem no que Sybel denomina como duas fases históricas do processo revolucionário. Na primeira delas, segundo uma carta escrita para Droysen em 1853, vemos o advento da moderna noção de liberdade, que resulta da destruição dos últimos vestígios do Estado feudal, ao passo que a segunda, consiste na aceleração e envenenamento da corrente de liberdade “com a explosão da desmoralização francesa”.<sup>329</sup>

Dentro de sua lógica quanto à continuidade do percurso histórico em uma perspectiva universal, o fenômeno da revolução<sup>330</sup> apareceria como um momento de aceleração (*Beschleunigung*) na realização de histórias nacionais<sup>331</sup>. Em outras palavras, seria uma intervenção abrupta no contínuo desenvolvimento de uma nação, mas não em

---

<sup>325</sup> KOHLEN, 2004, p. 241.

<sup>326</sup> SYBEL *apud* GUILLAND, 1915, p. 183.

<sup>327</sup> SYBEL, 1867, p. 197.

<sup>328</sup> SYBEL, 1867, p. 379.

<sup>329</sup> SYBEL *apud* DOTTERWEICH, 1978, p. 200.

<sup>330</sup> Koselleck apresenta a maleabilidade do conceito de Revolução pela amplitude de seu campo semântico na modernidade. Cf: KOSELLECK, 2006, p. 61.

<sup>331</sup> Como exemplo da ocorrência de tal processo Sybel citava os casos da Alemanha em sua luta contra a influência de Roma, a Holanda que lutara contra a Espanha, a Inglaterra em sua batalha contra os Stuarts e os Estados Unidos em sua vitória contra os ingleses. In: SYBEL, 1867, p. 197.

contradição com ela, em uma espécie de queda repentina de tradicionais relações sociais ou de autoridades políticas anacrônicas.<sup>332</sup>

Parece óbvio que o político moderado não via com bons olhos a ideia de revolução, é nesse sentido que optara por adequar o conceito àquelas percepções de uma classe média liberal ilustrada. Os fins positivos da revolução se dariam apenas com o controle e reorganização do poder do Estado (*Staatsmacht*), impondo limites à ação das massas revolucionárias<sup>333</sup>. Para Sybel os câmbios no Estado e na sociedade ocorridos em um período de insubordinação, só seriam aceitáveis quando em conformidade com a direção geral do desenvolvimento cultural de um povo, pela história moderna, em conformidade com o que considerava o processo de emancipação econômica, social e política da classe média iniciada desde o fim do medievo:<sup>334</sup>

Na Idade Média todo o progresso estava excluído do mundo, em todos os lugares a forma prevalecia sobre a substância, e todas as formas se caracterizavam pelo mesmo padrão geral (...) Quando Colombo mudou a ideia do homem sobre a superfície da terra, Copérnico as do universo e após Lutero reformar a Igreja - o espírito da crítica se expandiu para o exame de todos os departamentos da vida. A Humanidade adquiriu o poder da rejeição, e passou encontrar prazer na inquietude, e um crescente desejo pelo progresso.<sup>335</sup>

Visto como inevitável o progresso se alinhava ao esclarecimento e organização das comunidades humanas: “O desenvolvimento completo do homem, sem os impedimentos de fronteiras arbitrárias, apoiado pelas leis de sua própria natureza moral - passavam a ser o grande objetivo que animava de forma irresistível as nações”.<sup>336</sup>

Esses ideais parecem óbvios quando relacionados à concepção nacional que o historiador tencionara formular nos anos pós 1848. O Estado forte se traduzia em sua visão da Prússia e suas ideias de liberdade e revolução diziam respeito às cautelosas expectativas por unidade a serem empreendidas sob a égide dos Hohenzollern.

Ao analisar a Revolução Francesa, Sybel trabalhava com uma espécie de contra-modelo daquilo que enxergava como a inevitável ascensão da causa nacional. Naquele momento, tudo que parecesse estranho ao progresso, estaria suscetível à crítica e ao rechaço em sua análise histórico-científica. Os episódios de 1848 haviam deixado clara

---

<sup>332</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 201.

<sup>333</sup> DOTTERWEICH, 1978, p. 201.

<sup>334</sup> MALETTKE, 1989, p. 113.

<sup>335</sup> SYBEL, 1867, p. 195.

<sup>336</sup> SYBEL, 1867, p. 195.

a impossibilidade de inclusão da dinastia austríaca Habsburgo aos domínios da nação alemã. Além disso, a situação austríaca e sua aberta posição anti-nacionalista deixara nítido para a maior parte dos liberais a incompatibilidade do império multi-étnico Habsburgo com a causa unitarista que defendiam.

Desse modo, a imagem que o autor associa à Áustria em seu livro é caracterizada por fortes sentimentos anti-católicos e pela dura crítica de um historiador protestante submerso nos debates liberais pró-prussianos da Confederação Alemã dos anos 1850 e 1860. Contra o poderio dos Habsburgo e o que considerava os bastiões do poder reacionário, Sybel não pouparia adjetivos pejorativos ao tratar do papel austríaco durante o período revolucionário.

A seu ver, o ministro das relações exteriores austríaco Johann Thugut, por exemplo, com sua indiferença e desgosto pelas questões humanas, seria responsável pelas falhas da Guerra da Coalizão<sup>337</sup>. Já em relação à Prússia, Sybel identificava as marcas de um Estado alemão que no século XVIII defendia com consciência e dedicação os verdadeiros interesses do Império, em contraste com a Áustria, que já naquela época demonstrava descaso pela constituição em razão da submissão das leis do Império à sua dinastia dominante.<sup>338</sup>

Isso também valeria para o período imediatamente posterior, quando com a chamada Paz de Campo Formio<sup>339</sup> de 1797, para o historiador, a Áustria teria traído os interesses da Alemanha. Em razão dessa traição, o Império teria enfraquecido e se dividido às custas de amplos ganhos territoriais austríacos.

As associações com o passado recente da realidade germânica ficam ainda mais claras, em sua abordagem das ementas à constituição propostas por Luis XVI, ao criticar a posição austríaca, comparando-a ao ultraconservadorismo das elites aristocratas francesas:

Em outra perspectiva, a Direita assumiu a mesma atitude que os austríacos na Igreja de São Paulo na Frankfurt de 1848; eles negaram cooperar em qualquer

---

<sup>337</sup> SYBEL, 1867, p. 146.

<sup>338</sup> SYBEL *apud* GUILLAND, 1915, p. 185.

<sup>339</sup> O tratado de Campo Formio de outubro de 1897, assinado por Napoleão Bonaparte e o Conde Luwig von Cobenzl, como representantes de França e Áustria respectivamente, marcou o fim da Primeira Coalizão, da vitoriosa conclusão das campanhas de Napoleão na Itália e o final da primeira fase das guerras napoleônicas.

tipo de reforma, de modo que a constituição que odiavam pudesse perecer o mais breve possível.<sup>340</sup>

Sybel parecia a todo tempo relacionar o poder austríaco ao arcaísmo político da estrutura feudal-aristocrática europeia. No desenvolvimento de seu processo histórico liberal, a "visão de mundo de um materialismo deturpado" (*Weltanschauung eines rohen Materialismus*) do feudalismo francês, havia sido responsável pelo caráter destrutivo da revolução de 1789<sup>341</sup>. Essa ruptura, ou contradição, com aquele fluxo de liberdade que havia emergido desde a Reforma Protestante na Europa, certamente não poderia continuar a ocorrer no presente político alemão.

Nestes termos, a *História da Revolução Francesa* de Sybel revela a partir de suas concepções de liberdade e revolução, além das ideias pró-borussianistas e anti-austríacas, uma gama de novos valores associados à sua visão nacional. Aquela concepção de liberdade apontava para a inevitável tutela e a centralidade que o Estado passava a deter em seus ditames políticos, ao passo que a revolução se alinhara a um tipo de mudança em conformidade com desenvolvimentos e leis históricas em sintonia com sua visão de progresso. Do mesmo modo, seu ideário nacional era complementado pelo alinhamento à dinastia prussiana e a crítica veemente ao arcaísmo político Habsburgo.

Em suma, o historiador faria uso do exemplo histórico francês, com fins de apontar aos seus contemporâneos os equívocos e descaminhos que a revolução levava àquela nação no século dezoito. A partir de então, o projeto político do jovem historiador adquiriria um lastro marcadamente nacionalista, e sua ênfase no papel do Estado e na inevitabilidade de um percurso nacional historicamente determinado seriam reveladores nesse sentido.

### **3.3. Os fins pragmáticos da nação: a *Historische Zeitschrift* e a *Situação da nova historiografia alemã***

A publicação da *História da Revolução Francesa* conferiu a Sybel bastante sucesso na academia alemã e internacional, lhe sendo conferida posteriormente, já em 1856, a prestigiosa posição de docente pela Universidade de Munique. A partir de então, o intelectual iniciaria uma nova fase de sua carreira, na qual o objetivo de organização e

---

<sup>340</sup> SYBEL, 1867, p. 317.

<sup>341</sup> Nessa passagem Sybel toma de empréstimo as ideias de Edmund Burke em sua "*Reflexões sobre a revolução na França*" (1790), citadas pelo autor em vários momentos do texto.

promoção da ciência histórica alinhar-se-ia à causa política nacionalista por ele ambicionada.

Naquele momento a nacionalidade passava a habitar não apenas o debate político, mas também o centro das mais distintas discussões acadêmicas e científicas nos mais variados círculos universitários alemães. Em Munique Sybel fundara a *Historische Zeitschrift*, e em seu programa, o estabelecimento de um método histórico científico e sua vinculação à causa nacional, marcavam o tom daquele projeto:

Nossa ciência adquiriu no presente uma posição, na qual seu conteúdo e seu progresso se tornaram parte de nossa vida nacional. Colocam-se deste modo as seguintes regras gerais à redação: deve ser dado em geral mais espaço à história moderna do que aos períodos antigos, e à Alemanha mais do que aos estrangeiros.<sup>342</sup>

Esse caráter nacional da ciência histórica defendida pelo intelectual também estaria pautado na relação entre passado e presente, pois “aquilo que é passado ainda é presente e continuando a agir de forma distinta sobre nós”<sup>343</sup>. Essa mudança de perspectiva se associava ao distanciamento daquilo que Droysen denominava “a objetividade eunuca”<sup>344</sup> dos estudos históricos que se anulavam ante as problemáticas e lutas políticas do presente.

Sintomático dessa posição era a caracterização do periódico prioritariamente como “histórico”, não como “um antiquário ou um político” (*nicht eine antiquarische und nicht eine politische*), em uma provável referência crítica ao *Historisch-politische Zeitschrift* de Ranke. O presente emergia como ponto de partida principal à busca pela objetividade histórica, e apenas a perspectiva das lutas políticas contemporâneas poderia fazer emergir a verdade de tempos passados: “desejamos preferencialmente, deste

---

<sup>342</sup> “Unsere wissenschaft hat der Gegenwart eine solche Stellung gewonnen, dass ihr Bestand und ihr Fortschritt ein Stück unseres Nationallebens geworden ist. Es ergeben sich sodann folgende allgemeine Regeln für die Redaktion: Sie muss im Allgemeinen den Stoffen der modernen Geschichte einen grösseren Raum als jener der älteren, und der deutschen einen grösseren Raum als jener der älteren, und der deutschen einen grösseren als der ausländischen vorbehalten”. In: SYBEL, 1859, p. 4.

<sup>343</sup> “dass das Vergangene noch gegenwärtige ist und in uns selbst bestimmend fortwirkt”. In: SYBEL, 1859, p. 4.

<sup>344</sup> RÜSEN, Jörn. *History: narration, interpretation, orientation. Making sense of history*, v. 2, Berghahn Books, Canada, 2005, p. 64.

modo, aquelas substâncias, ou lidar com aquelas relações substanciais, que ainda possuem uma conexão vívida com a vida contemporânea”.<sup>345</sup>

Essa ênfase referencial em sua sistematização científica é reveladora do caráter cada vez mais abertamente político do grupo de intelectuais em torno de Sybel e de sua revista histórica. Longe de representar um simples editorial histórico-científico o primeiro número da *Historische Zeitschrift* se caracterizava como o manifesto político daquele grupo de intelectuais defensores de um tipo de liberalismo moderado e marcadamente nacionalista.<sup>346</sup>



Figura 7 - Primeiro volume da *Historische Zeitschrift* publicado em 1859.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/de/Historische\\_Zeitschrift\\_Bd\\_001\\_%281859%29\\_%2101.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/de/Historische_Zeitschrift_Bd_001_%281859%29_%2101.jpg)

As intenções políticas daquela publicação eram evidenciadas pela proposta de alcance do grande público, não limitando o periódico aos círculos acadêmicos, o tornando uma espécie de guia político aos seus contemporâneos. Nas palavras de Sybel aquele órgão deveria ser uma "representação forte de um método e direção científica específica", de

<sup>345</sup> “Wir wünschen also vorzugsweise solche Stoffe, oder solche Beziehungen in den Stoffen zu behandeln, welche mit dem Leben der Gegenwart einen noch lebendigen Zusammenhang haben”. In: SYBEL, 1859, p. 4.

<sup>346</sup> RICKLINGER, 1936, p. 48.

modo que "pudesse ser lido nos grandes círculos e não apenas por nossos pares acadêmicos".<sup>347</sup>

Seu programa se baseava em um afastamento das ideias radicais, bem como de elementos associados ao poder reacionário. No centro do espectro político, os historiadores pró-prussianos execravam o radicalismo socialista, abominando do mesmo modo o ultramontanismo católico e a reação feudal-aristocrática:

Essa abordagem exclui o feudalismo, cujos elementos mortos não fazem parte da vida progressiva; o radicalismo, cuja arbitrariedade subjetiva interfere no curso orgânico das coisas; o ultramontanismo, que interfere no desenvolvimento nacional e espiritual como uma igreja externa.<sup>348</sup>

A cientifização desse tipo de visão política era dada a partir de uma concepção de *História progressiva*, onde desenvolvimentos naturais lograriam a emergência da forma de vida nacional e individual dos povos, sem a interferência de mudanças abruptas ou influências externas à vida cultural do Estado:

A abordagem histórica aparece na vida de cada nação sob o conjunto de regras morais como um desenvolvimento natural e individual, que produz a necessidade interna das formas do Estado e da cultura que não podem ser inibidos ou arbitrariamente aceleradas por forças ou controles externos.<sup>349</sup>

O devir histórico e as suas leis orgânicas de desenvolvimento cerceavam o inexorável porvir político nacional. Aos poucos a perspectiva da nação e de suas demandas organizativas adentravam o imaginário político dos historiadores e a nacionalidade tornava-se fator central de intermédio daquelas relações com o passado. Esse discurso pragmático com um projeto político cientificamente embasado possuía seu insumo nas páginas da *Historische Zeitschrift*, periódico que serviria como ferramenta ideológica nacionalista àquele grupo de intelectuais politicamente engajados.

---

<sup>347</sup> "kräftigen Vertretung einer bestimmten wissenschaftlichen Richtung und Methode dienen dass es auch in weiteren Kreisen und nicht bloss von unseren Fachgenossen gelesen werden könnte". In: VARRENTRAPP, 1987, p. 84.

<sup>348</sup> "Diese Auffassung schliesst den Feudalismus aus, welcher dem fortschreitenden Leben abgestorbene Elemente aufnötigt, den Radikalismus, welcher die subjektive Willkür an die Stelle des Organischen Verlaufes setzt, den Ultramontanismus, welcher die nationale und geistige Entwicklung einer äusseren Kirche unterwirft". SYBEL, 1859, p. 3.

<sup>349</sup> "Der geschichtlichen Betrachtung erscheint das Leben jedes Volkes, unter der Herrschaft der sittlichen Gesetztem als natürliche und individuelle Entwicklung, welche mit innerer Notwendigkeit der Formen des Staates und der Kultur erzeugt, welche nicht willkürlich gehemmt und beschleunigt und nicht unter fremde Regel gezwungen werden darf". SYBEL, 1859, p. 3.

A experiência radical de 1848 havia movido as expectativas dos homens de letras alemães ao campo da cautela e parcimônia políticas. Isso afetara diretamente sua apreciação do tempo e das relações entre passado, presente e futuro de modo que a história incorporara o sentido da liberdade burguesa sob a égide do moderno Estado-nacional<sup>350</sup>. Consciente da radicalidade daqueles episódios, Sybel buscara mensurar os impactos das revoluções do meio-século: “os eventos de 1848 fizeram com que o medo da anarquia renovada, o temor do despotismo sem limites, e um estado de desafeto no corpo nacional, se espalhassem de uma forma sem precedentes”.<sup>351</sup>

Meses antes de sua ida a Munique, o historiador proferira um discurso no qual exprimia de forma bastante clara os objetivos políticos pós-revolucionários, bem como a ênfase nacional que sua concepção de História adquiriria na segunda metade daquele século. Em *Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung (Sobre a situação da nova historiografia alemã)* de 1856, Sybel deixava em evidência a fuga do idealismo e as marcas pragmáticas que sua visão nacional-histórica possuiria a partir de então:

De todo modo, é inconfundível o progresso que o abalo do tempo produziu pelo menos em suas mentes. Em toda parte os pontos de vista se purificaram, julgamentos foram revistos, os partidos se transformaram, o cego entusiasmo pela teoria política e as questões constitucionais formais diminuíram, e as pessoas passaram a olhar principalmente para as forças reais, os fundamentos morais e materiais da vida, aprendendo que a política é feita menos pela perseguição de ideais do que pela escolha de objetivos atingíveis.<sup>352</sup>

As divagações teóricas do *Vormärz* dariam lugar à ênfase prática do período subsequente, quando apenas as forças reais (*die realen Kräfte*) poderiam suprir a visão de mundo da intelectualidade germânica. Naquele contexto, a ciência histórica possuía extrema relevância, no sentido de prover aos cidadãos a ideia de nacionalidade e a consciência de pertencimento coletivo dos indivíduos a um único Estado-nacional alemão:

---

<sup>350</sup> RÜSEN, 1992, p. 87.

<sup>351</sup> “Die Ereignisse von 1848 haben hier die Furcht vor immer erneueter Anarchie, dort die Sorge vor grenzenloser Willkürherrschaft erregt, und einen Zustand verbreiteten Missbehagens und dem Körper der Nation zurückgelassen”. In: SYBEL, 1956, p.11.

<sup>352</sup> “Dennoch aber ist der Fortschritt unverkennbar, welchen die Erschütterung jener Zeit wenigstens in den Gemüthern hervorgebracht hat. Ueberall sind die Ansichten gereinigt, die Urtheile gesichtet, die Parteien umgebildet, die blinde Schwärmerei für die politische Theorie und die formellen Verfassungsfragen hat nachgelassen, man hat begonnen, in erster Linie auf die realen Kräfte, auf die sittlichen und materiellen Grundlagen des Lebens zu blicken; man hat gelernt, dass es in der Politik weniger auf das Haschen nach Idealen, als auf die Auswahl erreichbarer Zwecke ankommt”. In: SYBEL, 1956, p. 11.



Ao se unir passado e presente, erigiu-se a ideia de nacionalidade, como uma grande personalidade que abrangia o indivíduo de forma crescente ao longo do tempo. Aprendeu-se que as anteriormente separadas áreas do direito e da língua, da religião e dos costumes, do Estado e da igreja, seriam expressões coerentes de uma ampla vida nacional.<sup>353</sup>

Esse sentido de comunhão propiciado pela História possuía por si só uma história particular, que culminara na formação de uma distinta ciência do espírito - emancipada da filologia e da jurisprudência – alinhada ao processo de formação de uma consciência histórica nacional: “quando a personalidade do próprio povo passou a ser sentida, as peculiaridades dos outros também foram notadas, destacando-se a História Nacional sobre o curso progressivo da vida humana”.<sup>354</sup>

A cientificação e o desenvolvimento de um método próprio de crítica documental, servira ao novo propósito de uma disciplina tipicamente nacional, afastada do diletantismo (*weiter von dem Dilettanten*) e associada à empiria e ao rigor profissionais. Um importante passo nesse sentido havia sido dado pela chamada História Cultural (*Kulturgeschichte*)<sup>355</sup>, que em oposição a um tipo de História política, praticada anteriormente nas cortes e círculos oficiais, prezava pela compreensão da multifacetada vida nacional:

Um segundo elemento foi a mudança de abordagem da história cultural. Antes os conteúdos das obras históricas se limitavam às ações de guerra estatais e de corte, onde acima de tudo algumas personalidades dominavam o plano de vista. Além disso, a jurisprudência e a história eclesiástica não eram utilizadas para a formação nacional, mas por especialistas e suas finalidades práticas.<sup>356</sup>

<sup>353</sup> “*Vergangenheit und Gegenwart verbindend, erhob sich die Vorstellung der Nationalität, als einer grossen, die einzelnen Menschen umfassenden, durch die Zeitalter hindurch wachsenden Persönlichkeit. Man lernte, die sonst getrennten Gebiete des Rechtes und der Sprache, der Religion und der Sitte, des Staates und der Kirche, als zusammengehörige Auesserungen dieses einen grossen Volkslebens begreifen*”. In: SYBEL, 1956, p. 4.

<sup>354</sup> “*Als man die Persönlichkeit des eignen Volkes erkannt hatte, verstand man die Eigenthümlichkeit auch der andern zu begreifen, und von der Geschichte der Nation zu dem Lebenslaufe der Menschheit erkannt fortzuschreiten*”. In: SYBEL, 1956, p. 5.

<sup>355</sup> A esse respeito Norbert Elias destaca que foi decisivo para a posição e auto-imagem das elites da classe média alemã que a tradição da história escrita mais claramente oposta à "história política" ficasse conhecida como "história cultural" (*Kulturgeschichte*). Focalizou aquelas áreas da vida social dos seres humanos que dotaram as classes médias alemãs politicamente excluídas com a principal base para a sua autolegitimação e para a justificação de seus orgulhos. In: ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997, p.122.

<sup>356</sup> “*Ein zweites war die veränderte Behandlung der Kulturgeschichte. Sonst beschränkte sich der Inhalt der historischen Werke auf die grossen Hof - und Staats - und Kriegsaktionen, wobei überall die herrschenden Persönlichkeiten im Vorgrunde der Auffassung standen. Daneben hatte man Rechtsalterthümer und Kirchengeschichte nicht zum Gebrauche der Nation für deren*

As antigas finalidades práticas da História se convertiam doravante no fim específico da formação (*Bildung*) do caráter nacional. As contribuições de Eichhorn e Savigny, pela escola histórica do direito, dos irmãos Grimm com a ciência linguística e de Ranke enquanto historiador da religião, teriam como resultado a formação de uma ciência preocupada com os distintos elementos constituintes da vida nacional:

Agora a natureza de todo o nível cultural dos povos era abordada como ponto de partida – um fim objetivo. A história das relações econômicas tornara-se tão importante quanto a das negociações diplomáticas e o desenvolvimento da linguagem e da literatura receberam o mesmo interesse que os acontecimentos das cortes e dos soberanos; a igreja e a história jurídica eram igualmente concebidas como emanações de uma mesma vida nacional.<sup>357</sup>

A partir de então não seria mais possível que a História política por si só desse conta da complexidade do processo formativo nacional: “percebeu-se de forma cada vez mais constante, que o Estado em sua ligação com o conjunto geral da nação, seria compreendido como a maior das criações”<sup>358</sup>. O Estado em sua relação com o caráter nacional figuravam no cerne da compreensão histórica defendida pelo historiador.

Um terceiro e último elemento constituinte do desenvolvimento da História científica na Alemanha segundo Sybel, dizia respeito àquilo que posteriormente constaria no programa político e pressupostos teórico-metodológicos da *Historische Zeitschrift*: a perspectiva presentista e o envolvimento do historiador ao longo do processo de pesquisa e escrita históricas:

A História aproximou as linhagens existentes, abriu o sentido contextual dos tempos, atando uma linha de relacionamento pessoal e de sentimento humano entre o presente e o passado (...) Todos os historiadores que tiveram algum significado em nossa literatura, possuíam a partir de então a sua cor, houve religiosos e ateus, protestantes e católicos, liberais e conservadores, houve historiadores de todos os partidos, mas não houve mais qualquer historiador apatidário, objetivo, sem nervos ou sem sangue.<sup>359</sup>

---

*Bildung, sonder zum Dienste der Fachgelehrten zu praktischen Zwecken*”. In: SYBEL, 1956, p. 6.

<sup>357</sup> “Jetzt ging man an, die Beschaffenheit des gesammten Kulturstandes eines Volkes zum Ausgangs - und Zielpunkt der Betrachtung zu nehmen; die Geschichte der ökonomischen Verhältnisse wurde ebenso wichtig wie jene der diplomatischen Verhandlungen; die Entwicklung der Sprache und der Literatur erhielt gleiches Interesse mit den Bewegungen der höfe und der Heere; Kirchen und Rechtsgeschichte wurden als Ausflüsse desselben nationalen Lebens in den grossen Rahmen mit hineingezogen”. In: SYBEL, 1956, p. 6.

<sup>358</sup> “es zeigte sich die bleibende Aufgabe, den Staat in stetem Zusammenhange mit dem Gesamtleben der Nation, als dessen höchste irdische Blüthe, zu begreifen”. In: SYBEL, 1956, p. 6.

<sup>359</sup> “Die Geschichte war dem lebenden Geschlechte näher gerückt, der Sinn für den Zusammenhang der Zeiten geöffnet, ein Band persönlicher Beziehung und menschlichen

Sybel concebia essa mudança de posicionamento dos historiadores como um elevado progresso moral da disciplina, quando os intelectuais perceberam que a busca de sentido na História mostrava-se em vão caso não relacionada “às grandes questões da religião, da política e da nacionalidade”. O historiador que buscasse a neutralidade, tornar-se-ia sem alma ou afetado (*seenloss oder affektiert*), longe dos princípios objetivos, jamais atingindo a plenitude e o calor libertário da verdadeira natureza (*der Wärme und der Freiheit der wahren Natur*):

Ele não será moralmente inspirado, e irá procurar em vão por estilo e beleza. Se nossa historiografia é conhecida pelo patriotismo e persuasão políticas, é pelo fato de ter tido a possibilidade de cultivar força e formas artísticas sólidas.<sup>360</sup>

Além disso, Sybel concebe que a escrita da História deveria pautar-se tanto no serviço quanto na orientação dos cidadãos a respeito das origens e funcionamento do Estado. Se em períodos anteriores a História realizara essa tarefa, servindo, contudo, exclusivamente a um grupo de homens no poder, a modernidade havia trazido a possibilidade de expansão desse tipo de prática, e a História serviria ao amplo esclarecimento do sentido estatal ao conjunto da nação:

Perguntemos agora quais aspectos positivos diferenciam desde 1848 a escrita histórica alemã de seus antigos representantes, então será percebido, que as marcas específicas não se encontram em termos do aparato de ensino ou científico. O método crítico ainda é o mesmo, como ensinado por Ranke e Niebuhr, os conceitos chave da história cultural continuam sendo usados no mesmo sentido, como Savigny e Eichhorn enfatizaram há quarenta anos. O novo está na distinta relação dos autores com o Estado.<sup>361</sup>

---

*Gefühles zwischen Gegenwart und Vergangenheit geknüpft. Jeder historiker, der in unserer Literatur etwas bedeutete, hatte seitdem seine Farbe, es gab religiöse und atheistische, protestantische und katholische, liberale und conservative, es gab Geschichtsschreiber von allen Parteien, aber es gab keine objektiven, unparteilichen, blut und nervenlosse historiker mehr*. In: SYBEL, 1956, p. 7.

<sup>360</sup> “*Er wird nicht sittlich begeistern, er wird vergebens nach Styl und Schönheit trachten. Dass unsere Geschichtsschreibung sich zu Vaterlandsliebe und politischer Überzeugung bekannt, hat ihr erst die Möglichkeit zu erziehender Kraft und zu fester Kunstform gegeben*”. In: SYBEL, 1956, p. 7.

<sup>361</sup> “*Fragt man nun, was die erfreundlichen Erscheinungen der deutschen Geschichtsschreibung seit 1848 von ihren Vorgängern unterscheidet, so wird man bald inne, dass die charakteristischen Merkmale nicht in dem Kreise des wissenschaftlichen und gelehrten Apparates liegen. Die kritische Methode ist noch dieselbe, wie sie von Niebuhr und Ranke gelehrt worden, die Grundbegriffe der Kulturgeschichte werden noch in gleichem Sinne gehandhabt, wie sie Eichhorn und Savigny vor 40 Jahren feststellten. Nas neue liegt durchaus in der veränderten Stellung des Autors zum Staate*”. In: SYBEL, 1956, p. 14.

Essa nova relação dos historiadores com o Estado residiria no papel subsidiário dos intelectuais para com o esclarecimento dos fundamentos e da relevância da instituição estatal à vida nacional. Sybel sustentava que as contradições inerentes a todas as formas de Estado - fosse ele uma monarquia, uma república, um governo aristocrático ou uma democracia - residiriam nos irreconciliáveis ideais de governantes e governados. Os governados prezariam por suas conveniências, os governantes por metas concretas, estes por leis específicas, os outros por determinados valores morais:

É sempre importante, talvez o mais importante sinal de maturidade e saúde política quando os dois pontos de vista se aproximam: quando o governo opta por adequar seus objetivos em conformidade com os ditames nacionais, e o povo situa seus julgamentos sobre os preceitos exequíveis da paz e da cautela.<sup>362</sup>

Sybel esclarecia que o centro de seu projeto político estaria baseado na tentativa de harmonizar essas relações contraditórias no Estado, de modo a conscientizar seus contemporâneos quanto à importância e a fundamentação histórica da instituição estatal. Nesse sentido, a visão nacional do autor estaria associada àquele antigo pressuposto kantiano de equilíbrio social, onde a manutenção do poder central e a iluminação moral dos indivíduos levaria à perpetuação de uma ordem política harmônica e ideal.

Nestes termos, a visão política e o papel que atribuía ao historiador se alinhavam ao tipo de comunidade nacional idealizada pelo intelectual: “sempre haverá prosperidade onde essa relação existir entre os estratos, onde entre o governo e o povo houver uma expectativa mútua e legítima, onde se vive no fluxo da vida pública, com a livre compreensão do Estado e seus vínculos”.<sup>363</sup>

Nos anos pré-revolucionários a esquerda radical e os conservadores quando em apelo às questões políticas da ordem do dia, haviam feito uso da filosofia e da teologia respectivamente, sem atentar às origens particulares, à própria história e à individualidade da nação. Recentemente, entretanto, Sybel ressaltava que o passado

---

<sup>362</sup> *“Es ist immer ein wichtiges, vielleicht das wichtigste Zeichen politischer Gesundheit und Reife, wenn beide Standpunkte sich anähern: wenn die Regierung die Auswahl ihrer Zwecke im Sinne der grossen nationalen Forderungen trifft, und die Bevölkerung ihr Urtheil über die Ausführung mit sachverständiger Ruhe und Vorsicht bildet”*. In: SYBEL, 1956, p. 9.

<sup>363</sup> *“Sie wird immer an Besten gedeihn, wo dieses Verhältniss schon in den Zuständen gegeben ist, wo zwischen Regierung und Bevölkerung ein gegenseitiges würdiges Vertrauen herrscht, wo jene sich gerne der Strömung des öffentlichen Lebens überlässt, diese mit freier Anerkennung des Staates und seiner Lenker erfüllt ist”*. In: SYBEL, 1956, p. 11.

havia emergido como referencia às questões do presente político e “estremecidos por um choque repentino, nos tornamos mais receptivos às lições práticas da história”.<sup>364</sup>

Essa concepção de história defendida pelo autor em seu programático ensaio sobre os novos rumos da disciplina, é esclarecedora quanto aos contornos não-idealistas de uma *Weltanschauung* cada vez mais alinhada aos preceitos da *Realpolitik* pós-revolucionária. A análise de tais trabalhos permite concluir que a segunda metade da década de 1850 marcaria a transição completa do ideal nacional do historiador aos fins pragmáticos que lhe seriam característicos.

Ao enaltecer o princípio da nacionalidade como ponto de partida de toda problemática histórica, sustentando a presença de tal elemento como a principal marca positiva de uma recente transição na disciplina, Sybel trata de definir a agenda de um projeto político-científico por ele sistematizado. Após a fundação da *Historische Zeitschrift*, a perspectiva presentista e a função orientadora do historiador, se mostrariam como elementos constituintes de uma harmônica visão de mundo, onde as relações políticas existentes no moderno Estado-nacional tencionariam permanecer equilibradas.

Com estes fins bem delimitados, seria próprio que o curso da história alemã influenciasse de forma decisiva o caráter do conceito de nação nos trabalhos subsequentes do intelectual. A reabertura política dos anos 1860 e o início da era Bismarck, acentuariam esses distintos elementos pragmáticos da concepção político-nacional de Sybel em termos essenciais à compreensão da realidade social nos Estados alemães às vésperas do seu processo de unificação.

### **3.4. A nação alemã e o império e os discursos sobre a política: a centralidade da força estatal na concepção nacional de Sybel**

A década de 1860 havia iniciado com a participação ativa de Sybel na política alemã. Eleito para a Câmara Baixa Prussiana, seu retorno à atividade parlamentar marcaria, do mesmo modo, a solidificação dos pressupostos nacionalistas que haviam pautado sua escrita da História. Se a nomeação de Bismarck havia decepcionado boa parte da

---

<sup>364</sup> “*Durch eine mächtige Erschütterung aufgerüttelt, ist man für die praktischen Lehren der Geschichte empfänglicher geworden*”. In: SYBEL, 1956, p. 13.

oposição liberal, para Sybel não seria diferente, e o conservadorismo do *Ministerpräsident* seria visto como um retrocesso à causa política das classes médias liberais.

Os conflitos pela unidade italiana<sup>365</sup> tornaram-no cada vez mais convicto de seus ideais por um processo de unificação alemã que excluísse os territórios austríacos. Sua antipatia pelas pretensões expansionistas dos Habsburgo serviria para reforçar a posição em favor da liderança prussiana, e em breve a intensificação daqueles conflitos reverberaria em sua historiografia.

Naquele período a construção do mito nacional teuto-borussianista encontraria máxima expressão em seus escritos, a ponto do historiador engajar-se ativamente em embates acadêmicos de ampla repercussão contra os opositores de seu projeto nacional. Ao tomar conhecimento da obra *Geschichte der deutschen Kaiserzeit (História da Alemanha Imperial)* de Wilhelm Giesebrecht, por exemplo, o intelectual parecia não poder admitir o tom saudosista e a atribuição de um caráter nacional ao período imperial, que por suas pretensões universalistas não havia contribuído, segundo Sybel, ao cultivo do espírito nacional alemão.<sup>366</sup>

A resposta viria não de Giesebrecht, mas do historiador austríaco Julius von Ficker que acusava Sybel de transpor valores e conceitos do presente ao passado do Sacro-Império Germânico. A nação, Ficker constatava, não existia no medievo, e as tendências do período levavam de fato ao universalismo. O Império de Otto I não era nem uma monarquia mundial, nem um Estado nacional, mas uma construção natural dos tempos históricos.<sup>367</sup>

Naquele estágio a paixão nacionalista do historiador protestante parecia tão aflorada que sua réplica viria em formato de um pequeno livro intitulado *A nação alemã e o Império (Die deutsche Nation und das Kaiserreich)* escrito em 1862. Nele Sybel esclarecia que o

---

<sup>365</sup> A Segunda Guerra de Independência Italiana, também conhecida como Guerra Franco-Austríaca, ou Guerra Italiana de 1859, foi um conflito travado entre o Segundo Império Francês e o Reino da Sardenia contra o Império Austríaco em 1859, sendo um evento chave para o processo de unificação italiana.

<sup>366</sup> GOOCH, 1913, p. 125.

<sup>367</sup> RIENOW, A.: Der Streit zwischen Heinrich von Sybel und Julius Ficker. In: FOERSTER, S. et al. (Org.): *Blumen für Clio: Einführung in Methoden und Theorien der Geschichtswissenschaft aus studentischer Perspektive*. Marburg, 2011, p. 237 - 269.

império centralizado de Carlos Magno havia sido prejudicial para jovens raças que almejavam independência e que Henrique I havia sido um rei nacional sem maiores pretensões imperialistas. Otto, o grande, o segundo fundador do império, reivindicava suas origens cristãs e romanas para se pronunciar em nome da cristandade e a dispersão do império no século treze havia sido uma benção para a nacionalidade alemã.<sup>368</sup>

O livro termina com um repúdio à tese de Ficker, segundo a qual a Áustria representaria por excelência o Império Medieval. Ao contrário, para Sybel, como já exposto em sua obra sobre a Revolução Francesa, o Império Austríaco seria puramente dinástico e clerical, jamais se importando com o bem estar da Alemanha, que teria naturalmente a Prússia como seu verdadeiro líder.<sup>369</sup>

O mais interessante, nesse contexto é analisar como a partir daqueles anos o conceito de nação em Sybel tornara-se melhor definido, em grande parte, pelas seguidas demandas políticas nacionalistas que permaneciam latentes no ideário político oposicionista. Sybel passava a falar em "nação" e "nacional" em relação com quaisquer tempos e independente de quaisquer organizações políticas, a menos que se apresentasse um padrão geral em termos de nacionalidade.

Isso era perceptível no caso germânico em tempos antigos e à época do Sacro-Império, quando mesmo frente à múltipla divisão política dos Estados, poder-se-ia falar em uma nação alemã (*deutsche Nation*). Nestes termos, o conceito de nação em Sybel tomava forma semelhante à ideia de *Kulturnation* (nação cultural) desenvolvida posteriormente por Friedrich Meinecke<sup>370</sup>:

Então o que ainda não era sabido, permanecia presente, a coletividade do tecido nacional, que ainda não havia sido pensada, vivia, entretanto no sangue e na língua, no gosto e no desgosto, e quanto mais esses interesses pelo choque do Império foram colocados em questão, mais exaltada tornou-se essa sensação, do vir a ser da consciência coletiva nacional.<sup>371</sup>

<sup>368</sup> SYBEL, Heinrich von. *Die deutsche Nation und das Kaiserreich: Eine historisch-politische Abhandlung*. J. Buddeus, 1862, p. 31.

<sup>369</sup> GOOCH, 1913, p. 125.

<sup>370</sup> MEINECKE, Friedrich. *Weltbürgertum und Nationalstaat: Studien zur Genesis des deutschen Nationalstaates*. Oldenbourg, München, 1907.

<sup>371</sup> “Denn was man noch nicht wusste, war doch vorhanden; die Gemeinsamkeit des nationalen Stoffes, an die man noch nicht gedacht hatte, lebte doch in Blut und Sprache, in Neigung und Abneigung; und je stärker gerade diese Interessen bei der grossen Erschütterung des Kaiserreichs in Frage kamen, desto lebhafter musste auch die Empfindung derselben, musste das gemeinsame Nationalbewusstsein werden”. In: SYBEL, 1962, p. 25.

O central na busca do autor à origem da nacionalidade germânica está na contradição entre o paulatino crescimento de uma consciência histórica germânica e o seu choque com o universalismo da tradição dinástico-clerical do Sacro-Império: “o essencial é que a nossa história geral do século nove ao dez, representa um movimento transitório dos impérios mundiais ao Estado-nacional, onde não são mais representados apenas os interesses da Igreja e das dinastias mas pela expansão e atuação dos movimentos nacionais”.<sup>372</sup>

Os desenvolvimentos das décadas posteriores à revolução do meio século são essenciais à compreensão das bases político-científicas buscadas por Sybel na incisiva defesa de seu projeto nacional dos anos 1860. Seu ataque realizado às ideias de Ficker mostra-se em total conformidade com a visão de História que desenvolvera na década anterior, servindo para legitimar sua concepção nacional e repudiar as visões de seu adversário austríaco:

Como se pode ver essas questões não têm nada a ver com uma doutrina política particular, nem minimamente com modismos modernos específicos, mas se relacionam com demandas da razão histórica e moral que possuem um significado interpretativo igual a todos os tempos e povos, pois todos eles são apenas expressões distintas do conjunto eterno, onde a primeira responsabilidade de todo governo é o bem estar dos povos quem se tornou responsável.<sup>373</sup>

Entretanto, uma nação consumada (*vollendete Nation*) seria para Sybel o Estado-Nação (*Staatsnation*), pensada como em dependência do Estado. Imaginado como a proposta harmônica de realização da vida social, o Estado era concebido como a forma "mais elevada e uniformização da nacionalidade":

Nos parece bastante natural que o sentimento nacional somente se mostre claro, onde a substância nacional recebe uma representação forte e vibrante sob uma forma estatal apropriada, mas por isso mesmo, enfatizamos do

---

<sup>372</sup> “das Wesentliche ist, dass unsere gesammte Geschichte vom 9. zum 10. Jahrhundert eine Bewegung von Weltreiche zum Nationalstaate, dass sie nicht allein das Werk dynastischer und kirchlicher Interessen, sondern durch und durch erfüllt mit dem Wirken und Wachsen nationaler Negungen ist”. In: SYBEL, 1962, p. 26.

<sup>373</sup> “Wie man sieht, haben diese Fragen weder mit einer besondern politischen Doctrin, noch mit specifisch modernen Liebhabereien das Mindeste zu tun, sondern beziehn sich durchhaus auf geschichtliche und sittliche Grundforderungen, die zu allen Zeiten und bei allen Völkern gleich feste Geltung haben, weil sie alle nur verschiedene Ausdrücke des ewigen Gesetzes sind, dass die Pflicht jeder Herrschaft das Wohl des ihr anvertrauten Volkes ist”. In: SYBEL, 1962, p. 28.



mesmo modo, que cada nacionalidade possui um impulso incessante à obtenção de tal representação por entidades políticas.<sup>374</sup>

A nação representava aquele amplo leque de associações coletivas não limitadas a um único elemento cultural e o Estado cumpria a função de uniformizar todas essas particularidades compartilhadas pelo corpo nacional. O temor revolucionário e o apreço por mudanças em conformidade com os anseios moderados de Sybel continuavam presentes em seu pensamento nacionalista. A língua, o direito e os costumes de um mesmo povo necessitariam do paládio estatal, de modo a evitar quaisquer perigos ou atribulações à sua constituição coletiva:

Mais do que isso, a língua é apenas uma única expressão da base comum, ao lado do direito e dos costumes, juntamente com o gosto e o estilo de vida, da direção do prazer e do trabalho. Essa matéria-prima é de uma tenacidade indestrutível, no entanto, não é diferente do que a personalidade do indivíduo, encontrando-se em um movimento constante. A saúde dos povos se baseia do mesmo modo, no fato de que a natureza desse núcleo não seja interrompida de forma abrupta, e que suas vívidas mudanças não sejam destruídas pela força violenta.<sup>375</sup>

A excelência da Prússia, frente à inaptidão austríaca à criação de uma comunidade nacional alemã é evidenciada em uma série de exemplos históricos presentes ao longo do texto. É nesses momentos que o autor se propõe mesmo a endossar os elementos autoritários de um projeto nacional cada vez mais inclinado às circunstâncias anti-democráticas e despóticas do caminhar histórico germânico. A liderança de um déspota passava a ser vista como aceitável caso em conformidade com os objetivos futuros da liberdade nacional:

O Estado moderno iniciou seu caminhar na Prússia com uma construção senhorial, importante na desestruturação efetiva dos interesses particulares de uma vez por todas, a partir do domínio da ideia do bem-estar coletivo. (...) Quem o denomina déspota (Frederico Guilherme I da Prússia), o diz de

---

<sup>374</sup> “*Es scheint uns vielmehr ganz naturgemäss, dass das Nationalgefühl überall erst dort in sich klar wird, wo die nationale Substanz durch eine entsprechende Staatsform eine feste und lebendige Vertretung erhalten hat, aber eben deshalb, setzen wir sogleich hinzu, hat auch jede Nationalität unaufhörlich den Trieb, sich eine solche Vertretung durch angemessene politische Organe zu verschaffen*”. In: SYBEL, 1962, p. 24.

<sup>375</sup> “*Vielmehr ist die Sprache nur ein einzelner Ausdruck des gemeinsamen Grundstoffes, neben Recht und Sitte, neben Lebensweise und Geschmack, neben Genussrichtung und Arbeit. Dieser Grundstoff ist aber, nicht anders als die Persönlichkeit des einzelnen Menschen, von unverwüsthlicher Zähigkeit und zugleich in unaufhörlicher Entwicklung begriffen. Die Gesundheit des Volkes fordert gleich sehr, dass man die Natur dieses Kernes nicht gewaltsam zerstöre, und dass man ihre lebendigen Wandlungen nicht gewaltsam hemme*”. In: SYBEL, 1962, p.27.

forma correta, mas esse despotismo possuía como tarefa, a partir de sua força, convicção e dever histórico, preparar a liberdade política do futuro.<sup>376</sup>

Pode-se dizer, em concordância com Hellmut Seier, que os escritos políticos de Sybel durante os anos 1860, representam uma continuidade naquela linha de pensamento liberal-conservadora, onde a harmonia do Estado e a manutenção de instituições centrais ao seu funcionamento continuam possuindo papel proeminente<sup>377</sup>. É nesses termos que em seus *Discursos sobre a política (Vorlesungen über Politik)*, proferidos nos invernos de 1864 e 1865, o intelectual dedica tantas linhas à questão da compatibilidade do regime monárquico à constituição e às instituições parlamentares.

Antes de tudo o principal objetivo dos *Discursos*, assim como enfatizado em *A nação alemã e o Império*, era estabelecer as bases jurídicas parlamentares em oposição ao perigo revolucionário, cujo principal lema seria a temerária ideia de soberania popular. Contra esse ideal democrático o autor enfatizaria a necessidade de concentrar as liberdades ao poder legislativo de um rei constitucionalista. Deste modo, o princípio monárquico seria um elemento constituinte de seu projeto diretamente associado à manutenção da estabilidade e bem estar político nacionais.

Sua ideia de destino coletivo como momento de formação nacional permanecia sem quaisquer nuances democráticas. O que Renan conceberia posteriormente como a nação baseada na vontade dos cidadãos, permaneceria muito longe do que era pensado por Sybel em sua ideia de nação e da proeminência do Estado sobre o indivíduo:

O primeiro requerimento sempre permanece que o Estado (...) possua poder; o segundo, que ele o utilize de forma apropriada; o terceiro, que ele estimule o desenvolvimento da vida ética e das aptidões espirituais dos indivíduos; o último e supremo requerimento é que o Estado forneça uma vida ética baseada no livre consenso dos seus membros.<sup>378</sup>

---

<sup>376</sup> “*Der moderne Staat begann in Preussen seine Laufbahn mit herrischer Bauhhheit; es kam darauf an, in der allgemein Zerrüttung widereinen festen Grund zu gewinnen, und sie Ungebundenheit der Sonderinteressen ein für alle Mal unter die herrschaft des Gesamtwohls zu beugen (...)* Wer ihn einen Despoten nennt, sagt das völlig Richtige, aber dieser Despotismus hatte kraft siner Gesinnung die Aufgabe und den geschichtlichen Beruf, für die politische Freiheit die künstige Stätte zu bereiten”. In: SYBEL, 1862, p. 113.

<sup>377</sup> SEIER, 1959. p. 97.

<sup>378</sup> “*Die erste Forderung bleibt immer, dass der Staat... Macht habe, die zweite dass er seine Macht auf den Boden des Rechts verwende, die dritte, dass er damit das sittliche Leben und die geistigen Anlagen der einzelnen zur Entfaltung bringe, die letzte, aber die höchste, dass der Staat das sittliche Leben durch freien Entschluss seiner Angehörigen verwirkliche*”. In: SYBEL *apud* SEIER, 1959, p. 105.

Naquele momento o historiador estaria tão confiante quanto à missão do Estado que almejava, se necessário, sacrificar liberdades civis e princípios éticos ao seu interesse<sup>379</sup>. A ideia de poder (*Macht*) passava a ser uma constante em sua concepção nacional. Sua ênfase no sucesso e na necessidade de manutenção desse poder estatal seria o norte de sua percepção nacional naquele momento, quando a própria limitação da esfera de atuação do Estado mostrava-se indesejável:

É errado erigir barreiras definitivas à ação do Estado e querer excluí-lo de certas esferas da vida... a lei da liberdade não requer que o Estado não se debruce sobre certos aspectos da existência humana mas requer do contrário que o Estado aja dentro do significado e interesse da liberdade.<sup>380</sup>

As contradições entre força e liberdade estariam a todo momento presentes no pensamento do autor. Mas o uso imoral da força do Estado (*Staatsmacht*), apesar de suspeito, jamais seria rejeitado pelo historiador. A força estatal em Sybel por seus meios e finalidades afastar-se-ia da concepção de objetividade moral hegeliana ou da ideia de *virtu* de Maquiavel. Nesse ponto, os discursos de Sybel destacam que no permanente conflito entre força e liberdade, ou entre força e direito, a primeira tenderia a prevalecer.<sup>381</sup>

Sybel definia o Estado como o “maior criador” (*grosser Erzieher*), de forma ainda mais intensa que o sentido hegeliano, com a ideia de um conceito de emancipação liberal: “onde for necessário, o Estado será incumbido de criar e moldar, mas jamais devemos esquecer que o objetivo da criação não é a formação de crianças dependentes, mas de homens auto-suficientes”.<sup>382</sup>

Em seus *Discursos* o historiador enfatizava o caráter orgânico do Estado não apenas como um ideal de desenvolvimento, mas como o próprio interior da organização estatal. O Estado não seria um “aparelho mecânico”, nem um “material morto”, mas sim uma “comunhão viva” (*lebendige Genossenschaft*) e um “potencial ético” (*sittliche Potenz*).

---

<sup>379</sup> IGGERS, 1983, p. 118.

<sup>380</sup> “*Es ist verkehrt, die Schranke der Staatsthätigkeit räumlich ziehn, gewisse Gebiete des Lebens ihm versperren zu wollen... Das Gesetz der Freiheit fordert nicht, dass der Staat sich um gewisse Seiten des menschlichen Daseins gar nicht kümmere, sondern dass er sie im Sinne und im Interesse der Freiheit behandle*”. In: SYBEL apud SEIER, 1959, p. 107.

<sup>381</sup> SEIER, 1859, p. 106.

<sup>382</sup> “*Wo es nöthing ist, wird der Staat, anregend und erziehend auftreten, aber er wird dabei niemals vergessen, dass der Zweck der Erziehung nicht ist, wohldressierte Kinder, sondern selbständige Männer zu bilden*”. In: SYBEL apud SEIER, 1959, p. 107.

A abstração romântica da alma do organismo, sobretudo, no conceito de *Volk* encontrava essas bases orgânicas também no pensamento de Waitz, Droysen e Ranke.

O homem possui o Estado como uma parte de sua natureza, assim como a língua. Ele forma o Estado e a língua assim como a árvore produz flores e folhas, não por uma instrução especial de Deus, não por seu capricho individual, mas pela lei interna de sua natureza.<sup>383</sup>

Essa ênfase no Estado, no papel da força e do sucesso em sua visão de História seria a culminação do giro ao realismo realizado por Sybel desde a década anterior. A nação passava a ser imaginada a partir de suas aquisições práticas e duradouras e a História serviria à finalidade de revelar esses elementos como o mais alto dos julgamentos, “a última e decisiva corte de recursos” (*die schlechthin entscheidende Instanz*).

De forma gradual a nação tomava os contornos de um conceito imbuído de um pragmatismo otimista, onde o futuro da unidade nacional era antecipado pelos constituintes reais do Estado e da História. O caráter incisivo de obras como *A nação alemã* e os *Discursos* são bastante relevadores nesse sentido. Se em um primeiro momento o intelectual buscava desconstruir a retórica universalista adversária com base em uma teoria histórico-cultural nacionalista, anos mais tarde a centralidade do Estado e de sua força complementariam esse tipo de visão político-filosófica.

Pode-se dizer que esses trabalhos e concepções são indicativos da postura liberal nos anos que antecederam a fundação do *Reich*, quando o processo de transição da postura idealista ao realismo pós-revolucionário atingira o seu ápice<sup>384</sup>. A obra de Sybel é bastante representativa nesses termos, por expor a partir de suas descontinuidades e permanências, o sentido atribuído às diversas noções alinhadas à sua concepção nacional.

Essa ênfase das bases nacionais em categorias de cunho pragmático corrobora aquilo que Iggers<sup>385</sup> e mais tarde Berger<sup>386</sup>, denominaram por excessivo “relativismo moral” na concepção científica dos historiadores alemães. As categorias de força, sucesso histórico, além da central importância atribuída ao Estado, revelam as inclinações anti-

---

<sup>383</sup> “*der Mensch hat den Staat als ein Stück seiner Natur wie die Sprache. Er bildet Staat und Sprache wie der Baum Blüthen und Blätter, nicht auf eine spezielle Anweisung Gottes, nicht nach seiner individuellen Willkür, sondern nach dem inneren Gesetz seiner Natur*”. In: SYBEL *apud* SEIER, 1959, p. 204.

<sup>384</sup> KRIEGER, 1957, p. 361.

<sup>385</sup> IGGERS, 1983, p. 4.

<sup>386</sup> BERGER, 2004, p. 3.

democráticas da visão de mundo daqueles intelectuais que estariam dispostos a sacrificar as liberdades individuais dos cidadãos ao jugo do Estado autoritário.

Esse tipo de postura presente de forma clara nas obras escritas por Sybel durante a década de 1860 é exemplar da maneira pela qual as classes médias liberais optaram por aliar-se à política pragmática de Bismarck. A auto-visão de sua nacionalidade e os fins a ela associados demonstram a disposição daqueles intelectuais de classe média em aceitar a revolução vinda de cima e dar boas-vindas ao processo de unificação e constituição do Estado alemão imperial que ocorreria em um futuro próximo.

## Considerações Finais

Almejou-se a partir da presente análise, esclarecer os pontos de nuance na auto-imagem coletiva dos alemães no século dezenove, analisando o fenômeno da gradativa pragmatização da ideia nacional, sob a perspectiva da historiografia contemporânea presente na obra de Sybel. O conceito de nação entendido como uma típica forma de imaginação coletiva na modernidade revela seu multifacetado aparato sensitivo na realidade alemã daquele período, quando a História passou a refletir as expectativas por unidade e intervenção direta na realidade política do presente.

Em recurso à biografia de Heinrich von Sybel, importante intelectual e político renano, tencionou-se em um primeiro momento, demonstrar as interrelações entre sua experiência social e a formação de uma concepção de História, que por seu marcado compromisso político, rompia com as tradições de pensamento precedentes. Objetivou-se discutir, como que por suas origens na classe média ilustrada e inclinações confessionais protestantes, o historiador absorveu a causa política dos médios estrados alemães, cada vez mais inclinados a um tipo moderado de liberalismo nacionalista.

O idealismo e as visões nacionais utópicas daquela primeira metade do século seriam interrompidos pela radicalidade dos eventos de março de 1848, episódios que marcariam de forma direta a visão política das classes médias educadas. Partícipes diretos daquele momento de ruptura, os historiadores liberais reelaborariam, a partir de sua visão de História, um projeto político nacional voltado aos fins pragmáticos da vida coletiva alemã.

A realidade social e política dos Estados alemães naquele período haviam despertado os anseios daquela elite acadêmica quanto à necessidade de força e estabilidade de uma nação ideal. Emergindo naqueles anos pós-revolucionários como principal centro gravitacional dos ideais moderados conciliadores, o Estado da Prússia adquiriria proeminência no projeto político daqueles intelectuais. Formava-se a Escola Histórica Prussiana.

Sybel, assim como Droysen, Dahlmann e Mommsen voltar-se-ia para a Prússia e ao seu passado, no intuito de esclarecer aos seus concidadãos, o inexorável devir nacional germânico, capitaneado pela dinastia Hohenzollern e sua tradição cultural protestante. Naquele momento, as obras e as opções políticas daqueles intelectuais, demonstrariam

como o idealismo e o otimismo do período precedente, dariam lugar às noções de parcimônia e realismo pragmático no pensamento da Escola histórica que se formava.

À melhor compreensão desse processo, optei ao longo segunda parte deste estudo, por traçar um panorama do conceito de nacionalidade germânica em sua relação com os desenvolvimentos políticos do século dezenove. Remontando às ideias cosmopolitas e culturalistas da concepção nacional de Herder no século precedente, busquei demonstrar como a realidade histórica, durante o período de ocupação napoleônica influenciou na posterior cunhagem de uma auto-afirmação baseada na língua e na história nacionais, como exemplificado nos *Discursos à nação alemã* de Fichte.

As Guerras de Libertação contra o invasor francês e a posterior associação do seu discurso nacionalista ao poder reacionário, demonstram as limitações do que seria o restrito cenário político na Confederação Alemã ao longo da primeira metade do século dezenove. A censura e repressão políticas restringiam o discurso oposicionista à esfera privada e aos círculos acadêmicos, o que propiciava o florescimento de centros universitários abertos à difusão daqueles nascentes ideais políticos liberais.

Foi nesse contexto que a Universidade de Berlim viu surgir em suas dependências uma geração de intelectuais comprometidos com as causas políticas daqueles tempos. A recém-surgida disciplina histórica, respondia a uma série de demandas de uma realidade política cambiante, de modo que o próprio método empirista desenvolvido por Ranke e Niebuhr, revelava a distinta forma de olhar para os acontecimentos do passado na modernidade.

Seriam necessários apenas alguns anos para que de forma ainda mais aguda os herdeiros intelectuais daquela primeira geração de historiadores fizessem uso das ferramentas e discursos científicos da História como ponte de acesso às problemáticas do presente. Portanto na Escola Histórica Prussiana, e mais especificamente no pensamento de Sybel, é característico como sua concepção de História nos anos imediatamente anteriores a 1848 refletia um marcado otimismo em relação às causas e anseios nacionais por eles ambicionados.

Após a frustração de 1848, seus prognósticos e certezas seriam substituídos doravante pelas finalidades práticas da história contemporânea. Trabalhos como a *História da Revolução Francesa* (1853) e *História da Política Prussiana* (1855), escritos por Sybel

e Droysen respectivamente, são exemplos dessa mudança temática reveladora das novas metas assimiladas por aqueles intelectuais. A perspectiva do presente passava a orientar o direcionamento de qualquer pesquisa histórica. A partir de então o papel do Estado e as concepções da política real (*Realpolitik*) seriam o norte de uma visão de História comprometida com a causa nacionalista por uma Alemanha pequena (*kleindeutsche*) sob a liderança prussiana.

A dualidade de poder entre o Império Austríaco católico ao sul e a Prússia protestante ao norte havia marcado o jogo de influências políticas no período do *Vormärz*. Agora, entretanto, os intelectuais pró-prussianos pareciam ter resolvido aquele dilema em favor da dinastia Hohenzollern e dos objetivos políticos de uma classe média liberal educada. Associando o pragmatismo à ideia de força e centralidade estatal, os intelectuais em torno dos *Preussische Jahrbücher* pareciam alinhar-se ao que posteriormente seria concebido como a política de “sangue e ferro” do *junker* e primeiro-ministro prussiano Otto von Bismarck.

Como uma espécie de insumo daqueles ideais pragmáticos e anti-democráticos, a obra do jovem Heinrich von Treitschke espelhava, naquele contexto, as concepções estatistas e anti-idealistas assumidas pelos historiadores alemães mesmo após o período de reabertura política da década de 1860. Na linha do que era pensado por Droysen e Sybel, Treitschke enaltecia de forma ainda mais intensa a importância do Estado frente às demandas dos cidadãos individuais.

Mas é em Sybel que o itinerário do conceito de nação, nos dois momentos históricos debatidos se mostra de forma mais clara. É nesse sentido que na terceira parte do presente trabalho, optei por analisar os principais escritos do intelectual ao longo dos períodos supracitados. Partindo de suas influências intelectuais, a propensão política e sua ideia nacional na primeira metade do século ficam claras ao expor sua particular interpretação das obras de Burke, Ranke, Niebuhr e Savigny.

Apropriando-se da visão política de Burke e dos ideais nacionalistas de Niebuhr, em um primeiro momento o intelectual buscava manter-se fiel aos ditames científicos aprendidos com Ranke e Savigny na Universidade de Berlim. Sua visão política, entretanto, seria responsável pelo gradual afastamento do intelectual da visão de mundo rankeana, a partir de uma interpretação da filosofia da Escola Histórica do Direito como associada à ideia de progresso das culturas e dos povos.



Se metodologicamente o historiador mantinha-se fiel às premissas de Ranke, do ponto de vista político, Sybel tendia a abraçar de forma cada vez mais veemente as causas políticas das classes médias liberais. Como crítico severo dos privilégios aristocráticos e do expansionismo católico, o intelectual assumiria ao lado de Friedrich Dahlmann o papel de porta-voz dos preceitos liberais na Universidade de Bonn.

Uma análise dos escritos do intelectual durante esse período revela o caráter idealista de sua concepção nacional nos anos anteriores a 1848. Na obra *A Fundação do reino alemão* (1844), por exemplo, são enaltecidas características como a possibilidade de absorção de elementos culturais entre os povos, além de um tipo de visão nacional romantizada, como em uma espécie de herança da visão de mundo rankeana, em sua forma de conceber a vivência harmônica entre os Estados e nacionalidades europeias.

Anos mais tarde, já pela Universidade de Marburg, vimos que Sybel corroboraria essa percepção quando em seu discurso *Sobre a relação das nossas universidades com a vida pública* (1847) enfatizaria o necessário papel da formação cultural (*Bildung*) em sua forma educacional, como principal alicerce de um harmônico porvir nacional ao povo alemão. A emancipação das classes médias educadas era vista como inevitável, e esse otimismo era acompanhado de um processo espiritual que culmanaria na inexorável unidade política dos Estados alemães.

A participação direta nos episódios de 1848, e a posterior decepção dos anos subsequentes, levariam Sybel a rever alguns de seus conceitos, em principal, as suas ideias de nação e História. Foi visto que em sua *História da Revolução Francesa*, além da preocupação com a História contemporânea, o intelectual levaria a cabo uma série de mudanças de perspectiva, dentre elas o concernimento em orientar seus contemporâneos quanto aos perigos de mudanças abruptas, alheias à continuidade do processo histórico.

O concernimento do historiador com os rumos da nação seria perceptível em sua ênfase na centralidade do Estado e em sua adequação dos conceitos de liberdade e revolução ao discurso político moderado. O elemento *borussianista* e uma argumentação hostil às pretensões nacionais austríacas, estariam em conformidade com os anseios nacionais pragmáticos adotados pelo historiador a partir de então. Nesse sentido, foi enfatizado que a *História da Revolução Francesa* representa um momento de transição na retórica nacionalista do autor, quando a busca por um sentido à coletividade alemã nutria-se de um tom realista e pragmático.

Essa transição àquilo que Meinecke denominou “interesses reais da vida real do Estado” (*realen Interessen des eigentlichen Staatslebens*)<sup>387</sup>, teria expressão concreta na obra de Sybel a partir da segunda metade da década de 1850, com a ida do historiador para Munique e a fundação de sua *Historische Zeitschrift*. No programa fundacional daquele periódico, o intelectual estabelecia a agenda do seu projeto nacional sobre os alicerces de uma concepção política cientificamente embasada.

A perspectiva do presente e a vinculação da História à causa nacional seriam os fins principais de uma historiografia alicerçada ao contemporâneo, àquilo que se mostrava contínuo e relevante à vida nacional. Sybel reforçava a ideia de que o periódico afastava-se dos elementos católicos e feudais, bem como do radicalismo socialista, deixando clara a proposta política moderada defendida pelo grupo.

Esses ideais e proposições políticas bem definidos haviam tido seu insumo teórico alguns anos antes, quando em *Sobre a situação da nova historiografia alemã* (1856), Sybel defendera o giro pragmático e a vinculação total da ciência histórica à vida nacional alemã. Em discurso proferido na Universidade de Bonn, o historiador atentava para o que considerava as mudanças positivas na escrita da História alemã, em seu atual caráter nacionalista e pragmático.

A ampliação das perspectivas da disciplina com a aplicação dos preceitos da História Cultural havia contribuído para estabelecer o objetivo esclarecedor da historiografia quanto às funções e necessidade de harmonia no Estado. O harmônico equilíbrio de forças entre os súditos e os soberanos e a manutenção dessa estabilidade seriam os principais fins políticos da modernidade, cabendo ao historiador explicar aos seus contemporâneos a dinâmica e relevância desta lógica histórica.

A década de 1860 asseveraria essa sua ênfase no papel do Estado e da História para a vida nacional. As controvérsias historiográficas e políticas eram cada vez mais constantes após a abertura política daquele período, e Sybel não tardaria a envolver-se na intriga que ficaria conhecida como a *Sybel-Ficker Streit* (A controvérsia entre Sybel e Ficker) a respeito do significado do conceito de nação na história medieval alemã.

---

<sup>387</sup> MEINECKE, Friedrich. Drei Generationen deutscher Gelehrtenpolitik. In: *Historische Zeitschrift*. Oldenbourg Wissenschaftsverlag, v. 125, 1922, p. 249.

Foi visto que a ideia de nação defendida por Sybel em oposição ao intelectual austríaco baseava-se naqueles elementos orgânicos e culturais que podem se manifestar em quaisquer períodos históricos quando em conformidade com a língua, o direito e os costumes de determinada coletividade. Mas o desenvolvimento de tais faculdades nacionais seria possível apenas quando subordinado à tutela do Estado. Nesse sentido a nação de Sybel seria essencialmente uma nação-Estado (*Staatsnation*), com a dupla função de uniformizar todos os elementos da cultura e repelir quaisquer rupturas abruptas com o passado nacional.

No cerne desse projeto moderado, ganharia cada vez mais impulso a ênfase no conceito de força (*Macht*) e a necessária centralidade do poder estatal. Em seus *Discursos sobre a política* (1864/65) Sybel mais uma vez enaltecia o papel Estado e o seu domínio sobre praticamente todos os aspectos da vida coletiva. Disposto até mesmo a sacrificar as liberdades dos indivíduos em função de sua ânsia por unidade, o historiador mostrar-se-ia hostil a quaisquer traços democráticos em seu projeto político nacionalista.

Sua rejeição do conceito de soberania popular e a defesa que realizava de uma História preocupada em identificar vencedores, são exemplares quanto a um tipo de historiografia comprometida com o autoritarismo estatal em sua faceta anti-pluralista e anti-democrática. O conceito de nação em Sybel atingira o ápice de seu concernimento pragmático, e sua abertura definitiva aos preceitos da *Realpolitik* corrobora aquelas divagações políticas iniciadas desde a década anterior.

À medida que esse tipo de visão nacional espelhava a realidade social do momento em questão, pode ser aproximada com um olhar sobre a situação política dos Estados alemães naquele período. O verificado itinerário do conceito de nação pretendido neste estudo busca evidenciar seus traços no pensamento histórico-político alemão que permitem compreender a mudança na atitude de Sybel – e de boa parte de seus companheiros liberais - em sua gradativa simpatia à política autoritária de Bismarck nos anos que antecederam a fundação do Império.

**Fontes:**

SYBEL, Heinrich von; GILDEMEISTER, Johann. *Der Heilige Rock zu Trier und die zwanzig andern Heiligen Ungenahnten Röcke: eine historische Untersuchung*, Düsseldorf: Julius Buddeus, 1845.

SYBEL, Heinrich von. *De fontibus libri Jordanis; de origine actuque Getarum*. Universitate Friderica Guilelma, 1838

SYBEL, Heinrich von. *Die Begründung des deutschen Reiches durch Wilhelm I: Vornehmlich nach den preussischen Staatsacten*. R. Oldenbourg, v. 1, 1890.

SYBEL, Heinrich von. *Die Begründung des deutschen Reiches durch Wilhelm I*. R. Oldenbourg. v. 6, München und Leipzig, 1894.

SYBEL, Heinrich von. *Die deutsche Nation und das Kaiserreich: Eine historisch-politische Abhandlung*. J. Buddeus, 1862.

SYBEL, Heinrich von. *Entstehung des deutschen Königthums*. Frankfurt am Main, 1844.

SYBEL, Heinrich von. *Geschichte der Revolutionszeit von 1789 bis 1795*. Vol. 1, Julius Buddeus, Düsseldorf, 1859.

SYBEL, Heinrich von. *Geschichte der Revolutionszeit 1789-1800*. Stuttgart: Cotta. Bd. 1. 1898.

SYBEL, Heinrich von. *Geschichte des ersten Kreuzzugs*. J.H.C. Schreiner, 1841.

SYBEL, Heinrich von. Gedächtnisrede auf Lepold v. Ranke. SYBEL, Heinrich von. *Vorträge und Abhandlungen*. R. Oldenbourg München, Leipzig, 1897

SYBEL, Heinrich von. Graf Joseph de Maistre. In: SYBEL, Heinrich von (Org.). *Historische Zeitschrift*. v. 1, R. Oldenbourg, München, 1859.

SYBEL, Heinrich von. Vorwort. In: SYBEL, Heinrich von (Org.). *Historische Zeitschrift*. v. 1, R. Oldenbourg, München, 1859.

SYBEL, Heinrich von. *History of the French revolution*. Vol. I, London: J. Murray, 1867.

SYBEL, Heinrich von. *History of the French Revolution*. vol. IV, John Murray, Albemarle Street, 1869

SYBEL, Heinrich von. *Über das Verhältnis unserer Universitäten zum öffentlichen Leben*. Marburg, 1847.

SYBEL, Heinrich von. *Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung*. Elwetrtsche Universitäts Buchhandlung, Marburg, 1856.

WAITZ, Georg. *Die Verfassung des deutschen Volks vor der Zeit der großen Wanderungen*. Kiel, Bd. 1, 1844.

SYBEL, Heinrich von. *Vorlesung "Politik"*. Geheimes Staatsarchiv Preussischer Kluturbesitz, 1864-1870.

### **Obras sobre Sybel:**

BAILLEU, Paul. Sybel, Heinrich von. in: *Allgemeine Deutsche Biographie* 54, Onlinefassung, 1908.

DOTTERWEICH, Volker. Heinrich von Sybel. *Geschichtswissenschaft in politischer Absicht*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1978.

HAFERKORN, Folkert. *Soziale Vorstellungen Heinrich von Sybels*. Stuttgart: Klett, 1976.

KOHLER, Torsten. Heinrich von Sybel: Die Revolution innerhalb der europäischen Geschichte. In: Erich Pelzer (Org.). *Revolution und Klio: Die Hauptwerke zur Französischen Revolution*. Vandenhoeck & Ruprecht, 2004

MALETTKE, Klaus. La Révolution française dans l'historiographie allemande du XIX siècle: le cas de Heinrich von Sybel. In: MÖLLER, Horst. *Francia: Forschungen zur westeuropäischen Geschichte*. Sigmaringen, Thorbercke, Bd. 16, 1989.

RICKLINGER, Walther. *Heinrich von Sybel und die Historische Zeitschrift*. Durlach, Baden, 1936.

SCHLEIER, Hans. *Sybel und Treitschke Antidemokratismus und Militarismus im historisch-politischen Denken grossbourgeoiser Geschichtsideologen*. Akademie-Verlag, Berlin, 1965.

SEIER, Hellmut. Heinrich von Sybel. In: WEHLER, Hans Ulrich (Org.). *Deutsche Historiker*. vol. 2, Vandenhoeck und Ruprecht, Göttingen, 1971.

SEIER, Hellmut. Sybels Vorlesung über Politik und die Kontinuität des "Staatsbildenden" Liberalismus. In: *Historische Zeitschrift*. v. 187/1, 1959.

WIRSCHING, Andreas. Liberale Historiker im Nachmärz: Georg Gottfried Gervinus und Heinrich von Sybel. In: KOOPMANN, Helmut; PARRAUDIN, Michael (Org.). *Formen der Wirklichkeitserfassung nach 1848. Deutsche Literatur und Kultur vom Nachmärz bis zur Gründerzeit in europäischer Perspektive*. Bielefeld, Aesthesis, 2003.

### **Bibliografia:**

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARNARD, Frederick M. *Herder on nationality, humanity, and history*. Montreal: McGill-Queen's Univ. Press, 2003.

BENTIVOGLIO, J. C. *A história conceitual de Reinhart Koselleck*. Revista de História (UFES), 2010.

BENTIVOGLIO, J. C. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. *Revista de Teoria da História*, v. 3, p. 20-58, 2010.

BEISER, Frederick C. *The German historicist tradition*. Oxford University Press, New York, 2011.

BERGER, Stefan. National Historiographies in Transnational perspective: Europe in the Nineteenth and Twentieth Centuries. *Storia della Storiografia*, no. 50, pp. 3-26, 2006.

BERGER, Stefan. Historians and Nation Building. *Past & Present*, no. 148, pp. 187-222, 1995.

BERGER, Stefan. *Inventing the nation: Germany*. Oxford University Press Inc., New York, 2004.

BERGER, Stefan. *The Search for Normality: National Identity and Historical Consciousness in Germany Since 1800*. Berghahn Books, 1997.

BLACKBOURN, David & ELEY, Geoff. *The Peculiarities of German History: bourgeois society and politics in nineteenth-century Germany*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

BREUILLY, John. *Nationalism, power and modernity in nineteenth century Germany*. London: German Historical Inst., 2007.

CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Org.), *Geschichtliche Grundbegriffe*, vol. 1, Klett Cotta, Stuttgart, 1979.

DAHLMANN, Friedrich. *Die Politik auf den Grund und das Mass der gegebenen Zustände zurückgeführt*. Weidmann'sche Buchhandlung, 1837.

DOTTERWEICH, Volker. *Heinrich von Sybel. Geschichtswissenschaft in politischer Absicht*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1978.

DOLL, Natascha. *Recht, Politik und 'Realpolitik' bei August Ludwig von Rochau (1810–1873): ein wissenschaftsgeschichtlicher Beitrag zum Verhältnis von Politik und Recht im 19. Jahrhundert*. Studien zur Europäischen Rechtsgeschichte, v. 189, Klostermann, Frankfurt a.M. 2005,

DROYSEN, J. G. *Vorlesungen über die Befreiungskriege*. 2nd edn. Gotha. 1886.

ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

FICHTE, Johann Gottlieb. *Addresses to the German nation*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008.

FITZSIMONS, M. A. *Ranke: History as worship*. *Review of politics*, v. 42, 1980, p. 533-55.

FRIEDRICH, Karin. *The other Prussia: royal Prussia, Poland and liberty, 1569–1772*. New York, 2000.

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.

GIESEN, Bernhard. *Intellectuals and the Nation: collective identity in a German axial age*. Cambridge University Press, 1998.

GILBERT, Felix. *Johann Gustav Droysen und preussisch-deutsche Frage*. Oldenbourg, München und Berlin, 1931

GOOCH, George Peabody. *History and historians of the nineteenth century*. London; New York: Longmans, Green, 1913.

GREENVILLE, J.A.S. *Europe Reshaped 1848-1878*. Blackwell classic histories of Europe, Blackwell Publishers Inc, 2000.

GUILLAND, Antoine. *Modern Germany & her historians*. Jarrold & sons, London, 1915.

HAYM, Rudolf. *Das Leben Max Dunckers*. R. Gaertner, Berlin, 1891.

HAHN, Hans Joachim. *The 1848 revolutions in German-speaking Europe*. Harlow, England: Longman, 2001.

HAMEROW, Theodore S. *History and the German Revolution of 1848*. *The American Historical Review*, Vol. 60, No. 1, Oct., 1954.

HEGEL, Georg Wilhelm. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. introdução de Robert S. Hartman; Tradução de Beatriz Sidou, 2. ed, São Paulo: Centauro, 2001.

HOBBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOULGATE, Stephen; BAUR, Michael. *A companion to Hegel*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2011.

HÜBINGER, Gangolf. *Historicism and the "Noble Science of Politics" in Nineteenth-Century Germany*. In: STUCHTEY, Benedikt; ENDE, Peter. *British and German*

*Historiography, 1750-1950: Traditions, Perceptions, and Transfers*. Hardback, London, 2000.

IGGERS, Georg. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Rev. ed. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1983.

JAEGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. *Geschichte des Historismus: eine Einführung*. C.H.Beck, 1992.

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. RBCS Vol. 20 n° 57 fevereiro/2005.

KENT, George O. *Bismarck e seu tempo*. Brasília, Editora da UnB, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. Volk, Nation, Nationalismus, Masse. In: BRUNNER, O., CONZE, W. und KOSELLECK, R. (Hg.): *Geschichtliche Grundbegriffe*. Bd. 7, Klett-Cotta, Stuttgart 1978.

KOSELLECK, Reinhart. Einleitung, in: BRUNNER, O., CONZE, W. und KOSELLECK, R. (Hg.), *Geschichtliche Grundbegriffe*, Bd. 1, Klett Cotta, Stuttgart 1979.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ; Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona, 2001.

KRIEGER, Leonard. *The German Idea of Freedom*. Chicago, University of Chicago Press, 1957.

LANGEWIESCHE, Dieter. *Nation, Nationalismus, Nationalstaat in Deutschland und Europa*. C.H.Beck, München, 2000.

LEVINGER, Matthew. *Enlightened Nationalism: the transformation of Prussian Political Culture, 1806-1848*. New York, Oxford University Press, 2000.

LINDENFELD, David F. *The Practical Imagination: The German Sciences of State in the Nineteenth Century*, University Of Chicago Press; 1 edition, 1997.

MALERBA, J. (Org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro / Porto Alegre: Editora FGV / EdiPucrs, 2010.

MANNHEIM, Karl. *Essays on the sociology of knowledge*. Paul, New York, 1952.

MARTINS, E. C. R. (Org.). *A História pensada. Teoria e método na historiografia*



européia do século XIX. v. 1; 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATA, Sérgio da . Anos de aprendizagem de um jurista formado numa perspectiva histórica : Max Weber e o historicismo. *História da Historiografia*, v. 6, 2011.

MCCLELLAND, Charles. *The German historians and England: a study in nineteenth-century views*. Cambridge at the University Press, 1971.

MEINECKE, Friedrich. *Historism: the rise of a new historical outlook*. Routledge & Kegan Paul, London, 1972.

MEINECKE, Friedrich. *Weltbürgertum und Nationalstaat: Studien zur Genesis des deutschen Nationalstaates*. Oldenbourg, München, 1907.

MEINECKE, Friedrich. Drei Generationen deutscher Gelehrtenpolitik. In: *Historische Zeitschrift*. Oldenbourg Wissenschaftsverlag, v. 125, 1922.

METZ, Karl H. Historiography as political activity: Heinrich von Treitschke and the political reconstruction of politics. In: KOSLOWSKI, Peter (ed.) *The discovery of historicity in german idealism and historicism*. Berlin: Springer, 2005.

MOLLO, H. M. (Org.) ; VARELLA, Flávia Florentino (Org.) ; ARAUJO, V. L. (Org.) ; MATA, Sérgio da (Org.) . *A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

NIPPERDEY, Thomas. *Nachdenken über die deutsche Geschichte. Essays*, Munich, 1986.

RAI, Neetij. *Volksgeist: In View of Friedrich Carl Von Savigny*. Social Science Electronic Publishing, October 21, 2010.

RENAN, Enest. *Qu'est-ce qu'une nation*. Paris/London: Presses Pocket, 1992.

RIENOW, A.: Der Streit zwischen Heinrich von Sybel und Julius Ficker. In: FOERSTER, S. et al. (Org.). *Blumen für Clio: Einführung in Methoden und Theorien der Geschichtswissenschaft aus studentischer Perspektive*. Marburg, 2011.

RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães: a Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. *History: narration, interpretation, orientation. Making sense of history*, v.

2, Berghahn Books, Canada, 2005.

SCHULZE, Hagen. *The course of German nationalism: from Frederick the Great to Bismarck, 1763–1867*. Cambridge & New York, Cambridge University Press, 1991.

SMITH, Anthony D. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell Publishers, 1988.

SMITH, Anthony D. *National Identity*. Reno: University of Nevada Press, 1993.

SMITH, Helmut Walser. *German Nationalism and Religious Conflict: Culture, Ideology, Politics, 1870-1914*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

SNYDER, Louis L. *Roots of German Nationalism*. Bloomington, Indiana : Indiana University Press, 1978.

SOUTHARD, Robert. *Droysen and the Prussian School of History*. Lexington, KY: University Press of Kentucky, 1995.

SUAREZ, Rosana. Nota sobre o conceito de *Bildung* (formação cultural). *Kriterion*. 2005, vol.46, n.112, pp. 191-198.

SPERBER, Jonathan. *The European Revolutions, 1848–1851*. New Approaches to European History. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

TAYLOR, A.J.P. *The Habsburg Monarchy, 1809-1918: A History of the Austrian Empire and Austria-Hungary*. University Of Chicago Press, 1976.

VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena M.; MATA, Sérgio R. da; ARAÚJO, Valdeí L. de. (Org.). *A dinâmica do Historicismo*. Revisitando a historiografia moderna. 1 ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

VARRENTRAPP, Conrad. Biographische Einleitung. In: SYBEL, Heinrich von. *Vorträge und Abhandlungen*. R. Oldenbourg, V. 3, München und Leipzig, 1897.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

WEHLER, Hans-Ulrich. *The German Empire, 1871–1918*. Berg, New York and London, 1985.

WEHLER, Hans-Ulrich (Hg.). *Deutsche Historiker*. Göttingen : Vandenhoeck und Ruprecht, 1973.

WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocquenille, Stuart Mill, Marx*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

